

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA E CONEXÕES ATLÂNTICAS: CULTURAS E PODERES

CLAUDIA SILVA LIMA

NASCIMENTO MORAES, UM NARRADOR DOS SUBALTERNOS:

Interpretações acerca da Alteridade, (Des)igualdade e 'Diferença' em São Luís do Pós- abolição e
início da República (c. 1880-1915)

SÃO LUÍS-MA

2024

CLAUDIA SILVA LIMA

NASCIMENTO MORAES, UM NARRADOR DOS SUBALTERNOS:

Interpretações acerca da Alteridade, (Des)igualdade e 'Diferença' em São Luís do Pós- abolição e início da República (c. 1880-1915)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

SÃO LUÍS-MA
2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lima, Claudia Silva.

Nascimento Moraes, Um Narrador dos Subalternos :
Interpretações Acerca da Alteridade, desigualdade e
'diferença' Em São Luís do Pós- Abolição e Início da
República c. 1880-1915 / Claudia Silva Lima. - 2024.
138 p.

Orientador(a): Dr. Josenildo de Jesus Pereira.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2024.

1. Alteridade. 2. Colonialidade. 3. Desigualdade. 4.
Diferença. 5. Vozes Subalternas. I. Pereira, Dr.
Josenildo de Jesus. II. Título.

CLAUDIA SILVA LIMA

NASCIMENTO MORAES, UM NARRADOR DOS SUBALTERNOS:

Interpretações acerca da Alteridade, (Des)igualdade e 'Diferença' em São Luís do Pós-abolição e início da República (c. 1880-1915)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes.

Linha de Pesquisa: Poderes, Políticas e Sociabilidades

Orientador: Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira

Aprovada em ____ / ____ /2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira – Orientador (UFMA)

Prof. Dr. Evaldo Almeida Barros (UFMA/UEMA)

Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA)

Dra. Mariléia dos Santos Cruz (UFMA)

Prof. Dr. Valdemir Zamparoni (UFBA)

À minha mãe, Maria do Carmo Silva Lima, minha inspiração eterna, dedico este trabalho com amor e saudade. Suas lições e ensinamentos continuarão a ser uma fonte de motivação em todas as fases da minha vida. Agradeço por tudo e sigo adiante, com o compromisso de honrar sua memória através do meu crescimento humano e acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Com grande emoção e reconhecimento, expresso meu profundo agradecimento à minha família, minha base sólida ao longo desta jornada acadêmica. Agradeço, em especial, à minha querida mãe, Maria do Carmo (em memória), a qual, com profunda saudade, dedico este trabalho. Agradeço pelo seu amor eterno que, mesmo já não estando fisicamente presente, permanece vivo em meu coração como uma chama acesa e permanente na minha alma.

Seu carinho, seu apoio incondicional, bem como seu amor incansável foram fundamentais para moldar a pessoa que sou hoje e para me impulsionar em busca do conhecimento. Mesmo não estando mais ao meu lado, sinto sua presença em cada conquista e desafio superado. Suas palavras de incentivo ainda ecoam em minha mente no nosso último encontro, encorajando-me a seguir em frente, mesmo diante das adversidades. O vazio deixado por sua partida é imensurável, mas sua lembrança é uma luz que guia meus passos. Nesta Tese, honro sua memória e agradeço por tudo o que ela representa em minha vida. Seu legado de amor, dedicação e perseverança continua vivo e influencia positivamente cada palavra escrita neste trabalho.

Agradeço ao meu pai, que sempre foi uma presença valiosa e inspiradora em minha vida. Ao longo desta jornada acadêmica, seu apoio incondicional, sabedoria e incentivo foram fundamentais para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Suas lições de vida e valores são uma bússola iluminadora. Seu exemplo de dedicação, persistência e integridade é uma fonte constante de inspiração para mim todos os dias.

Também não posso deixar de mencionar meus irmãos (Sidney, Rodney, Thiago, Tatiane, Simone e Dayane). São verdadeiros companheiros de risos e de fortaleza, que sempre estiveram ao meu lado com apoio incondicional, compartilhando vitórias e superando obstáculos juntos.

Agradeço, em especial, ao meu companheiro de vida e de sonhos, Jozuel Pereira Silva. Ter encontrado você foi um verdadeiro encanto, que até hoje continua dando brilho contagiante à minha existência. Obrigada pelo apoio e segurança que tem me proporcionando e por ter sido um apoio nos momentos em que cogitei largar tudo e desistir.

Agradeço aos meus amigos de curso da minha primeira graduação no Campus de Bacabal. Em especial, à minha amiga Aldina da Silva Melo, hoje doutora em Políticas Públicas. Você é muito valiosa, um ser humano incrível. Em um momento muito difícil da pandemia, sua amizade e cuidado não me deixaram desfalecer.

Ao meu professor orientador, Dr. Josenildo de Jesus Pereira, sou imensamente grata por sua

dedicação, paciência e por seus valiosos ensinamentos. Sua orientação foi fundamental para que eu pudesse desenvolver este trabalho e expandir meus conhecimentos sobre o tema.

E, é claro, não poderia esquecer de agradecer a todos os professores que cruzaram meu caminho acadêmico, em especial, ao Professor Dr. Evaldo Almeida Barros e ao Professor Dr. Cléver Luiz Fernandes, seres iluminados que, com muita sabedoria, compartilharam seus conhecimentos, dando uma linda direção à minha trajetória acadêmica e a minha prática humana como docente.

À minha turma do PPGHIS/UFMA, Alex, Arlindiane, Elisangela, Marcelo, Marcos, Pedrina, Manoel, Yuri e Wagner, obrigada pela amizade e apoio mútuo, que foi sendo construído ao longo desses anos.

À Universidade Federal do Maranhão, pela oportunidade de estudo e a todos os funcionários desta instituição.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por financiar esta pesquisa.

Por fim, gostaria ainda de dizer que esta tese é fruto do cuidado, do apoio e da inspiração que recebi de todos vocês, a quem agradeço. Com orgulho e gratidão, dedico este trabalho a cada um, reconhecendo que sou resultado do amor, da orientação e da sabedoria de uma família, de laços de amizade e de professores excepcionais. Vocês são a razão de minha conquista e levarei suas lições comigo em todas as etapas futuras da vida. Obrigado por fazerem parte do meu crescimento e por tornarem possível este sonho acadêmico.

RESUMO

A tese intitulada **NASCIMENTO MORAES, UM NARRADOR DOS SUBALTERNOS: Interpretações acerca da Alteridade, (Des)igualdade e 'Diferença' em São Luís do Pós-abolição e início da República (c. 1880-1915)**, busca entender a visão social e histórica de Nascimento Moraes expressa em "Vencidos e Degenerados" (1910). O estudo se concentra na representação da alteridade, desigualdade e diferença entre os subalternos de São Luís durante a fase do Pós- abolição e da nova República. Busca-se compreender como, na transição entre os séculos XIX e XX, Nascimento Moraes escreveu acerca da vida dos subalternos do seu tempo, especialmente os negros e mestiços: libertos, livres pobres, operários e intelectuais subalternos. O objetivo é dar visibilidade discursiva e histórica a esses indivíduos marginalizados devido à contínua estruturação da colonialidade. No âmbito metodológico, a análise do romance é conduzida no contexto da intersecção entre história e literatura, sob uma perspectiva de crítica literária e discursiva. A abordagem epistemológica baseia-se nas reflexões de teóricos da de(s)colonialidade, tais como: Fanon (2008) Mbembe (2001; 2014; 2017) Spivak (2010), Mignolo (2003) Quijano (2000; 2005; 2009) e Dussel (1993). Todos esses pensadores, adotam uma postura crítica ao eurocentrismo da colonialidade, focalizando questões da alteridade, desigualdade e diferença, a partir das epistemologias que surgem das cicatrizes das histórias, vivências e memórias dos colonizados. Nesse panorama, Nascimento Moraes desafiou o imaginário colonial moderno. A sua obra "Vencidos e Degenerados" vai além de mera literatura; representa um ato de justiça histórica, que propõe um deslocamento das narrativas colonizadoras, na reinterpretação do seu próprio tempo, dando voz aos sujeitos aos quais foram negados o direito de “narrar” sua “existência”. O trabalho de Nascimento Moraes é um chamado à reconfiguração social, ética e humana, reforçando a necessidade de considerar a alteridade e de combater a estruturação violenta da desigualdade e diferença no tecido social e cultural da sociedade ludovicense. Sua escrita libertária insere-se em um novo locus epistêmico de enunciação ontológica, uma gnose liminar, em vista de uma autoinscrição de si, do outro e do mundo, para que os espaços de fala conectado aos processos justos de emancipação cidadã sejam verdadeiramente inscritos na história de São Luís.

Palavras-chave: Alteridade. Colonialidade. Desigualdade. Diferença. Vozes subalternas.

ABSTRACT

The thesis titled *NASCIMENTO MORAES, A NARRATOR OF THE SUBALTERNS: Interpretations of Alterity, (In)equality, and 'Difference' in São Luís during the Post- Abolition and Early Republic (c. 1880-1915)*, aims to understand the social and historical perspective expressed by Nascimento Moraes in *"Vencidos e Degenerados"* (1910). The study focuses on the representation of alterity, inequality, and difference among the subalterns in São Luís during the post-abolition and early republic phase. It seeks to comprehend how, during the transition from the 19th to the 20th century, Nascimento Moraes wrote about the lives of the subalterns of his time, particularly black and mestizo individuals, including freed slaves, impoverished freemen, laborers, and subaltern intellectuals. The goal is to provide discursive and historical visibility to these marginalized individuals due to the continuous structuring of coloniality. Methodologically, the analysis of the novel is conducted within the intersection of history and literature, from a perspective of literary and discursive criticism. The epistemological approach is grounded in the reflections of de(s) coloniality theorists, such as Fanon (2008), Mbembe (2001; 2014; 2017), Spivak (2010), Mignolo (2003), Quijano (2000; 2005; 2009), and Dussel (1993). All of these thinkers adopt a critical stance towards the Eurocentrism of coloniality, focusing on issues of alterity, inequality, and difference, arising from the epistemologies that emerge from the scars of the histories, experiences, and memories of the colonized. In this panorama, Nascimento Moraes challenged the modern colonial imaginary. His work *"Vencidos e Degenerados"* goes beyond mere literature; it represents an act of historical justice, proposing a shift away from colonial narratives in historical reinterpretation, particularly by giving voice to individuals who were denied the right to narrate, resist, and fight for their "existence." Nascimento Moraes's work is a call for social, ethical, and human reconfiguration, emphasizing the need to consider alterity and combat the violent structuring of inequality and difference in the social and cultural fabric of Ludovicense society. His libertarian writing is situated in a new epistemic locus of ontological enunciation, a liminal gnosis, with the aim of self- inscription, of the other, and of the world. This is intended to ensure that spaces of discourse linked to just processes of citizen emancipation are truly inscribed in the history of São Luís.

Keywords: Alterity. Coloniality. Inequality. Difference. Subaltern voices.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da Cidade de São Luís (1872).....	39
Tabela 2 - População do Maranhão 1821-1887.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2. CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM SÃO LUÍS DO FINAL DO SÉCULO XIX: CONTEXTO HISTÓRICO, IDEAIS ILUMINISTAS, DESIGUALDADES E DISCURSOS	30
2.1 A CIDADE DE SÃO LUÍS NO FINAL DO SÉCULO XIX COMO PRODUTO DO COLONIALISMO MODERNO	33
2.2 O IMPACTO DO FIM DA ESCRAVIDÃO E INÍCIO DA REPÚBLICA EM SÃO LUÍS NO FINAL DO SÉCULO XIX.....	44
2.3 O MITO DA ATENAS BRASILEIRA: RAÇA, CLASSE E PODER NA SOCIEDADE LUDOVICENSE DO SÉCULO XIX	49
3. AS TEMPORALIDADES DE NASCIMENTO MORAES: NUANCES DA VIDA DO INTELLECTUAL NEGRO MARANHENSE	62
3.1 FAMÍLIA E ORIGEM SOCIAL	63
3.2 EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E ATUAÇÃO EDUCACIONAL	74
3.3 LITERATURA, INFLUÊNCIAS, POLÊMICAS E ATUAÇÃO JORNALÍSTICA.....	76
4. VENCIDOS E DEGENERADOS: INTERPRETAÇÕES ACERCA DA ALTERIDADE, DESIGUALDADE E DIFERENÇA NA SÃO LUÍS DO PÓS-ABOLIÇÃO E INÍCIO DA REPÚBLICA....	84
4.1 VENCIDOS E DEGENERADOS: DESVENDANDO OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO E DA REPÚBLICA NASCENTE.....	88
4.1.1 Personagens: José Maria Maranhense e João Olivier.....	88
4.1.2 Os personagens Claudio Olivier e Carlos Bento Pereira: a complexidade da subalternidade no campo intelectual e o impacto nos ideais das lutas coletivas.....	104
4.2 AS NARRATIVAS DA DIFERENÇA E DEGENERAÇÃO MORAL NO CENÁRIO PÓS-ABOLIÇÃO E SEUS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA	117
4.2.1 Os personagens Domingos Daniel Aranha, Olímpio Santos, Andressa Vital e João da Moda.....	117
4.2.2 Zé Catraia: a voz subalterna de um orador popular e intelectual comprometido	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	129

INTRODUÇÃO

Na intrincada tessitura do cenário pós-abolição, no período compreendido entre o fim do século XIX e o início do século XX, a figura de Nascimento Moraes emerge como uma voz ressoante trazendo consigo interpretações e concepções relativas às questões da alteridade, (des)igualdade e diferença na cidade de São Luís.

No cruzamento entre o real e a ficção, há obras que transcendem as páginas para nos revelar a riqueza da história de um lugar e de um tempo. Sob essa perspectiva, o romance "Vencidos e Degenerados" publicado em 1910¹ por Nascimento Moraes, desperta um notável exemplo dessa relação, constituindo a produção literária como um portal para compreendermos os eventos históricos que moldaram a sociedade, pois, nesta obra singular, a narrativa não se limita a entreter, mas sim a desvendar significados históricos que permaneceriam ocultos em um exame superficial.

A obra em questão possibilita uma compreensão profunda sobre como Nascimento Moraes utiliza seus personagens para interpretar o passado. Nesse sentido, ele se torna um intérprete social do seu tempo. O autor, denuncia um conjunto arbitrário de representações² que ilustram o cotidiano, pontuado pela persistência de preconceitos arraigados e pela perpetuação das desigualdades e diferenças nas percepções do "outro", sob as quais esses sujeitos estavam submetidos. Essa abordagem nos direciona a dois momentos históricos fundamentais – a memória da Abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

A tese que apresento tem como objetivo principal, compreender a interpretação social e histórica realizada por Nascimento Moraes em sua obra literária "Vencidos e Degenerados" (2010)

¹ No artigo da Professora e Pesquisadora Mariléia dos Santos Cruz, intitulado: *Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo com as escolas para crianças pobres*, publicado em 2018, a autora deixa claro que embora o romance-crônica de Nascimento Moraes seja uma obra para qual se atribui a primeira publicação ao ano de 1915, seus estudos demonstram que o livro teve sua primeira publicação, pela Typografia Ramos de Almeida, em 1910, conforme pode ser conferido no Correio da Tarde de 30 de junho de 1910 e em VIVEIROS, J. História do comércio do Maranhão: 1612-1890. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954. p. 351, v. 2. Nesse sentido, utilizarei o ano de 1910 para me referir à obra supracitada e não 1915.

² Conforme enfatizado por Chartier (1990) as representações do mundo social são inexoravelmente influenciadas pelos interesses dos grupos que as elaboram, sublinhando, assim, que as percepções do mundo social não podem ser consideradas de forma alguma como discursos isentos de parcialidade (Chartier, 1990). O romance de Nascimento Moraes não é apenas uma narrativa histórica, mas também um estudo profundo das representações culturais da época. Portanto, é crucial identificar como as diferentes realidades sociais são construídas, concebidas e comunicadas em momentos históricos e lugares distintos. No contexto da obra de Nascimento Moraes, essa perspectiva se revela de suma importância, para compreender o impacto do Pós-abolição e do início da República na vida das pessoas subalternizadas e como elas se manifestaram historicamente.

acerca da alteridade³, da desigualdade⁴ e da diferença⁵ verificadas entre os sujeitos subalternos⁶ no contexto da história de São Luís durante o Pós-abolição e o início da República. Em outras palavras, o enfoque reside em entender a interconexão acerca da alteridade, desigualdade e diferença, presente na narrativa, procurando compreender como no final do século XIX e início do XX, Nascimento Moraes interpretou na sua escrita literária e histórica, os subalternos do seu tempo, os negros e mestiços: *libertos, livres pobres, operários, intelectuais subalternos*, a fim proporcionar uma visibilidade tanto discursiva quanto histórica a esses sujeitos subalternizados, devido à persistente estruturação da colonialidade⁷. A obra é impregnada de um tom de denúncia. O autor está profundamente preocupado com as perspectivas de vida e de sobrevivência dos subalternizados, especialmente os humildes, os perseguidos e os intelectuais, lançados em um universo de degeneração, preconceito racial e desigualdade. Ademais, a obra de Nascimento Moraes, ao abordar questões da alteridade, desigualdade e diferença em São Luís oferece uma análise profunda e crítica das condições sociais e das experiências daqueles que foram vencidos pelo sistema social vigente no Maranhão do final do século XIX.

³ O desafio da “alteridade”, ou seja, o problema do *Outro*, está no cerne epistemológico das preocupações humanas dos mais importantes teóricos do século XX, ligados a teoria crítica dos estudos (pós-colonial e decolonial) uma vez que a alteridade é geradora de conflitos ao longo da história. Portanto, essa categoria é analisada nesse trabalho acerca da *ontologia do dissemelhante*, tão bem formulada por Mbembe (2014). Segundo ele, o problema do *outro*, resultado dessa ontologia da diferença, foi responsável pela construção epistemológica e ontológica, historicamente marcados pelas dicotomias de exclusão, pelo princípio arbitrário e originário de superioridade – com o objetivo de consagrar a supremacia de um grupo, de uma classe sobre a outra (Mbembe; 2001; 2014; 2017). O momento é propício para essa investigação pelo verdadeiro significado da alteridade, pois a Europa não deve mais ser o centro de gravidade do mundo; a saber, “o hemisfério ocidental que se considera o centro do globo, o país natal da razão, da vida universal e da verdade da humanidade” (Mbembe, 2014, p. 27).

⁴ A “desigualdade”, que aqui apresento, é um delírio do capitalismo moderno, uma estrutura político-econômica, social e cultural, que lança o *Outro* para a invisibilidade da existência material, gerando uma negação da negação, um sujeito de corpo negro, um sujeito de raça, um sujeito pobre, enclausurado pela própria sombra, na sua tão dura invisibilidade (Mbembe, 2014) econômica, social, cultural, religiosa, existencial.

⁵ A “diferença” na perspectiva de (Mbembe, 2001; 2014; 2017; Fanon 2008; Lévinas 2005; Mignolo, 2003) se fortalece pela redução do outro ao mesmo. Esse “outro” não é apenas uma entidade isolada, mas é enclausurado dentro dessa estrutura moderna que busca reduzir a diferença, tornando-a equivalente ao mesmo eurocêntrico. Essa tentativa de nivelar o “outro” ao “mesmo” reflete uma dinâmica de homogeneização que opera dentro das estruturas hegemônicas da modernidade.

⁶ Compreendido nessa tese, a partir da formulação de Antonio Gramsci e Spivak. Gramsci, um filósofo, teórico político e líder comunista italiano, introduziu o conceito de “subalterno” em sua teoria crítica. Para Gramsci, o termo “subalterno” refere-se a grupos sociais que estão em posições subordinadas na estrutura de poder de uma sociedade. Esses grupos frequentemente enfrentam marginalização, opressão e exclusão das esferas de decisão política, econômica e cultural. O sujeito subalterno segundo Spivak, por sua vez, refere-se “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão de mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (Spivak, 2010, p. 12).

⁷ O intelectual peruano Aníbal Quijano (2005; 2009;) enfatiza que a “colonialidade do ser, poder e saber”, refere-se às estruturas de opressão e desigualdade que continuam a influenciar as sociedades pós-coloniais. Envolve a persistência de hierarquias raciais e étnicas nas identidades, a manutenção de elites de poder após a independência política e a marginalização de formas de conhecimento não hegemônicas. Essa concepção destaca como a colonização não é apenas um evento histórico, mas uma matriz de poder que molda diversas esferas da vida.

Ao analisar a atuação de Nascimento Moraes, percebe-se sua importante intervenção literária, como agente de reflexão, resistência e (re)construção discursiva. Parto da hipótese de que o literato maranhense é tanto um homem situado no seu tempo, quanto um personagem que produziu interpretações defendendo determinadas ideias, em defesa dos subalternizados, muitas das quais translocais, já que foram produzidas a partir de contextos além-Maranhão. Como afirma muito bem Pound (2006, p. 36), “a literatura não existe num vácuo. Os escritores, como tais, tem uma função social definida, exatamente proporcional à sua competência como escritores”.

O autor de *Vencidos e Degenerados* veio ao mundo em 19 de março de 1882, partindo deste 1958 aos 76 anos de idade. Seus pais, ambos sem instrução formal, empenharam-se arduamente para proporcionar uma educação sólida aos filhos. Trabalharam incansavelmente para garantir que pudessem frequentar tanto o ensino primário quanto o secundário em escolas particulares, permitindo até mesmo que Nascimento Moraes e seu irmão tivessem acesso à educação secundária no Liceu Maranhense. Não se tem fontes disponíveis para evidenciar tamanha proeza, mas o fato é que Nascimento Moraes, junto com seu irmão Raimundo Moraes, conseguiram adentrar na Instituição de maior prestígio educacional do Estado.

A trajetória escolar do literato maranhense é notável, destacando-se em meio a adversidades e desafios. Embora possuísse méritos individuais incontestáveis, é essencial reconhecer que o apoio financeiro de sua família, mesmo diante das limitações econômicas, desempenhou um papel crucial em sua formação, que o possibilitou se constituir ao longo da sua trajetória como professor, romancista, jornalista, se tornando um importante intelectual ludovicence.

Em uma sociedade em que a taxa de analfabetismo era muito maior na classe dos pobres, negros, mestiços e indígenas ficavam a mercê de alguma oportunidade e influência. De fato, “ser alfabetizado dignificava a si mesmo, além de ser reconhecido como cidadão, com direitos, deveres e participação nas decisões políticas, um caminho para a ascensão social” (Gomes, 2015, p. 40).

A trajetória intelectual de Nascimento Moraes é marcada por sua contribuição ativa em diversos campos do conhecimento. Sua vasta produção literária abrange artigos em consideráveis periódicos, abordando temas políticos, filosóficos, educacional e culturais, sempre com um olhar atento aos dilemas sociais de sua época. As obras “Puxos e repuxos” (1910), “Vencidos e Degenerados” (1910), “Neurose do Medo” (1923) e a póstuma “Contos de Valério Santiago” (1972) são reflexos de sua habilidade literária e de sua capacidade de analisar criticamente o contexto em que estava inserido.

Nascimento Moraes com seu romance *Vencidos e Degenerados*, nos brinda com uma vívida representação de São Luís do Pós-abolição e na República nascente. Pois, se havia o imaginário de

uma sociedade projetada para se tornar civilizada e “igualitária” com o advento da República, por outro lado, experiências históricas de sujeitos subalternizados pela “diferença”, revelam múltiplos significados em um cenário urbano ainda fortemente marcado pela experiência do cativo, pela relação senhor-escravo, mas também por uma sutil e poderosa memória social racista do imaginário patriarcal e escravista (Cunha; Gomes, 2007).

Dito de outra maneira, a pesquisa busca mergulhar na complexa rede de significados e tensões sociais presente no romance, considerando-o não apenas como um reflexo do passado, mas como um espelho que reflete as preocupações e dinâmicas sociais da história do tempo presente, vivido pelo autor, sendo capaz de transformar “o tempo do vivido em reflexão histórica” (Le Goff, 2002, p. 16). Afinal, “todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam” (Sevcenko, 1999, p. 20).

Para tanto, as categorias da alteridade, desigualdade e diferença precisam ser historicamente inscritas pelo viés da interpretação do cotidiano das “experiências” de vida, de homens e mulheres advindos da classe subalterna: *intelectuais, operários livres, negros, pobres, mestiços*. Interessa-me entender, portanto, a intenção discursiva, o processo sócio-histórico de que Nascimento Moraes se utilizou para inscrever na história e interpretar as intempéries de homens e de mulheres condicionados à subordinação pela origem social, aparência física e condição socioeconômica, característicos do imaginário⁸ colonial moderno.

Com esse propósito, busco analisar a seguinte problemática: quais os atravessamentos que perpassam as noções de alteridade, desigualdade e diferença na escrita literária de Nascimento Moraes para inscrever as experiências de vida dos "Vencidos e Degenerados em busca de proporcionar uma real visibilidade histórica e discursiva a esses sujeitos?

⁸ Para Baczkó (1985, p. 312) compreende-se imaginário a partir dos “imaginários sociais”, intrínsecos às relações de poder, que são um conjunto de símbolos que fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias”. Para Glissant (*apud* Mignolo, 2003, p. 48) por sua vez, o imaginário inclui todas as formas pelas quais uma cultura percebe e concebe o mundo. Consequentemente, cada cultura humana terá seu próprio imaginário. O imaginário colonial europeu se fundamenta pela colonialidade do ser, do poder e do saber, como muito bem salienta Aníbal Quijano (2005; 2010) Conforme o intelectual argentino Walter Mignolo (2003, p. 48) “O imaginário do mundo colonial/moderno é sua própria autodescrição, as formas pelas quais descreve a si mesmo através do discurso do Estado, dos intelectuais e dos acadêmicos” com base no eurocentrismo” ou até mesmo pela explicação que damos a todas as coisas no cotidiano da vida em termos coloniais. Para Mbembe (2014), o imaginário refere-se a condição da universalidade do negro como devir negro do mundo, pelos parâmetros da racialização e suas permanências na estrutura da sociedade capitalista que impede outras formas de ser no mundo (Mbembe, 2014).

Essa investigação tem um duplo movimento: em primeiro lugar, buscar compreender o significado das narrativas na estruturação do poder e seus múltiplos significados na produção e representação da alteridade, desigualdade e diferenças no contexto Pós-abolição/Republicano maranhense no final do século XIX. Em segundo lugar, analisar a trajetória de Nascimento Moraes e sua contribuição para a construção ou desconstrução das representações sociais ligadas a esses conceitos, com o objetivo de compreender o literato como um intérprete social do seu tempo, sendo capaz de dar voz aos subalternos na São Luís do Pós-abolição e início da República.

A abordagem crítica pós-colonial e decolonial situa essas questões dentro do contexto mais amplo das relações de poder e nas heranças coloniais na região de São Luís, contribuindo para uma compreensão mais aproximada e crítica das narrativas históricas e sociais apresentadas pelo autor.

Faz-se importante esclarecer a problemática que cerca essas categorias no campo do conhecimento. No tocante ao pensamento pós-colonial, sabe-se que ele não surgiu diretamente da Conferência de Bandung⁹ em 1955, mas essa conferência desempenhou um papel significativo em sua constituição epistemológica. Realizada 10 anos após a Segunda Guerra Mundial, a conferência teve como consequência algumas ideias importantes, tais como: descolonização, terceiro mundo, a distinção entre o sul global e o norte global e tantas outras novidades ao debate do cenário econômico-político do contexto. Os estudos da descolonização do continente africano e afro-asiáticos são estudos provenientes e que foram fortalecidos a partir dos debates dessa conferência.

O argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar tomou consciência da dominação colonial e intercedeu pelo colonizado. É de consenso o início ter sido feito pela crítica da chamada “tríade francesa”, Césaire, Memmi e Fanon (Ballestrin, 2013).

A crítica pós-colonial se fortaleceu nas academias norte americanas, europeias e indianas a partir da década de 1980-90. Edward Said, Homi Bhabha e Spivak inserem-se dentro de um “grupo” particular da crítica pós-colonial (Barbosa, 2010), constituído por críticas advindas sobretudo, dos processos históricos de independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo

⁹ A conferência de Bandung para o desenvolvimento e a evolução contemporânea do regionalismo na Ásia do Leste foi realizada na Indonésia, em abril de 1955, reuniu 29 líderes da Ásia e da África com o intuito de dar encaminhamento para questões como a cooperação econômica, a autodeterminação, a descolonização e a paz (Simões, 2021, p. 1). Criou-se uma solidariedade entre nações pós-coloniais, nações recém-independentes na Ásia e na África, que compartilhavam experiências de colonização e exploração por potências ocidentais. Isso criou um senso de solidariedade entre essas nações, que estavam se esforçando para definir seus próprios caminhos após séculos de dominação estrangeira. Essa solidariedade foi fundamental para a formação de uma consciência pós-colonial compartilhada. Na Conferência de Bandung, os líderes das nações asiáticas e africanas deixaram claro seu compromisso com a rejeição ao colonialismo e a todo tipo de sistema imperialista.

e neocolonialismo, especialmente nos continentes asiático e africano. O colonialismo, refere-se a:

[...] formação histórica dos territórios coloniais. O colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta” [...] Desse modo, [...] a descolonização refere-se a momentos históricos em que os sujeitos coloniais se insurgiram contra os ex-impérios e reivindicaram a independência (Maldonado-Torres, 2020, p. 36).

Mignolo (2003) critica os estudos pós-coloniais por sua estruturação a partir do século XVIII, fortemente assentados nos processos políticos e econômicos da descolonização africana e asiática em seus movimentos de libertação. Segundo ele, esses estudos não seguiram um período fundamental e formativo da modernidade/colonialidade advindos do século XVI. Isso os tornou insensíveis para a questão crucial da diferença colonial no âmbito epistêmico (*cultural, social, religioso, simbólico e científico*) embora tenham sido críticos em relação ao colonialismo em si. Como ele mesmo adverte:

sugeri antes que a análise do sistema mundial, as teorias pós-modernas e as estratégias desconstrucionistas (apesar de suas diferenças entre si) são empreendimentos críticos valiosos inseridos no imaginário do mundo moderno, críticos dele, mas cegos para a diferença colonial. Naturalmente, não são cegos para o colonialismo colonial objeto de estudo, mas para a diferença colonial epistêmica (Mignolo, 2003, p. 67).

Apesar das críticas que fez, o autor tem defendido a importância da literatura e das teorias pós-coloniais em seus trabalhos, pois elas estão contribuindo para a construção de um novo conceito de razão, entendido como lócus diferenciados de enunciação, um novo lócus de enunciação epistêmica (Mignolo, 2003), pois o colonialismo é um empreendimento de longo prazo que se edificou em detrimento daquilo que foi produzido como sendo o seu outro. “A agenda colonial produz a descredibilidade de inúmeras formas de existência e de saber, como também produz a morte, seja ela física, através do extermínio, ou simbólica, através do desvio existencial” (Simas; Rufino, 2018, p. 11).

As ideias de Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Henrique Dussel estão situadas nos estudos decoloniais. Nesse sentido, a categoria da *colonialidade* desempenha um papel fundamental para esclarecer a problemática que perpassa essas terminologias. Através da noção de colonialidade, os intelectuais originários da América Latina buscam compreender e questionar as estruturas de poder que condicionaram as sociedades durante os períodos coloniais e que continuam a moldar as realidades sociais, políticas, culturais e simbólicas das nações latino-americanas, pois “a colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (Maldonado-Torres, 2020, p. 36).

Para tanto, por meio de uma análise crítica, os estudos da decolonialidade exploram como o legado colonial ainda exerce influência sobre as dinâmicas contemporâneas, abrangendo todas as esferas da vida. Eles defendem a “opção decolonial” – epistêmica, teórica e política (Ballestrin, 2013, p. 89). Daí o chamado giro decolonial¹⁰. Contudo, para além das terminologias geoistórias do território (se provém de intelectuais asiáticos, africanos ou latino-americanos), parto da problematização de Mignolo (2003, p. 138-139), ao sugerir que,

apesar das dificuldades que implicam os termos pós-colonial — e o menos familiar pós-ocidentalismo — não deveríamos esquecer que ambos os discursos contribuem para uma mudança na produção teórica e intelectual, que descrevi como “gnose liminar¹¹”, ligada à “subalternidade” e à “razão subalterna”.

¹⁰ O giro decolonial tem suas raízes na influência dos estudos subalternos, especificamente do Grupo de Estudos Subalternos sul-asiáticos, que teve origem na década de 1970, principalmente na Índia, sob a liderança do historiador indiano Ranajit Guha. Esse grupo desempenhou um papel significativo na transformação dos estudos pós-coloniais e na reinterpretação da história e da política em contextos coloniais e pós-coloniais. A disseminação dessas ideias subalternas chegou às universidades dos Estados Unidos, o que, por sua vez, influenciou intelectuais latino-americanos que residiam nos Estados Unidos na década de 1990. Eles formaram o "Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos". Posteriormente, após a desagregação desse grupo em 1998, surgiu o grupo "Modernidade/Colonialidade" (M/C), que teve um dos seus fundadores, o intelectual argentino Walter Mignolo. Esse novo grupo Modernidade/Colonialidade formado inicialmente a partir das primeiras reuniões, diálogos, publicações por Walter Mignolo (Argentino) Edgardo Lander (Venezuelano) Arturo Escobar (Colombiano) Enrique Dussel (Argentino) Aníbal Quijano (Peruano) e Fernando Coronil (Venezuelano) contribuíram para a publicação no ano 2000 de uma das publicações coletivas mais importantes do M/C, intitulada: *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, com o objetivo de: [...] decolonizar não apenas os estudos subalternos como também os pós-coloniais. Enquanto os pós-coloniais se aproximavam das correntes pós-modernas e pós-estruturalistas, os decoloniais voltaram-se para um projeto semelhante aos dos teóricos críticos de esquerda. Isso significa que, assim como os teóricos críticos de esquerda, os decoloniais buscam a emancipação de todos os tipos de dominação e opressão, em um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura (Rosevics, 2017, p. 189).

¹¹ Na obra de Walter D. Mignolo intitulada *Histórias Locais/Projetos Globais: Colonialidade, Saberes Subalternos e Pensamento Liminar*, o autor argumenta que usará a palavra "gnosologia" para se referir ao discurso sobre a gnose, adotando a gnose no sentido de conhecimento em sua amplitude, englobando tanto a doxa quanto a episteme. Ele adota esse termo com base no trabalho do filósofo africano congolês Mudimbe, que, em seu texto de 1988 intitulado *A Invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*, dinamizou a palavra gnose para captar uma ampla gama de formas de conhecimento que a “filosofia” e a “epistemologia” haviam descartado. Mignolo, portanto, diferencia a epistemologia, que se concentra na conceitualização e reflexão sobre o conhecimento dentro do contexto das línguas nacionais e da formação do estado-nação, da “gnose liminar”. Esta última foi construída por meio de um diálogo com a epistemologia, mas a partir de saberes que foram marginalizados nos processos imperiais coloniais (Mignolo, 2003, p. 32- 34). Essa distinção entre epistemologia e gnose liminar ressalta a importância de se valorizar formas de conhecimento que foram historicamente subalternizadas e marginalizadas pelo pensamento eurocêntrico. Como o autor mesmo afirma: estou me concentrando em formas de conhecimento produzidos pelo colonialismo moderno na interseção com as modernidades coloniais, gnose/gnosologia liminar e pensamento liminar serão usados, de forma intercambiável, para caracterizar uma gnosologia poderosa e emergente, que, na perspectiva do subalterno, está absorvendo e deslocando formas hegemônicas de conhecimento (Mignolo, 2003, p. 45).

Ou seja, o autor propõe “pensar a partir da fronteira e sob a perspectiva da subalternidade” (Mignolo, 2003, p. 159). Assim sendo, Mignolo argumenta a partir da ideia de Gilroy (Mignolo, 2003, p. 158) que um dos objetivos da teorização pós-ocidental/colonial é reinscrever na história da humanidade o que foi reprimido pela razão moderna, em sua versão de missão civilizadora ou em sua versão de pensamento teórico negado aos não-civilizados.

Para Mignolo (2003), durante a evolução do sistema moderno/colonial, foi estabelecida uma espécie de geografia do conhecimento, na qual as localizações geoistóricas estão intimamente ligadas às localizações epistemológicas. Essa conexão é moldada pela influência da diferença colonial. Nesse sentido, o reconhecimento dessa “diferença colonial, contemplada de perspectivas subalternas, exige de fato um pensamento liminar” (Mignolo, 2003, p. 26) que “tornam possíveis outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com” (Walsh, 2013, p. 19).

Nesta abordagem conceitual, ao longo do desenvolvimento desse sistema de mundo, o conhecimento e a produção de conhecimento não são distribuídos igualmente em todo o mundo. Em vez disso, áreas geográficas e históricas específicas estão fortemente relacionadas às maneiras como o conhecimento é produzido e divulgado. Essa relação é profundamente influenciada pela história do colonialismo, que moldou quem tem acesso ao conhecimento e quem não tem, bem como as perspectivas epistemológicas que emergem dessas diferentes localizações.

[...] não existe local geográfico ou epistemológico que detenha os direitos de propriedade sobre práticas teóricas, mas apenas o “local filosófico” [...] ou seja, o ponto de partida e a rota que orienta nosso pensamento com a alteridade intervindo constantemente, sugerindo, ou simultaneamente mostrando o impensável (Mignolo, 2003, p. 158).

De acordo com Haesbaert (2021), a distinção entre o uso do termo “de(s)colonial” ou “decolonial” é, em essência, de pouca importância e não deve ser motivo para investir uma considerável quantidade de energia em explicar as diferenças, semelhanças ou eventuais rupturas epistemológicas. Ambos os termos se referem a conceitos e movimentos que abordam a crítica ao colonialismo e o compromisso com a descolonização ou decolonização, com o objetivo fundamental de promover justiça e dignidade para as comunidades colonizadas.

Nesse sentido, tanto os termos quanto as perspectivas geo-istóricas que eles representam, têm seus próprios méritos e podem ser igualmente válidos para expressar o compromisso com a crítica e a resistência ao colonialismo e à colonialidade. Em última análise, não se deve fixar em questões de letras, já que essa diferença é insignificante quando se considera a importância e relevância dessas duas perspectivas ao desafiar os processos de poder colonial.

Dito isso, destaca-se a importância dessa tripla localização dos intelectuais acima citados, advindos da África, Ásia e América Latina. Nessa tese, vão ser identificados pela terminologia da: *de(s)colonialidade* ou *intelectuais da razão subalterna* que, a partir dos estudos e da causa dos subalternos, se conectam em busca de uma real significação da humanidade, colocando-se como porta-vozes desses sujeitos marginalizados.

A presente tese, portanto, se fundamenta nas teorias de pensadores situados no âmbito dos estudos subalternos, como Fanon (2008) Mbembe (2001; 2014; 2017) Spivak (2010) Mignolo (2003) Quijano (2000; 2005; 2009) e Dussel (1993). Esses pensadores compartilham uma perspectiva crítica ao eurocentrismo, especialmente no que diz respeito às questões acerca da alteridade, desigualdade e diferença, em vista das epistemologias liminares que emergem das feridas das histórias, memórias e experiências dos sujeitos que estão no lugar do colonizado, na defesa de *um outro locus epistêmico de enunciação ontológica*.

Eles abordam a exclusão ontológica do "outro", como destacado por Fanon (2008). Identificam a lógica perversa e violenta da ontologia do dissemelhante, conforme discutido por Mbembe (2014) e se o subalterno pode, de fato, falar segundo Spivak (2010). Além disso, fazem uma crítica contundente à sociedade moderna e eurocêntrica, assim como aos seus simulacros de dominação, temas amplamente debatidos pelos intelectuais Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Enrique Dussel. Esses três autores, direcionados por Quijano, apontam para uma perspectiva de que é impossível pensar a modernidade sem a colonialidade. A colonialidade é o aspecto subjacente e silenciado da modernidade, sendo sua faceta escondida e muitas vezes não reconhecida. Dessa forma, modernidade e colonialidade são, essencialmente, dois lados da mesma realidade. Ela é um “mito, um conceito de encobrimento e enclausuramento do outro, que se fundamenta numa falácia eurocêntrica e desenvolvimentista” (Dussel, 1993; Mbembe, 2014).

Nesse sentido, a divisão epistemológica do mundo em linhas abissais desiguais só reafirma o que muito bem salientou Boaventura de Sousa Santos: “não há epistemologia neutra e as que reclamam sê-las são as menos neutras” (Santos, 2009, p. 07). Para este autor (Santos, 2009, p. 72) “o pensamento abissal moderno se destaca pela capacidade de produzir e radicalizar distinções”.

Em São Luís, no final do século XIX e início do XX, assim como em muitas outras partes do mundo, a estruturação social da realidade está intrinsecamente ligada às intenções ideológicas advindas pelos simulacros de dominação moderna, que se relacionam diretamente com a raça e com o racismo. Eles foram capazes de enclausurar o outro na auto e absoluta ficção de si mesmo, apresentando-a como verdade absoluta em várias esferas, inclusive por meio da criação de discursos,

pois “o negro e a raça, bem como a classe e as questões de gênero, são categorias e signos absolutos da irracionalidade, da invisibilidade. Fazem parte da retórica ontológica da diferença que teve e continua tendo um efeito histórico, social e político devastador para a história da humanidade” (Mbembe, 2014), pois anula e subtrai a alteridade, negando ao negro/outro o próprio estatuto de humanidade.

Nesse sentido, a modernidade frequentemente envolveu a imposição de categorias e sistemas de poder que marginalizaram grupos e culturas não ocidentais. Ou seja, a produção da colonialidade se fundamenta em uma lógica eurocêntrica que hierarquiza as culturas e os sujeitos, relegando algumas a posições de inferioridade e subalternidade (Mignolo, 2003;2017 Quijano, 2009; Dussel; 1993, 1997, 2005).

A partir dessa perspectiva, a contribuição da renomada pesquisadora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010) ligada aos estudos da razão subalterna e à crítica cultural, através da sua obra "Pode o subalterno falar?", amplia nossa compreensão sobre a complexidade do discurso, em um contexto marcado por desigualdades. Nesse trabalho, a autora explora profundamente a natureza do processo comunicativo, apontando para uma dinâmica intrínseca de discussão discursiva e troca entre orador e ouvinte.

Segundo a autora, a fala e a representação são influenciadas pela posição social e pelo poder. Por conseguinte, essa dinâmica dialógica nem sempre se estende ao sujeito subalterno, aquele que ocupa uma posição social menos privilegiada que, desinvestido de qualquer forma de agenciamento, de fato, não pode falar. Da mesma forma, o processo de autorrepresentação do sujeito subalterno também não se efetua, pois o ato de ser ouvido não ocorre. O direito à fala, portanto, se torna um privilégio reservado aos que têm acesso aos espaços de poder, ou seja, em muitos casos, essa falta de poder resulta em uma situação em que suas vozes são silenciadas, incapazes de alcançar os espaços de discussão (Spivak, 2010).

A autora explorou profundamente as nuances e desafios da representação no contexto dos subalternos. Trouxe à tona os processos que geram a marginalização e exclusão da narrativa histórica. A partir dessa perspectiva, surge a indagação: um intelectual que ocupa uma posição subalterna tem a legitimidade para falar em nome dos próprios subalternos? Como podemos entender essa complexa dinâmica à luz das reflexões de Spivak?

Em sua análise, ela questiona a capacidade de um intelectual, mesmo sendo subalterno, de autenticamente falar pelos outros. Ela aborda a possibilidade de que, muitas vezes, quando um intelectual subalterno assume o papel de porta-voz, essa representação pode ser distorcida ou

apropriada, ocultando a diversidade de vozes e experiências dos próprios sujeitos. Para tanto, argumenta que a representação autêntica desses grupos é extremamente desafiadora, em virtude das barreiras linguísticas, culturais e da própria estrutura de poder, que frequentemente perpetua a exclusão. Essa abordagem levanta a indagação se essas vozes podem, de fato, ser ouvidas em um sistema que tende a suprimi-las, que subscreeve o outro de forma negativa.

Em outras palavras, quando um intelectual subalterno busca falar em nome dos subalternos, há uma tensão entre a intenção de dar voz a esses grupos e o risco de assumir uma posição de autoridade que pode restringir ou moldar suas perspectivas. Enquanto essa intenção pode surgir de um desejo genuíno de dar visibilidade a experiências marginalizadas, é importante considerar a complexidade da representação e a possibilidade de que tais esforços possam inadvertidamente reforçar estruturas de poder existentes, a partir das “formas ocidentais do pensamento como fundamento escrito das discussões em torno do sujeito, e dessa forma, o crítico se torna cúmplice na construção persistente do “Outro” como sombra de um eu essencial, etnocêntrico, detentor do controle da possibilidade de uma episteme” (Dias, 2021, p. 95).

A ênfase recai na criação de espaços autênticos e inclusivos onde as vozes dos subalternos possam emergir sem distorção, permitindo uma verdadeira expressão de suas realidades, histórias, narrativas e perspectivas. Por outro lado, segundo Spivak (2010) não se pode falar pelo subalterno, mas pode-se trabalhar contra a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa se articular e, como consequência, possa também ser ouvido.

O aspecto mais notável da análise de Spivak é a mudança de uma discussão centrada na ética para uma abordagem mais focada na linguagem e nas figuras retóricas, o que ela denomina "registro tropológico". Este deslocamento é fundamental para entender a perspectiva de Spivak sobre representação. Em vez de focar apenas nas questões morais e éticas, ela enfatiza a necessidade de examinar como a linguagem é usada, como as representações são construídas e como os discursos são formulados.

Em síntese, Spivak está propondo uma nova maneira de pensar sobre a teoria da representação, enfocando não apenas o que é dito, mas também como é dito (Dias, 2021). Assumindo uma postura para fazer “ecoar vozes tornadas inaudíveis, rostos e corpos invisibilizados pela historiografia e formas de difusão de narrativas discursivas que “embranqueceram” as “raízes” da formação histórica dessa parte do continente americano” (Albuquerque, 2016, p. 152). Nesse sentido:

Enquanto a modernidade ocidental atingiu uma identidade ao inventar uma narrativa temporal e uma concepção de espacialidade que a fez parecer com o espaço privilegiado da civilização

em oposição a outros tempos e espaços, a busca por um outra ordem mundial é a luta pela criação de um mundo onde muitos mundos possam existir, e onde, portanto, diferentes concepções de tempo, espaço e subjetividade possam coexistir e também se relacionar produtivamente (Maldonado-Torres, 2020, p. 36).

A tese proposta é plausível e se alinha a essa discussão. O autor Nascimento Moraes, por meio de uma abordagem criativa na escrita, emergiu como um literato capaz de dar visibilidade (epistêmica e ontológica) às vozes silenciadas pelo estatuto hegemônico das narrativas da colonialidade.

Sua escrita destaca uma possibilidade de ressignificação acerca de uma nova abordagem no relato histórico em relação à alteridade, abrindo espaço para a inclusão daqueles que, frequentemente, foram negligenciados nos registros oficiais. Por meio de sua obra, Nascimento Moraes resgata as vozes que, de outra forma, permaneceriam ocultas. Esse aspecto é particularmente significativo, uma vez que historicamente essas vozes foram excluídas dos registros dominantes, resultando em uma narrativa histórica tendenciosa e parcial.

Em determinados momentos da narrativa, é possível perceber vestígios de uma mentalidade colonizadora, resultado da sua relação direta ao grupo dos neo-atenienses. Contudo, é importante ressaltar, que tais elementos não diminuem o posicionamento central do autor. Pois sua intenção consiste em confrontar essas influências coloniais e evidenciar a singularidade das vozes subalternizadas, na tentativa de enfrentar e resistir aos processos hierarquizados pela diferença e potencializados pelas desigualdades.

A partir dessa perspectiva, a escrita de Nascimento Moraes assenta-se em um processo literário e histórico que se pauta em novo lócus de enunciação ontológica. Desta forma, a partir das experiências de vida e resistência dos subalternos na cidade de São Luís, é possível compreender que este “processo resulta numa outra forma de pensamento, numa outra epistemologia, um pensamento liminar que opera a partir e entre as diversas histórias locais, redefinindo a geopolítica do conhecimento” (Cruz, 2005, p. 138).

Certamente, a análise serve como um lembrete de que a luta pela emancipação não se encerrou com a Abolição, ressaltando, assim, a relevância histórica de dar voz aos subalternos na busca pela efetivação plena da equidade, humanidade e cidadania, na luta contra o racismo. Conforme afirmou o próprio literato maranhense: “As supostas e falsas superioridades do ser, têm sido um dos mais vis preconceitos de nossa existência política” (Moraes, 2000, p. 67).

Portanto, esta pesquisa se encaixa nesse arcabouço teórico, explorando a intersecção entre as visões críticas dos teóricos mencionados e a obra literária sob análise. Isso resultará em uma compreensão mais abrangente das maneiras pelas quais as narrativas literárias podem desafiar e

reinterpretar as estruturas de poder e os discursos eurocentrados relativos às noções de alteridade, desigualdade e diferença. Essa investigação busca questionar como essas noções foram construídas, contestadas e perpetuadas no contexto de São Luís no período em questão.

Nesta tese, o método analítico da análise do discurso torna-se ferramenta fundamental para explorar a intersecção entre o local e o global, o passado e o presente, a estrutura social e a agência individual, a fim de desvendar os significados subjacentes às interpretações escritas pelo literato maranhense na sua obra.

No tocante à análise do discurso, metodologicamente, busca-se não apenas compreender o significado explícito das palavras, mas também identificar as nuances, subtextos e ideologias subjacentes aos múltiplos discursos presentes na tese, bem como as narrativas do próprio autor (Orlandi, 2012). Nesse sentido, Foucault (1980), por sua vez, argumenta que os discursos não são apenas meios de transmitir conhecimento, mas também estão intrinsecamente ligados às relações de poder, produzindo saberes que ele chama de subjugados.

Nessa análise, consideraremos o texto como o espaço onde o discurso é concretizado e onde os processos discursivos se desdobram. Portanto, o texto é a unidade empírica de análise e também o ambiente onde os significados são produzidos.

Somente a teoria do discurso é capaz de abordar um objeto complexo que vai além de seu aspecto puramente linguístico. Nesse contexto, o objeto não é apenas considerado em sua dimensão linguística, mas também incorpora um componente sócio-ideológico externo a ele. Em outras palavras, a teoria do discurso oferece um quadro conceitual que permite analisar não apenas as estruturas linguísticas internas, mas também as influências sociais e ideológicas que moldam e são incorporadas ao objeto de estudo (Brandão, 1998).

A tese se situa, igualmente, na intersecção entre história e literatura, em vista de apresentar o conjunto de representações como espelhos reflexivos da sociedade e de seu tempo, lançando luz sobre as complexas relações sociais, ideológicas e culturais que permeiam o tecido da narrativa, revelando uma camada mais profunda de significado e uma compreensão mais completa das dinâmicas sociais e culturais do passado (Chartier, 1990).

A narrativa não apenas retrata eventos, mas também os molda por meio da seleção e da perspectiva escolhida pelos narradores. Isso enfatiza a ideia de que a representação dos acontecimentos é uma construção ativa, influenciando nossa compreensão dos eventos históricos através da lente da linguagem e da interpretação (Koselleck, 2006).

Esse argumento, implica, ademais, o reconhecimento do caráter paradoxal inerente à função

daqueles que escrevem sobre o passado. Ele revela a existência de uma realidade que transcende a linguagem, porém, ao mesmo tempo, esses escritores dependem necessariamente da linguagem para construir o objeto de seu estudo histórico. Esse aspecto realça o desafio subjacente à busca pela compreensão e interpretação da complexidade histórica, em que a linguagem atua como um instrumento intrínseco ao próprio acontecimento do passado (Koselleck, 2006).

Nessa tessitura, faz-se importante considerar que o autor não é apenas o criador da obra, mas também um participante histórico nesse processo contínuo de interação literária. O autor inicia o processo de escrever a obra, mas seu significado e impacto são moldados pela interpretação dos leitores, atuando no tempo. Como muito bem afirma Candido:

[...] a literatura é pois um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo (Candido, 2006, p. 84).

Ora, o texto e o contexto exigem a criatividade do intérprete. Em vez de enquadrar o texto como subordinado a um contexto previamente determinado, o literato historiador precisa adotar uma abordagem mais dinâmica. Ele parte da premissa de que o texto e o contexto são entidades distintas, com suas próprias complexidades e dinâmicas, mas que se complementam mutuamente na construção interpretativa do enredo histórico-social.

“Escrever é propiciar a manifestação alheia, em que a nossa imagem se revela a nós mesmos” (Candido, 2006, p. 86). Escrever, nessa perspectiva, é uma atividade profundamente humana, que transcende a mera transmissão de informações ou histórias. É um ato de expressão e comunicação que tem o poder de conectar indivíduos e sociedades, além de permitir um processo de autodescoberta e reflexão.

Esse ato nos lembra que, ao escrever, abrimos espaço para que ideias e perspectivas de outras pessoas fluam através da narrativa. Isso significa que a escrita não é apenas um veículo para nossos próprios pensamentos, mas também uma ferramenta que nos permite acessar o vasto acervo de conhecimento e experiências de outras alteridades, a partir de perspectivas e sentidos diferentes. Quando o autor se permite ser veículo para outras vozes similares a sua, está ao mesmo tempo enriquecendo a sua própria compreensão e interpretação da sua realidade histórica (Candido, 2006; Rüsen, 2007; Ricouer, 1968).

Dito de outra maneira, os que se apropriam de um pensamento, pensando que é o seu próprio,

estão na verdade, imersos em um inconsciente cultural de uma época, de um sentido comum que fez possíveis os sentidos específicos nos quais expressam (Lima, 2010, p. 18). A abordagem literária mostra-se uma ferramenta poderosa para reconstruir os modos de pensar e as perspectivas da época, oferecendo um acesso único às mentalidades, ideologias e representações subjacentes.

A tessitura dos capítulos, de forma epistemológica, está organizada da seguinte maneira: na parte introdutória fazemos a apresentação completa e a fundamentação teórica da tese. No segundo capítulo intitulado “CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM SÃO LUÍS NO FINAL DO SÉCULO XIX: Contexto Histórico, Ideais Iluministas, Desigualdades e Discursos”, concentra-se em explorar e compreender as dinâmicas sociais e raciais que moldaram São Luís no final do século XIX, marcando o fim do período escravocrata. Para tanto, ao adentrar nas nuances do contexto histórico, desvelamos as intrincadas camadas de desigualdades e diferenças que permearam essa época, desafiando nossas percepções e instigando análises mais aprofundadas.

Ao analisarmos a interconexão dos referenciais da colonialidade presente na cidade de São Luís, será possível proporcionar uma maior visibilidade tanto discursiva quanto histórica aos sujeitos subalternos que, devido à persistente estrutura colonial, foram sistematicamente marginalizados nos mais variados espaços, impedindo sua real liberdade, humanização e emancipação cidadã.

Afirma-se nesse segundo capítulo, que o processo colonial nas Américas, particularmente na cidade de São Luís, reflete as múltiplas dimensões da lógica da *modernidade/colonialidade* e da expansão imperialista com base no eurocentrismo iluminista. Nesse contexto, a formação de sujeitos subalternizados, marcados pela diferença e desigualdade, está intrinsecamente ligada ao surgimento da modernidade ocidental europeia. Contudo, embora se questione os pilares desumanos que sustentam a modernidade/colonialidade, a saber, a inscrição dos corpos negros (as) no círculo da extração promovido pela expansão colonial moderna, é inegável a existência de táticas de resistência que foram fundamentais para construir a história de São Luís pela ótica dos subalternos e a formação intelectual de Nascimento Moraes.

No terceiro capítulo, adentramos nas intrincadas temporalidades que envolvem a vida de Nascimento Moraes, um intelectual negro, maranhense, cuja influência e contribuições são de fundamental importância para nossa investigação. Intitulado "AS TEMPORALIDADES DE NASCIMENTO MORAES: nuances da vida do intelectual negro maranhense", se propõe a mapear e analisar os diferentes momentos da sua vida, através dos eventos e fases que marcaram a sua trajetória, destacando suas interações com o ambiente social, cultural e intelectual de sua época. Nesse sentido, exploraremos as intersecções de suas experiências pessoais, sua formação intelectual e suas conexões

com outros pensadores e movimentos, a fim de compreender as complexidades e as polêmicas que influenciaram suas perspectivas.

Ao mergulharmos nas experiências temporais do literato ludovicense, não apenas revelamos sua jornada pessoal, mas também traçamos os fios que conectam suas vivências individuais às dinâmicas sociais e históricas discutidas nos capítulos anteriores. Essa análise enriquecedora fornece um panorama importante para a apreciação dos variados sentidos e da profundidade de suas interpretações apresentadas na obra "Vencidos e Degenerados" (1910), permitindo-nos compreender os múltiplos significados e a importância que ele atribui aos dilemas, desafios e resistência dos subalternos de sua época.

No quarto e último capítulo, que constitui o cerne desta tese, intitulado: VENCIDOS E DEGENERADOS: Interpretações acerca da alteridade, desigualdade e diferença em São Luís do Pós-abolição e início da República", mergulhamos nas celebrações do 13 de maio e nos problemas sociais característicos da República nascente. Buscamos compreender, através das lentes de Nascimento Moraes, as intempéries e desafios enfrentados pelos personagens que conferem significado histórico-social à realidade de muitos literatos subalternos. Por conseguinte, investigamos a jornada intelectual e as experiências daqueles cujas vozes foram frequentemente silenciadas em um contexto ainda fortemente marcado pela persistência da colonialidade. Nomes como João Olivier, Cláudio Olivier e Carlos Bento Pereira personificam a luta e os anseios desses literatos, cujas vidas se entrelaçam com as representações de Nascimento Moraes, na busca pela emancipação, respeito e pelo reconhecimento literário.

No entanto, é crucial reconhecer o perigo da autorrepresentatividade excessiva, onde a vaidade do literato pode enfraquecer e comprometer sua fidelidade aos ideais sociais mais amplos. A necessidade de sobrevivência, embora real e urgente, não deve ofuscar ou minar o compromisso com os princípios da coletividade, com as causas sociais. Claudio Olivier, torna-se emblemático dessa dicotomia. No desfecho do romance, ele negligencia seu mentor Carlos Bento Pereira, relegando-o ao esquecimento e diminuindo a importância da publicação do panfleto denunciador dos problemas sociais de sua época. Esse gesto de esquecimento das memórias de lutas subterrâneas, vaicontra tudo o que representou o legado de seu pai, João Olivier, e aquilo que ele, Claudio, afirmou defender como um intelectual engajado ao longo de sua trajetória.

Nesse contexto, a narrativa de Nascimento Moraes destaca a complexidade das trajetórias individuais desses literatos subalternos, evidenciando como a pressão pela sobrevivência em uma sociedade marcada pela decadência, pode, em alguns casos, levar à dissociação dos ideais sociais e

coletivos. Isso nos lembra a importância de manter um equilíbrio entre as aspirações individuais e a busca por justiça social, para que as lutas coletivas não se percam na busca pelo sucesso pessoal, tão característicos do capitalismo moderno e da estruturação colonial.

Nesse último capítulo, examinaremos também a trajetória e as adversidades enfrentadas por indivíduos anteriormente escravizados: Domingos Daniel Aranha, Olímpio Santos, Andressa Vital, João da Moda e Zé Catraia, em uma sociedade que passava por transformações após a dita “abolição” da escravatura. Esses subalternos experimentaram uma dupla realidade, por um lado, nutrindo esperança por dias melhores após a conquista da liberdade, mas, por outro lado, encontraram-se imersos em um cenário de decadência acentuada.

Nessa cidade dos Vencidos e dos Degenerados, a decadência da diferença foi fortalecida pelo preconceito racial, pela desigualdade hierarquizada nas condições precárias de trabalho na República, desemprego, analfabetismo, miséria e todo tipo de degeneração social.

Nascimento Moraes, ao construir enredos fictícios, não apenas dá vida a seus personagens, mas também percebe uma convergência intrigante entre os dilemas fictícios e suas próprias experiências. Nesse emaranhado entre ficção e realidade, o literato se torna um narrador habilidoso, muitas vezes imerso nos conflitos que meticulosamente cria. A linha entre a invenção literária e a biografia se esvanece à medida que o autor da obra parece ser tanto o narrador quanto o personagem em sua própria narrativa.

Esta fusão de realidades confere autenticidade às suas histórias, ressoando com empatia genuína e compreensão intrínseca das complexidades humanas na São Luís do 13 de maio e do 15 de novembro. Ele se torna um observador atento de seu tempo, ciente de que a mudança exige um engajamento constante com práticas discursivas que sustentam preconceitos arraigados.

As representações acerca da desigualdade e diferença criam obstáculos que impedem o subalterno de expressar-se autenticamente, como um sujeito livre e emancipado das correntes da colonialidade. Nesse contexto, Nascimento Moraes assume um papel fundamental como porta-voz desses subalternos, fornecendo uma plataforma de expressão que confronta a opressão histórica. Sua obra se destaca como um ato de resistência, uma nova gnose epistêmica e ontológica na subscrição da alteridade, oferecendo uma narrativa histórica que desafia as perspectivas hegemônicas.

Nesse sentido, apresenta o protagonista Zé Catraia, a representatividade fiel dos sujeitos subalternos, que se destaca como um verdadeiro contador de histórias comprometido a trazer à tona a vida dos excluídos, refletindo sua própria jornada e a de seus contemporâneos.

Zé Catraia, apesar de sua condição desfavorecida, representa uma visão crítica e autêntica

da sociedade que pode inspirar a transformação social. Ele é o grande locutor e narrador de um novo lócus epistêmico de unificação ontológica em defesa dos subalternos como ele. Sua atuação, é um lembrete poderoso de que o conhecimento e a interpretação do mundo social não estão restritos às classes dominantes, ao papel do intelectual, mas é função social de todos os cidadãos brasileiros, reivindicar e denunciar as injustiças, diferenças e desigualdades ainda tão marcantes no cenário e na constituição da nação brasileira. Nesse sentido, a cidade de São Luís do período Pós-abolição e início da República, é um exemplo histórico dessa realidade.

A tese, portanto, centra-se na literatura de Nascimento Moraes em 'Vencidos e Degenerados'. Ela transcende a página, erguendo-se como um monumento à subversão e à capacidade humana de reescrever narrativas, capazes de desvelar a lógica da colonialidade através de outros inscritos de si, do outro e do mundo.

O literato ludovicense oferece uma re-inscrição da história a partir das perspectivas daqueles que foram negados o direito de contar sua própria vida e de lutar cotidianamente por por novas possibilidades de “existência”. Sua obra é um ato de justiça histórica, desbravando o caminho para transformar a narrativa colonial e criar um espaço onde as vozes subalternas possam ser ouvidas e valorizadas no âmbito público, social e acadêmico.

Essa reversão narrativa e epistemológica torna-se necessária para um real e urgente reposicionamento social, ético e humano, centrado na importância e significância da alteridade no combate a toda forma de desigualdade e diferença, para que os espaços de fala conectado aos processos justos de emancipação cidadã sejam verdadeiramente inscritos na história de São Luís.

2 CONFIGURAÇÕES SOCIAIS EM SÃO LUÍS DO FINAL DO SÉCULO XIX: Contexto histórico, Ideais iluministas, Desigualdades e Discursos

Por mais que o colonialismo tenha nos submetido ao dismantelo cognitivo, à desordem das memórias, à quebra das pertenças e ao trauma, hoje somos herdeiros daqueles que se reconstruíram a partir de seus cacos” (Simas; Rufino, 2018, p. 13).

A produção, transmissão e reinterpretação dos discursos sobre a alteridade, diferença e desigualdade, refletem não apenas a história, mas também as hierarquias sociais e as agendas políticas deliberadamente construídas. Compreender criticamente essas dinâmicas é fundamental para desafiar e transformar os sistemas de poder que moldam a construção subjetiva e coletiva dessas produções.

Ficará evidente que a descrição de Nascimento Moraes acerca da realidade de São Luís do Pós-abolição e início da República revela uma ordem cultural, socioeconômica e política baseada na exploração e em profundas desigualdades. A riqueza era predominantemente gerada pelo trabalho forçado e pela exploração dos subalternos, tornando-se uma norma arraigada na vida cotidiana. Aspectos da diferença e desigualdade permeavam profundamente a estrutura da cidade, refletindo as dinâmicas de poder, hierarquias, opressão que moldaram a sociedade da época.

Este imaginário civilizatório, inserido no contexto do mundo atlântico, foi de forma metódica pensado e constituído pela distinção, “muito embora tenham sido africanos e africanas que, por meio de seu sangue e suor, produziram a riqueza, o prestígio e o poder daqueles que viviam da exploração de sua força de trabalho” (Pereira, 2021, p. 198). No entanto, quando esse “outro” é objetivado, sua humanidade e valores são frequentemente silenciados e negligenciados. Na lógica perversa da hierarquia dos seres, “o outro”, passa a não significar nada. Para tanto, é necessário considerar que esse processo civilizatório ocidental não existe [...] antes da expansão colonial europeia. “A modernidade” é a civilização que se cria a partir da expansão colonial europeia em 1492 e que se produz na relação de dominação do “Ocidente” sobre o “não Ocidente” (Grosfoguel, 2020, p. 62).

O iluminismo, com seus ideais de liberdade, razão e progresso, paradoxalmente, serviu como pano de fundo para justificar preconceitos arraigados em relação ao “outro”. Essa apropriação seletiva, entrelaçada com a ideologia capitalista emergente, perpetuou uma narrativa que favorecia a manutenção do poder colonial, ao mesmo tempo em que sufocava as vozes, aspirações e melhores condições de vida dos subalternizados.

De acordo com Dussel (1993, p. 15), a formação histórica da modernidade tem um momento inicial marcado pelo fortalecimento da subjetividade do ego europeu. Esse processo se consolida no século XVII quando Descartes, no seu discurso do método, afirma “penso, logo existo”. Se pensar é

existir, aqueles que não se enquadram nessa forma objetiva de racionalização estão fora do significado pleno da existência. O outro é encoberto segundo Dussel (1993). Esse encobrimento pelas luzes, apagou e anulou o brilho de vários povos estereotipados pela diferença, definidos como: *primitivos, selvagens, sem estatuto de verdade, humanidade e civilização*, ou seja, a afirmação da lógica cartesiana que proclama a soberania da razão, ocasionou um enclausuramento da alteridade (Mbembe, 2014).

A proclamação teórica do domínio universal da Razão estava intrinsecamente ligada aos interesses da burguesia em ascensão, no seu processo de formação e consolidação do Estado-Nação. Dentro desse contexto, foi tecida a trama do colonialismo moderno, levado a cabo pelas elites econômicas e políticas da Europa Ocidental.

Conforme nos indica Foé (2013, p. 182), “a Razão e o Universal [...] surgiram no coração de um regime econômico e social fundado sobre a produção e a reprodução das desigualdades” reafirmadas em formulações contidas pelo processo perverso da escravidão moderna. Assim, é tácito afirmar a forte interlocução entre o projeto iluminista com as teorias raciais tão caras ao projeto colonial. Encontra-se no cerne desse debate, as ideias engendradas pela tríade racionalizada da diferença, a saber: *Civilização, Nação e Raça*, as quais, sobretudo, a partir do século XIX orientaram o sentido da História na Europa Ocidental, pelo horizonte da “História Universal”.

Elias (1994) na sua obra *O processo civilizador*, no capítulo em que discute “Da sociogênese dos conceitos de civilização e cultura” ressalta que o conceito de civilização surgiu na França em meados do século XVIII. Segundo o autor, se examinar o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, a partir das várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partiremos de uma descoberta muito simples: “este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer: a consciência nacional” (Elias, 1994, p. 23). Essa consciência, em outras palavras:

[...] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever a que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, a desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais (Elias, 1994, p. 23).

Segundo Cardoso e Vainfas (1997, p. 1-2) na tradição francesa os termos cultura e civilização estão completamente ligadas a ideia de “alta cultura”, “uma forma superior de cultura”, um progresso material e mental da humanidade, de tornar o humano como o único capaz de se

responsabilizar por si mesmo, sem a escatologia religiosa. Esse autogoverno de si estava fundamentalmente voltado para: a urbanização das cidades; o aprimoramento da escrita; o desenvolvimento das ciências, das artes; o surgimento de um poder separado do parentesco (o Estado); o desenvolvimento da divisão social do trabalho e das diferenças de status entre indivíduos e grupos (Cardoso; Vainfas, 1997). Essa é a característica peculiar que marca a civilização europeia, a saber, uma forma superior de cultura em relação às outras formas de vida e organização social (não-europeias).

É dentro dessa configuração dita moderna que uma nova forma de consciência histórica começa a ser forjada pelos homens da cidade: os burgueses, comerciantes, homens livres, majoritariamente brancos, que nutrem o forte e grande desejo de conquistar o mundo por intermédio da razão e o auxílio da ciência. Nesse novo contexto:

Os europeus retomam a lógica imperialista dos romanos-cristãos e se sentem a serviço da salvação da humanidade quando vencem e submetem os pagãos não- europeus do mundo inteiro. Ao fazê-lo, acreditam que os estão incluindo no caminho da verdade e da Vida (da Civilização) e que os pagãos deveriam ter para com eles, europeus, um sentimento de profunda gratidão (Reis, 2006, p. 23).

Ora, predomina nessa interpretação de mundo uma ideia de progresso que caminha em direção à vida perfeita. Ou seja, “a história está à disposição de um sujeito-singular- coletivo, a humanidade universal, que se constrói, construindo-a. A história é a marcha da humanidade em busca da liberdade, garantida pela razão que governa o mundo” (Reis, 2006, p. 35).

A análise das concepções que fundamentam as desigualdades entre os seres humanos oferece uma perspectiva significativa para compreender os diversos discursos dessa narrativa das luzes, que perpetuaram estereótipos sobre os corpos marginalizados de negros (as), indígenas, mestiços (as) e outros povos subalternizados pela diferença.

Nesse sentido, é possível identificar raízes históricas de preconceitos em eventos como a colonização, escravidão, conquistas territoriais e conflitos étnicos. Esses acontecimentos frequentemente estabeleceram padrões de dominação e exploração em diversos processos de desigualdade humana, fundamentados na autoridade epistêmica do poder, do ser e do saber.

É importante destacar a reflexão de Mignolo (2003, p. 115) de que "as ideias também viajam", o que nos leva a compreender que sistemas de pensamento e conjuntos de valores não são estáticos, mas sim dinâmicos. As concepções sobre categorias como raça, gênero, classe social se entrelaçaram com a estrutura social da época, muitas vezes servindo para justificar hierarquias e desigualdades entre diferentes grupos. Esses ideais sociais e culturais, não se limitaram ao contexto europeu, mas

também influenciaram e foram apropriadas em diferentes partes do globo, moldando perspectivas e práticas sociais na São Luís do século XIX e em outras regiões.

Uma estrutura de mundo capitalista/iluminista, ou seja, um “capitalismo histórico, produzido pelas lógicas civilizatórias de morte [...] e fazer visível o que está em jogo - pelo sistema-mundo moderno-colonial, capitalista-patriarcal, cristão-cêntrico, ocidental-cêntrico (Grosfoguel, 2020, p. 62). De fato, esse processo refere-se ao que Grosfoguel chama de “sistema mundo civilizatório/colonial”. Ou seja, como ele muito bem explica:

Olhando desde a experiência dos povos do sul global, a chegada da colonização europeia não foi somente a formação e o início de um novo sistema econômico mundial, como também a formação e o início de uma nova civilização, com toda uma série de relações de dominação que não se esgotam nas relações econômicas. Essa hierarquia ou multiplicidade de hierarquias de dominação enredadas entre si constituiu em seu momento a formação de uma nova civilização (Grosfoguel, 2020, p. 65).

A análise desse capítulo, nos possibilita buscar uma perspectiva liminar e subversiva, que nos permita desafiar as interpretações históricas convencionais de como fomos socialmente produzidos. Revisitamos, portanto, o contexto histórico e social de São Luís no final do século XIX. Nosso objetivo é entender como esse ambiente influenciou a formação das temporalidades/mentalidade de Nascimento Moraes e, conseqüentemente, sua escrita literária em *Vencidos e Degenerados*, em uma sociedade profundamente marcada por diferenças e desigualdades advindos do processo de escravidão.

De fato, interpretar é uma forma de pensar e agir sobre o mundo e se tratando da nossa existência, nenhuma interpretação do mundo social e cultural está isenta do lado performático da epistemologia dualista da diferença.

2.1 A CIDADE DE SÃO LUÍS NO FINAL DO SÉCULO XIX COMO PRODUTO DO COLONIALISMO MODERNO

No final do século XIX, São Luís como um importante porto comercial no contexto da expansão colonial portuguesa, se viu inserida em uma rede global de trocas e influências, onde as dinâmicas do capitalismo emergente e as hierarquias sociais impostas pelo colonialismo se entrelaçavam de forma complexa. A cidade de São Luís prosperou à custa de injustiças e hierarquias oficializadas pelo discurso das elites. Como enfatiza Pereira:

A condição jurídica: livre ou escravo e o padrão de renda das pessoas, somadas a elementos

da tradição europeia do Ocidente, como os resíduos da relações de suserania e vassalagem ainda presentes na mentalidade do colonizador português, imprimiram, formalmente, os códigos das relações sociais no Maranhão (Pereira, 2001, p. 34).

Conforme Neto (2008), o século XIX foi uma época de mudanças significativas na mentalidade europeia. Este continente, como berço da Revolução Industrial e do Iluminismo, estava fervilhando com ideias modernizadoras que desafiavam e alteravam as estruturas tradicionais de pensamento e governança. Neste contexto, muitos jovens brasileiros, inclusive da elite ludovicense viajaram ao Velho Mundo para buscar educação. Estes jovens, ao regressarem, tornaram-se portadores de uma rica bagagem intelectual adquirida de suas vivências e estudos europeus, mas acima de tudo “traziam em sua bagagem intelectual todo esse ideário que será, de uma maneira ou de outra, total ou parcialmente, adaptado às condições do Brasil e às necessidades dessas elites” (Neto, 2008, p. 7).

Essas ideias de modernização, aliadas às concepções filosóficas, relacionavam-se também às formas de interpretação de mundo e de comportamentos trazidos da Europa por essa intelectualidade. Eram vistas não apenas como instrumentos de progresso, mas também como ferramentas para consolidar o poder e fortalecer os discursos de hegemonia racial, uma reinterpretação das ideias estrangeiras à luz das circunstâncias muito peculiares da realidade de São Luís. Portanto, a verdadeira habilidade da elite ludovicense residia em sua capacidade de adaptar, reformular e até mesmo reinventar essas ideias para atender aos interesses e objetivos daqueles que estavam situados em espaços mais privilegiados de poder.

Em busca da ordem, da verdade e do desenvolvimento de significação universal, o imaginário colonial europeu se fortaleceu e atravessou fronteiras. De fato, o atlântico e tantas rotas são verdadeiras encruzilhadas. Pois se as ideias circulam, as práticas e os preconceitos também cruzam territórios, assumindo uma característica performática peculiar a cada realidade. De fato, “o colonialismo se edificou em detrimento daquilo que foi produzido como sendo o seu outro” (Simas; Rufino, 2018, p. 11).

Essas práticas e preconceitos acerca do corpo e da vida do “outro”, esteve também muito ligado às missões católicas da colonialidade cristã, tinham como objetivo principal conquistar corpos e almas negras para a fé cristã e para o trabalho nas colônias e em toda estruturação sistêmica do poder cristão. Defendiam a salvação e libertação definitiva dos africanos, dos indígenas, “segundo visões e imagens da época, de sua indolência, preguiça, de sua condição animalesca, de costumes pagãos e supersticiosos era o objetivo dos missionários não apenas católicos, mas, também, protestantes de várias nacionalidades” (Santos, 2017, p. 34). O domínio ultramarino ocasionou-se a *missão*

civilizadora que englobava não apenas a exploração do trabalho forçado dos africanos mas, também, a tentativa de civilizar aqueles que os “civilizados” europeus acreditavam ser degenerados (pela vida, religião e tradições) e por conta disso deveriam ser *assimilados*¹²

Ademais, para Boaventura de Sousa Santos (2009), havia uma estratégia perversa da violência na dominação colonial, chamadas por ele de formas de negação radical que produzem uma ausência radical, a ausência da humanidade, a sub-humanidade moderna. Essas violências são exercidas através da proibição do uso das línguas em espaços públicos, de adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial [...] (Santos, 2009, p. 29-30). Obviamente, para Mudimbe (1988), a colonização é concebida como estrutura responsável por produzir sociedades, culturas e seres humanos marginalizados. Essa estrutura da dominação caracteriza-se pelos aspectos físicos humanos e também espirituais.

Consequentemente, a colonização com suas várias facetas e modelos políticos, não parou de mentir sobre si mesma e sobre os outros. Os procedimentos de racialização do colonizado constituem o motor dessa economia da mentira, fundamentado em ideologias de superiorização humana.

Outrossim, para o pensamento liminar dos estudos subalternos, a diferença colonial fundamentada no discurso racial, constitui, na verdade, a região selvagem do humanismo europeu, sua besta (Fanon, 2008). Mas, devemos sempre nos questionar: “Apenas eu valho a pena? Mas eu não posso valer tanto por mim se os outros, enquanto eles mesmos, não valem nada?” (Mbembe, 2017).

Nessa cartografia da diferença, o princípio da falsidade, que tem na incompreensão, na mágica e idolatria dos chamados “povos primitivos/não civilizados” a real estranheza que resultou na negação da sua condição de humano, como justificativa dos processos de dominação colonial (Santos, 2009). “Um maquinário que transformam diferenças em valores” (Mignolo, 2002, p. 37), compreendida aqui também como “cultura colonial, que se refere ao domínio da tradição, o domínio e as esferas da vida que os projetos civilizadores tentam domesticar”(Mignolo, 2002, p.68) sobre si mesma.

¹² Segundo Mbembe (2001, p. 179) O conceito de *assimilação* fundou-se na possibilidade de uma experiência de mundo comum a todos os seres humanos, na experiência da humanidade universal [...] Não era um dado a priori, o nativo tinha que ser convertido, ou seja, ser universalizado dentro de um modelo civilizatório de humano, precisava ser assimilado dentro das normas exigidas nos moldes da civilização europeia que tinha “cor”, “saber” e “credo”. Pra ser um assimilado o africano deveria frequentar escolas e renunciar suas tradições para se assemelhar ao português na profissão de fé e na vivência da cidadania.

A modernidade/colonialidade estão frequentemente associados ao período da expansão colonial europeia e à consequente dominação política, econômica, cultural e simbólica sobre os povos subalternos. Assim, as bases epistêmicas advindas da ordem que sustentam a dominação colonial como verdade universal de um grupo que manda e outro serve, também tomou forma no Maranhão, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, por meio da escravização de diversos povos africanos pela dominação colonial, sobretudo a Portuguesa.

Voltada para o vasto oceano Atlântico, a cidade de São Luís, uma ilha marcada por diversos atravessamentos históricos, olhava, no final do século XIX, para além das fronteiras nacionais. Esta representação se sustenta pela formação histórica do Maranhão, pois no século XVII tem profundas raízes na expansão do império colonial português nas Américas (Pereira, 2016).

O Maranhão não era apenas uma simples extensão geográfica da metrópole; ele desempenhava uma função estratégica na complexa rede de comércio da época, baseada em uma economia colonial que se sustentava sobre alicerces do capital escravista mercantil, uma modalidade de capital voltada para a produção de mercadorias por meio da exploração dos trabalhadores (Pereira, 2016; Dias, 1970; Carreira, 1988).

Conforme Pereira (2016), a companhia de comércio do Estado Grão-Pará e Maranhão, estabelecida em 1755 por iniciativa de Sebastião José de Carvalho - o Marquês de Pombal, destaca-se nesse panorama. De fato, o Maranhão em meados do século XVIII, significou como afirma Abranches (1822, p. 6) a “aurora da prodigiosa opulência e engrandecimento desta Província”.

Este órgão, sancionado por D. José I, rei de Portugal, promoveu uma série de transformações na região, redefinindo o Maranhão enquanto núcleo produtor e exportador. Tais mudanças foram essenciais para solidificar a posição do Maranhão no cenário comercial e econômico, sobretudo no que concerne à produção e exportação de arroz e algodão.

Diante disso, São Luís, capital do estado, emergiu como um vital centro de atividades comerciais do País. Seu porto dinâmico tornou-se um ponto nevrálgico para a importação e exportação de mercadorias diversas. “Tal progresso teria sido proporcionado através da dinamização das exportações de algodão e de arroz e da regularização da vinda de mão-de-obra escrava africana para a Província” (Martins, 2011, p. 49). De qualquer modo, foi exatamente “a agro-exportação desses e de alguns outros produtos primários, propiciou, nos momentos de alta, a acumulação de capital que permitiu a opulência do senhoriato maranhense vinculado tanto à produção quanto à circulação de bens” (Martins, 2002, p. 16). Esse intenso progresso econômico, na perspectiva de Meireles (1960, p. 293) ocorreu no:

[...] enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminaria, já no Império, no surgimento de uma elite fundiária e de uma nobreza rural que concederam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no político e no cultural.

A Praia Grande, pulsante e central, era o coração administrativo e comercial de São Luís. Essa área, no coração da cidade, tornou-se o lar da elite ludovicense e, portanto, o epicentro das transformações que a cidade experimentaria com o florescimento a lavoura de algodão (Pereira, 2001). O crescimento da produção e expansão da cultura algodoeira, inicialmente ocorreu com maior potencialidade no vale do rio Itapecuru, impactando as cidades de Caxias, Codó e a cidade de Coroatá. Toda a produção costumava ser transportada pelo rio Itapecuru até o porto de São Luís. O rio mearim tornou-se também um rio muito importante no transporte dessa mercadoria.

Para Meireles (1960) e Martins (2002) o período imperial foi considerado a "Idade do Ouro" do Maranhão, apesar dos contratempos comerciais. Isso se deve em grande parte ao sucesso alcançado pelo "Grupo Maranhense" "constituído por um considerável número de intelectuais regionais que conseguiu projeção nacional, fundando uma tradição onipresente na vida maranhense, o mito que elevou a província à condição de "Athenas Brasileira"¹³ (Martins, 2002, p. 15).

Com a prosperidade trazida pelo algodão, a cidade testemunhou não apenas um crescimento demográfico, mas também uma evolução no padrão de vida dos membros da classe abastada. A imitação dos costumes europeus tornou-se um sinal visível dessa prosperidade. E essa europeização foi ainda mais incentivada pela crescente presença de estrangeiros na cidade, uma consequência direta da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional. No entanto, essa europeização teve ramificações mais profundas do que a mera adoção de modas e modos europeus. A cidade de São Luís desenvolveu uma orientação quase exclusiva para a Europa, a tal ponto que muitos diziam que ela vivia "de costas para a Corte e de frente para a Europa" (Lacroix, 2002, p. 45).

Nesse sentido, a cidade de São Luís é constantemente lembrada por diversos autores da historiografia maranhense, como um lugar cujo cotidiano era profundamente marcado pela paisagem da diferença como destaca Jacinto (2005, p. 47) "estes ainda transportavam seus senhores em cadeirinhas de arruar ou os guiavam em carruagens, evitando que sujassem seus pés e/ou longos vestidos, de acordo com a moda europeia, nas ruas lamacentas da cidade".

¹³ O mito da Atenas Brasileira, que será discutido no último tópico, é um bom exemplo dessa criação. Por conseguinte, compreende-se que esses meios de transporte não apenas serviam para transportar pessoas, mas também facilitavam o intercâmbio de mercadorias, ideias e cultura no confronto explícito de mundos e percepções simbólicas. Contudo, enquanto proporcionavam conforto individual para uma parcela considerada superior e prestigiosa socialmente, também eram símbolos tangíveis da opressão e da exploração, uma personificação absurda da hierarquia das diferenças.

Essa tensão entre a identidade local, a organização urbana e a influência europeia em São Luís do final do século XIX é reveladora. Enquanto a cidade buscava se reinventar e se modernizar no molde europeu, os múltiplos desafios em relação ao cotidiano escravocrata presente em sua territorialização simbólica, economia e cultura, torna a história de São Luís no século XIX tão fascinante e ao mesmo tempo complexa, desigual e marcada por muitos conflitos de classe e raça. Pois “as novas características assumidas pelo capitalismo, a partir da segunda metade do século XIX, entretanto, exigiam a criação nas colônias de uma força de trabalho permanente integrada à esfera produtiva [...] de tal maneira que a dominação pudesse ser exercida sobre este “outro”, sem qualquer constrangimento jurídico (Zamparoni, 2012, p. 47).

Os membros da fidalguia¹⁴ ludovicense de forma muito frequente se viam como superiores em relação aos escravos. Consideravam-se pertencentes à melhor classe, pois podiam usufruir das riquezas e prestígios, tradicionalmente incorporados. Muitos deles se identificavam como europeus, seja por origem ou herança, seja por tradições cultivadas no espírito e no comportamento.

No gráfico abaixo, com base nos dados do IBGE de 1872, conforme citado por (Jesus, 2015, p. 66) revela as disparidades étnicas na estrutura social da época em São Luís. Destaca-se a predominância dos brancos livres, a presença significativa de negros escravizados e a representação expressiva dos negros e pardos em relação a população branca.. Esses números oferecem insights cruciais sobre a dinâmica social e racial na São Luís do final do século XIX, onde se percebe também uma notável presença de mulheres escravizadas em comparação aos homens que, segundo Jesus (2015, p. 66) é reflexo do “tráfico interprovincial de escravos, responsável pela venda preferencial de homens para as fazendas do sul, era o principal responsável pela maior quantidade de mulheres cativas, tanto entre pretos, quanto entre pardos”.

¹⁴ Esse termo será constantemente usado por Nascimento Moraes na sua escrita no início do século XX. Tradicionalmente, a fidalguia era associada à nobreza hereditária, com privilégios, títulos de nobreza e uma posição elevada na hierarquia social enquanto em outras, como em São Luís, por exemplo, pode ser mais ampla e englobar pessoas que detêm influência social e econômica significativa, independentemente de seu status de nobreza

Tabela 1 - População da Cidade de São Luís (1872)

Cor\Ração	Homens Livres	Mulheres Livres	Homens Escravos	Mulheres Escravas	Total
Caboclo	144	189	0	0	333
Preto	1365	2101	2226	2503	8195
Pardo	4320	4554	1095	1202	11171
Branco	5903	6002	0	0	11905
Total	11732	12846	3321	3705	31604

Fonte: IBGE, 1872.

Nessa perspectiva, Jesus (2015, p. 59) enfatiza que a população africana em São Luís, segundo o recenseamento do Império, “já era pouco numerosa em São Luís do ano de 1872, cerca de 282 pessoas sendo 117 homens e 165 mulheres Situação muito diferente de Salvador, na Bahia, onde a presença da população africana era marcante ainda nas primeiras décadas do século vinte”.

No final do século XIX, esses escravizados e livres pobres viviam em um constante movimento entre a casa e a rua, uma dinâmica caracterizada por uma interdependência contínua na qual as fronteiras entre as esferas privadas e públicas se emaranhavam na exploração contínua do corpo alheio (Jacinto, 2005). Tornaram-se alvo das estruturas de invisibilização, objetificação e instrumentalização do outro (Mbembe, 2017).

Nos documentos oficiais da época, é possível observar a tendência de rotular esses trabalhadores (Escravos ou livres pobres) como “vadios”, “facinorosos”, “indolentes” e “ociosos”, dado sua indisposição à precarização da liberdade” (Jesus, 2015, p. 64). Essa população subalterna em busca da sua sobrevivência diária tornava-se escrava de aluguel ou de ganho desempenhavam diversos papéis na cidade, atuando como carregadores, pedreiros, carpinteiros, lavadeiras, vendedoras ambulantes e amas-de-leite (Jacinto, 2005). No tocante a essas diferenças, Baczkko afirma que:

[...] todas as cidades são, entre outras coisas, uma projecção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (o centro opõe-se à periferia, o “acima” opõe-se ao “abaixo”, etc.). A arquitectura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder,

utilizando para isso a escala monumental, os materiais “nobres”, etc (Baczko, 1985, p. 313).

O controle absoluto sobre o tempo dos escravizados, o aluguel da sua força de trabalho, era uma prática muito recorrente nos proprietários de pequenas e de grandes posses, especialmente no final do século XIX. Como destaca Jacinto:

O aluguel ou o emprego de escravos no ganho não era uma peculiaridade dos senhores de pequenas posses, que muitas vezes garantiam seu sustento, basicamente, a partir dos lucros advindos desse tipo de exploração da força de trabalho. Escravos especializados estão presentes tanto nos inventários destes como no de grandes proprietários. Já foi salientado que as fazendas também dispunham desse tipo de trabalhador: como os grandes fazendeiros normalmente também tinham casas na cidade, é possível que, nesse caso, os escravos estivessem divididos entre as diversas propriedades de seus senhores (Jacinto, 2005, p. 52).

Nos jornais da época, era comum encontrar anúncios que evidenciavam essa busca por mão-de-obra escrava ou de trabalhadores livres pobres. Um exemplo disso pode ser encontrado no Jornal Publicador Maranhense onde se destacam anúncios como: “*Na rua Grande n. 10 precisa-se de um preto, escravo, que saiba cosinhar: -quem tiver algum nestas circunstâncias para alugar, queira manda-lo apresentar na mesma caza*”. “*Preciza-se de um criado para a casa de família, seja branco ou preto, livre ou escravo em casa do Dr. Saulunier rua da paz*”. (Aluga-se, 1859, p. 4) “*O Typografo Manoel Francisco Pires tem para alugar uma escrava de 18 annos e um moleque de 14, para o serviço de uma casa de família*” (Aluga-se, 1870, p.3).

Esses anúncios explicitam a busca incessante por mão-de-obra, que em determinados casos não fazia distinção de cor, evidenciando o controle de uma classe sobre a outra com o objetivo de explorar ao máximo a força de trabalho disponível, seja ela escrava ou livre. Essa prática revela como a sociedade da época instrumentalizava o trabalho humano em prol de interesses pessoais e familiares, perpetuando assim a exploração e a desigualdade social entre os diferentes grupos sociais.

No entanto, é importante ressaltar que táticas e processos de resistência eram uma realidade constante nesse contexto. As fugas, por exemplo, eram eventos frequentemente registrados nos jornais da época, como podemos observar no Publicador Maranhense que relatava: “*Acha-se fugido há cerca de dois anos o escravo Severino, preto retinto, moço e bem falante, tendo um braço e mão secos, pelo que era conhecido por mão de paca [...] Dá-se a metade do seu valor a quem capturar e entregar a sua senhora*”. Ou no Diário da Maranhão: (Escravo fugido, 1880, p. 3) ou “*Evadiu-se decasa desde 15 de março ultimo Eufrazia, ex- escrava do tenente coronel Cyriaco José de Assumpção, hoje por herança é de sua neta D. Florinda R. de Assumpção, cujos signaes são: cor negra, estaturamédia e cabellos carrapinhos, deve esta ser procurada para os lados do Caminho Grande, onde*

freqüentemente vem com negócios da roça, e quase sempre esta dentro da cidade com o mesmo giro com que negocia. Já foi vista na Praia do Caju, entrando debaixo de um sobrado (Evadiu-se..., 1876, p.2).

Esses episódios de fuga evidenciam a resistência ativa dos escravizados contra as injustiças e a opressão a que estavam submetidos, demonstrando que, apesar das condições adversas, eles buscavam ativamente sua liberdade e autonomia.

Os estudos de Chalhoub (1990) e Jacinto (2005) advertem que no caso dos escravos urbanos, eles podiam alugar casas, o que lhes proporcionava uma certa autonomia em relação ao ambiente doméstico do senhor. Além disso, os escravos tinham a possibilidade de economizar dinheiro, formando um pecúlio, com o objetivo de adquirir sua liberdade no futuro. Essa economia pessoal dava-lhes uma esperança de conquistar a alforria e alcançar uma vida mais independente, por menor que seja. Régia Agostinho da Silva, com seu artigo: *Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas* escravas no século XIX, também adverte:

[...] se esperava dos cativos que fossem morigerados, sadios, obedientes, bons cumpridores do dever, o que, muitas vezes, faz-nos pensar que, ao prometer isso, os vendedores admitiam que nem todos o eram, principalmente, passivos e obedientes, ao oferecer morigeração e obediência, admitiam os senhores que havia desobediência e falta de passividade (Silva, 2014, p. 36).

Outra forma de resistência e busca de autonomia era a obtenção de um pedaço de terra para cultivar produtos alimentícios. Essa prática permitia que os escravos tivessem uma fonte adicional de subsistência e, ao mesmo tempo, estabelecessem um pequeno grau de independência econômica. É possível suspeitar também que esse tipo de prática seria uma estratégia senhorial, para que os escravos cultivassem, como uma forma de transferir a eles o custo social de reprodução do seu trabalho, ou seja, diminuir os custos para os senhores manterem seus escravos em sua tutela.

Jacinto (2005) considera em sua pesquisa que a constituição de relações familiares também era uma forma de resistência e busca por dignidade. Mesmo diante das restrições impostas pelos senhores, os escravos se esforçavam para manter laços familiares formando lares e comunidades que lhes proporcionavam apoio emocional e uma sensação de pertencimento e resistência. Por outro lado, a situação faz-nos pensar que escravos com famílias estabelecidas em determinados lugares, estavam menos propensos a fugas e rebeliões, fortalecendo ainda mais o controle senhorial.

Nessa perspectiva, destaca-se também que alguns filhos de escravos, libertos e pobres livres mestiços, negros e brancos, se empenhavam no acesso às letras, para através do letramento se inserirem nos jornais da época, na escrita literária, na luta abolicionista, no combate à toda forma de

desigualdade e diferença, temos como exemplo: Astolfo Marques (1903-1907); Firmina dos Reis (1822-1917); Gonçalves Dias (1823-1864); Coelho Neto (1864-1934) Nascimento Moraes (1882-1958) e vários outros.

Essas estratégias demonstram a resiliência e a capacidade de luta dos descendentes da escravidão, libertos e livres pobres que, mesmo em meio a uma estrutura opressiva, encontravam formas de exercer algum controle sobre suas vidas e buscar melhorias em suas condições. Essas ações individuais e coletivas são um testemunho poderoso da resistência humana diante da adversidade e da busca por liberdade e dignidade na estrutura da colonialidade.

Segundo Pereira (2006) no que se refere às classes dominantes no Maranhão, é possível afirmar que:

no cotidiano da estrutura social escravista maranhense, os ricos comerciantes e os proprietários rurais: fazendeiros de algodão e donos de engenhos de açúcar se comportavam no desejo de serem reverenciados. O prestígio e a visibilidade social dessas classes estavam assentados na riqueza gerada pela agricultura mercantil de exportação, na posse de muitos escravos e o suntuoso estilo de morar, em casarões coloniais nas cidades de São Luís e Alcântara [...] Acrescenta-se ainda o hábito de enviar os filhos homens para estudarem na Europa, sobretudo em Portugal, França ou Inglaterra, por distingui-los da classe trabalhadora (Pereira, 2006, p. 31).

A citação em questão faz uma descrição histórica da estrutura social e das práticas culturais da elite maranhense durante o período colonial e escravista, assentadas em uma visão de mundo moderna, eurocêntrica e elitista, que buscava justificar a dominação colonial e escravista como um processo civilizador e necessário para a "modernização" do Brasil. Assim, “suas casas, prédios e edifícios, bem como suas maneiras de regulação no que diz respeito à conduta e ao comportamento de seus cidadãos, possuíam como item a ser observados os padrões europeus” (Santos, 2021, p. 45).

O impacto da colonização no final do século XIX em São Luís resultou na criação de uma estrutura social que perpetuava a inferioridade de certos grupos, legitimada por privilégios associados à cor da pele, religião, educação e bens materiais.

Segundo Pereira (2006), no ano de 1832, Alcides d'Orbigny em seu livro intitulado: A viagem pitoresca do Brasil, assim escreve acerca da sua estadia e passagem por São Luís:

a população branca do Maranhão é, verdadeiramente, notável, pela sua elegância, de seus modos e de sua educação esmerada. Não só a riqueza de região, o desejo de imitar os costumes europeus [...] mas também, e principalmente, a liberdade, a boa educação, a polidez e doçura das maranhenses, contribuíram para tornar aquela cidade um dos lugares do Brasil onde é mais agradável permanecer. Quase todas educadas em Portugal, as jovens maranhenses levam consigo, o gosto pelo trabalho e hábitos de reserva e discrição (Pereira, 2006, p. 32).

Essa observação se sustenta através dos marcadores da diferença típica dos parâmetros raciais e de uma consciência colonial de si, do outro e do mundo nas bases existenciais da desigualdade entre os seres humanos. Os costumes europeus, nessa perspectiva, exaltavam tal diferença de raça, classe e gênero. Um sentimento de superioridade característica do eurocentrismo moderno.

Destarte, se a população branca é elegante, tem boa educação e usufrui da liberdade, o oposto não se enquadra nesse tipo de classificação. Se autolegitimam civilizados em alto nível de humanidade em relação aos outros, porém, segundo Césaire no seu discurso sobre o colonialismo, argumentou que a colonização produziu uma descivilização, ou seja, o colonizador torna-se um descivilizado “para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral” (Césaire, 1974, p.3).

Em nosso País, ao longo dos séculos, foi marcado por um processo de racialização que não apenas categorizou as pessoas com base na cor da pele, mas também influenciou a distribuição desigual de recursos, poder e prestígio. Nesse sentido, Jesus (2015, p. 59 *grifos nossos*) considera que o processo responsável pela racialização da hierarquia brasileira, se deu pela:

[...] conversão das classificações de cor num princípio de diferenciação e fabricação dos grupos sociais, bem como da distribuição desigual dos bens econômicos, do poder político e do prestígio entre designados: *brancos, pardos, mestiços, caboclos, negros* (Jesus, 2015, p. 59, *grifos nossos*).

Como retratado pela literatura de Aluísio de Azevedo, outro importante intelectual maranhense que, ao escrever *O Mulato* em 1881, assim escreve: Em certos pontos não se encontrava viva alma na rua, tudo concentrado, adormecido; só os pretos faziam as compras para o jantar ou andavam no ganho” na luta pela sobrevivência e por melhores condições de vida (Azevedo, 1881, p. 1). Ou, quando relata em sua literatura o comportamento da portuguesa Maria Bárbara, nesse caso, ressalta:

[...] tinha o verdadeiro tipo das velhas maranhenses criadas na fazenda. Tratava muito dos avós, quase todos portugueses; muito orgulhosa; muito cheia de escrúpulos de sangue. Quando falava nos pretos, dizia “Os sujos” e, quando se referia a um mulato dizia “O cabra”. Sempre fora assim e, como devota, não havia outra: Em Alcântara, tivera uma capela de Santa Bárbara e obrigava a sua escravatura a rezar aí todas as noites, em coro, de braços abertos, às vezes algemados. Lembrava-se com grandes suspiros do marido “do seu João Hipólito” um português fino, de olhos azuis e cabelos louros (Azevedo, 1881, p. 3).

Diante disso, faz-se necessário evidenciar também que na geração de Nascimento Moraes, o Maranhão estava em um processo de decadência. No final do século XIX e início do século XX, o estado não ocupava mais o centro das atenções nacionais, encontrando-se em uma crise sem precedentes que afetava todos os aspectos da vida social, econômica e cultural. Essa crise estava

diretamente relacionada ao declínio da produção de algodão e cana-de-açúcar nas províncias nordestinas, bem como ao crescimento do eixo centro-sul, com São Paulo se destacando na produção de café (Pereira, 2006). Além disso, a concorrência do algodão norte-americano, que retomou com força suas exportações após a Guerra de Secessão, oferecendo um produto melhor e mais barato para a Inglaterra, agravou ainda mais a situação (Silva, 2013, p.25).

Nesse contexto de empobrecimento de comerciantes e agricultores maranhenses, a cidade viu chegar homens e mulheres, mulatos, pobres e livres, caboclos, indígenas e migrantes cearenses, que, devido à seca em sua região de origem, foram forçados a buscar no Maranhão novas estratégias de sobrevivência. Muitos deles encontraram trabalho nas plantações de cana-de-açúcar, após a proibição do tráfico de escravos em 1850. Para muitos proprietários de terras, além do tráfico interno, vender seus escravizados para outras regiões tornou-se uma saída para pagar dívidas e evitar a ruína (Silva, 2013).

Apesar da abolição formal da escravatura em 1888, persistiam discursos raciais que categorizavam indivíduos a partir de características físicas, como a cor da pele, perpetuando uma hierarquização entre brancos, negros, mestiços. Esta classificação racial impactava diretamente na cidadania desses indivíduos, limitando seu acesso aos direitos idealizados do discurso republicano (Jesus, 2015).

É dentro dessa contextualização que poderemos compreender as intervenções de Nascimento Moraes e seu papel importante na tentativa de reinterpretar a história na ótica dos oprimidos, revelando um cenário de contradição da modernidade e suas hierarquias de poder, na busca por contestar a narrativa eurocêntrica dominante que perpetuava a ideia de superioridade de uns sobre os outros com base em critérios de classe, renda e raça.

2.2 O IMPACTO DO FIM DA ESCRAVIDÃO E INÍCIO DA REPÚBLICA EM SÃO LUÍS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Ainda se vive uma abolição inacabada, de fato, em decorrência das profundas desigualdades e diferenças tão pertinentes na estrutura do sistema-mundo da sociedade brasileira. As análises históricas do período Pós-abolição frequentemente se concentraram em compreender as implicações econômicas e políticas desse momento. “Isso envolve, do ponto de vista econômico, a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, bem como a substituição da mão de obra africana escravizada pela imigração europeia” (Rios; Mattos, 2004, p.245). No entanto, essas análises muitas vezes negligenciam a exploração mais profunda das dimensões filosóficas, discursivas, sociais

e culturais que permearam esse período.

Embora seja inegável a importância dessas abordagens econômicas e políticas, elas não são suficientes para compreender as complexidades das experiências do pós-abolição. É evidente a importância desse tipo de estudo, porém, não é suficiente para evidenciar os atravessamentos, as permanências e as continuidades do imaginário colonial e de sua diferença nos mais diversos cenários e localidades marcadas pelo processo de escravização de viés moderno/eurocêntrico.

A luta por cidadania e inclusão em São Luís do Pós-abolição é uma clara manifestação de como essas estruturas de poder colonial persistiram, manifestando-se em novas formas de discriminação, exclusão e violência simbólica, que são cotidianamente reinventados. Portanto, ao nos debruçarmos sobre essa realidade histórica, estamos efetivamente tentando de(s) colonizar a história, trazendo as variadas lutas, resistências e aspirações da população subalterna que, por muito tempo, foram silenciadas ou distorcidas no imaginário coletivo da população.

Conforme Câmara (2008) a proclamação da República no Brasil muito conectada às discussões anteriores, veio carregada de discursos sobre progresso e civilização. No entanto, na realidade de São Luís, essa transição não significou uma revolução substancial na ordem social existente. Ao invés de uma transformação radical que alinhasse a cidade e seus habitantes a um novo paradigma de modernidade, a República se configurou mais como uma mudança de regime político, com pouco impacto nas estruturas socioeconômicas. Ou seja, uma República para poucos prestigiados, inscrita nas bases da liberdade mais retórica do que real, apontando para as complexidades e particularidades da experiência de milhares de subalternizados, revelando uma libertação mascarada.

A dinâmica social, especialmente no final do século XIX, foi influenciada por uma complexa intersecção entre raça, classe e poder. Embora o final do período escravista brasileiro tenha sido marcado por tumultos e atos de desobediência, o período subsequente à Abolição não desfrutou da tranquilidade esperada. Conforme destaca Conrad (1978), a promulgação de leis para abolir a escravidão, sem oferecer compensação adequada, era um movimento amplamente antecipado. O sistema escravista já estava à beira do colapso.

De acordo com Matheus Gato de Jesus (2019), a configuração do Pós-abolição no Brasil não atingiu um padrão uniforme. Ainda que em alguns casos tenha ocorrido uma "continuidade", onde a escravidão ou a tutela sobre os libertos se mantiveram após o 13 de maio, as condições que permitiram a persistência desse domínio senhorial variaram consideravelmente conforme o local e a situação específica.

O elemento comum em todas essas realidades no Brasil é que o impacto do 13 de maio de 1888 não resultou em uma progressão linear em direção à inclusão de todos na distribuição equitativa da riqueza coletiva, ou ao acesso aos direitos fundamentais como *saúde, educação, lazer, trabalho, salário digno, igualdade, justiça social e uma velhice tranquila*. Pois, em algumas circunstâncias, as condições de sujeição, subordinação e desumanização que caracterizavam a experiência do cativo, foram reconfiguradas e continuaram a existir mesmo após o término formal do período escravocrata.

Um aspecto crucial a ser ressaltado é a continuidade das práticas de exploração em relação ao trabalho dos indivíduos recém-libertos. Após a Abolição, muitos ex-escravos continuaram submetidos a condições degradantes, seja em trabalhos rurais ainda sob regime de servidão, seja em trabalhos informais nas ruas das cidades - modalidade essa que já era comum durante o período escravocrata, já sinalizado no tópico anterior. Essa dinâmica perpetuou uma estrutura de opressão e dependência econômica, impedindo a mobilidade social e a ascensão econômica desses indivíduos, visto que muitos desses ex-escravos não possuíam acesso à educação ou ao mercado de trabalho formal.

Cunha e Gomes (2007) destacam que a cidadania para uma população recém-liberta estava intrinsecamente ligada a mecanismos de ajuste em diversas esferas, como moral, jurídica e econômica. Nesse panorama, Câmara (2008) ressalta que a evolução da ordem moral em São Luís teve seu marco inicial com a introdução dos serviços de infraestrutura urbana, na arquitetura das casas, pavimentado ruas e modificando o espaço urbano tendo como arquétipo a paisagem urbana européia.

No entanto, foi durante a transição para o século XX, já no período republicano, que esses serviços se intensificaram. Foram alinhados a um projeto modernizador que visava não apenas o progresso e a civilidade urbana, mas também implementaram processos rigorosos de exclusão, controle e disciplina em relação aos subalternos. Este projeto de modernização, portanto, urbana, não era apenas sobre estética; buscava igualmente higienizar e importar ordem ao uso dos espaços públicos.

Tais mudanças envolveram a introdução de serviços essenciais, como iluminação pública para tornar as ruas mais seguras durante a noite, sistemas de água encanada para garantir o acesso a água potável e a instalação de sistemas de esgoto para melhorar as condições de higiene.

Além disso, foram elaborados códigos de posturas municipais datadas de 1866 e 1893, com o objetivo de combater a insalubridade urbana e, principalmente, estabelecer punições para aqueles que violassem as normas estabelecidas de controle, vigilância e disciplina nas áreas urbanas. Isso visava criar um “espaço próprio em que a elite pudesse desfilar” (Câmara, 2008, p.26) com tranquilidade.

Essas reformas foram implementadas no centro da cidade, local em que viviam as famílias

abastadas de São Luís, que necessitavam de um ambiente adequado para sua circulação. Esse controle de cunho moral fica melhor explicitado na citação que segue:

Os moradores da rua 28 de Julho pedem ao Exm. Sr. Dr. Chefe de Polícia providências para que cesse um baile ou samba de mais de 40 pretos de ambos os sexos, que no sobrado velho n. 31 da mesma rua, todas as noites até as 10 horas e às vezes até amanhecer atormentão a vizinhança com danças e palavras indecentes ao som de um fagote incommodativo. O principal inclino desse velho prédio é o músico do samba, e dizem que os pretos contribuem com certa quota para sustentação de uma tal immoralidade, que acaba sempre em desordem, e ainda hontem estiveram em termos de matar-se, se não interviesse a ronda, que com muito trabalho poude contel-os, conservando-se de sentinella a porta, até o fim do samba immoralizador (PEDIDO... , 1881, p.2).

A discussão sobre o Pós-abolição também tem implicações significativas para o que estou chamando de "espaços da diferença". A subalternidade desses sujeitos se manifestava não apenas na privação de melhores condições de vida e oportunidades de cidadania efetiva, mas também na restrição de suas oportunidades de desfrutar momentos de lazer e festividades, essenciais para enfrentar as dificuldades da vida cotidiana e manter a saúde mental.

Esses libertos eram frequentemente impedidos de participar de atividades consideradas "imorais" e perturbadoras pelos moradores ilustres, o que sugere uma visão preconceituosa em relação às manifestações culturais da comunidade dos ex-escravos. Afinal, a discriminação racial, a exclusão social e a falta de oportunidades econômicas eram obstáculos que restringiam seu acesso à cidadania plena, tornando-os "quase-cidadãos" (Cunha; Gomes, 2007).

No trabalho de Sidney Chalhoub (1986) intitulado "Trabalho, Lar e Botequim", discute a vida cotidiana dos trabalhadores pobres do Rio de Janeiro no período Pós- abolição, entre os anos 1890 e 1920. O autor enfatiza as relações de trabalho e as formas de resistência e sociabilidade desses indivíduos. O autor considera que foi através do antagonismo trabalho assalariado x capital que se ergueu o regime republicano 1889.

O projeto político mais prioritário e significativo desse regime foi a conversão do indivíduo livre, independentemente de ser um imigrante pobre ou um ex- escravo, em um trabalhador assalariado. Isso significa que o objetivo central do novo regime era a integração desses indivíduos na estrutura econômica baseada no trabalho assalariado, em oposição à antiga economia escravista. No entanto, é importante ressaltar que a transição para o trabalho assalariado não foi um processo simples ou isento de desafios. Muitos trabalhadores enfrentaram condições precárias, baixos salários, falta de proteção social e exploração por parte dos empregadores que mantinham, na prática, a base ideológica e preconceituosa do sistema escravocrata.

O autor analisa a experiência dos trabalhadores nas mais diversas atividades econômicas,

como o comércio ambulante, a construção civil, a indústria e o trabalho doméstico. Chalhoub (1986) mostra como esses trabalhadores enfrentavam a precariedade das condições laborais, as jornadas extenuantes e a falta de proteção social, organizando-se em sindicatos e associações para defender seus interesses e conquistar melhores condições de vida.

Esses trabalhadores enfrentavam dificuldades e inseguranças no mundo profissional, mas também resistiam e se organizavam em busca de melhores condições de vida, conforme o autor afirma:

O mundo do trabalho era um mundo perigoso e inseguro, e as condições de trabalho eram precárias. A maioria dos trabalhadores enfrentava longas horas de trabalho, salários baixos, falta de proteção social e péssimas condições de habitação. Ainda assim, eles não eram passivos diante dessas condições. Eles organizaram-se em sindicatos e associações, lutando por melhores condições de trabalho e salários mais justos. Eles criaram redes de solidariedade, em que se ajudavam mutuamente em momentos de crise e dificuldade (Chalhoub, 1986, p. 37).

Embora o livro de Chalhoub se concentre na cidade do Rio de Janeiro durante a Belle Époque, é possível encontrar paralelos com a vida cotidiana em São Luís no final do século XIX. Ambas eram marcadas por profundas desigualdades sociais. Assim como no Rio de Janeiro, a sociabilidade dos trabalhadores pobres de São Luís se deu em torno de lugares públicos, como botequins, casas e praças. Neste contexto, a manutenção da ordem social estava diretamente relacionada à privação dos direitos dos libertos e pobres livres, que constituíam a maioria da classe trabalhadora. Isso refletia uma sociedade na qual qualquer tentativa de ascensão social por parte dos subalternos livres era vista como uma ameaça à estrutura ainda estabelecida da escravidão, enraizada nas dimensões perversas da colonialidade. Em outras palavras, existiam limites sociais e culturais para a verdadeira integração dos grupos subordinados na sociedade ludovisence.

No contexto das questões de liberdade e igualdade, é frequente encontrarmos estratégias sutis e manipuladoras que perpetuam desigualdades. A escravidão, considerada o extremo oposto da liberdade, não foi completamente erradicada, mas sim assumiu formas mais dissimuladas. Em algumas situações, essa opressão se apresenta de maneira ambígua, enquanto em outras se disfarça de forma enganosa. Isso sugere que ainda persistem práticas e discursos que perpetuam formas mais sutis de opressão e desigualdade, tornando-as difíceis de identificar e combater. Na verdade, a construção da figura do "outro" continuou sendo influenciada por paradigmas epistemológicos que, embora possam ter adotado argumentos mais sofisticados, ainda se baseavam na ideia da diferença e desigualdade entre os seres humanos, em oposição à noção de alteridade.

2.3 O MITO DA ATENAS BRASILEIRA: RAÇA, CLASSE E PODER NA SOCIEDADE LUDOVICENSE DO SÉCULO XIX

A Grécia Clássica serviu de inspiração para o epíteto de "Athenas Brasileira". Mas o que ela de fato tem em comum com a sociedade ludovicense? Segundo Borralho (2009) a sociedade da Grécia Antiga era escravista e culturas afro-asiáticas desempenharam um papel significativo em sua formação, porém foram sistematicamente negligenciadas e marginalizadas em favor dos aspectos europeizantes. Da mesma forma, segundo o autor, no Maranhão, uma província imersa na escravidão, a fundação e desenvolvimento foram conduzidos de maneira a privilegiar características europeias em detrimento das culturas africanas e indígenas que também contribuíram para a formação da região.

Ao longo do século XIX, a região enfrentou crises constantes, especialmente a partir de 1849, quando se viu diante de uma forte concorrência internacional. Nesse período, houve um breve crescimento na produção de cana-de-açúcar, que esteve em crescimento até a década de 80, porém, as exportações desse gênero também sofreu um forte declínio (Silva, 2018, Martins, 2011). Essas constantes crises podem ser compreendidas por diversas perspectivas, a mais provável, refere-se a crise do escravismo de 1850 e a falta de comprometimento dos filhos dos donos dos engenhos que, embora tenham estudado nas grandes universidades do exterior tais como: Lisboa, Coimbra, Inglaterra, Paris e também aquelas situadas no país, não foram capazes de manter e conservar o legado dos pais na administração dos engenhos de cana-de-açúcar (Viveiros 1954 apud Martins, 2011).

Foi essa intelectualidade privilegiada com acesso ao ensino superior nos grandes centros acadêmicos que foram responsáveis para a construção da imagem mítica de São Luís como a "Athenas Brasileira" a partir da segunda metade do século XIX. Essa ideia de São Luís inspirada na famosa cidade grega conhecida por sua riqueza cultural e intelectual, cristalizou-se no pensamento da época. Ela serviu como uma forma de preencher o vazio deixado pela falta de perspectivas econômicas, ao mesmo tempo em que era idealizada no âmbito cultural (Borralho, 2000). Borralho (2000, 2009), Meireles (1960), Corrêa (2001, 2017) e Martins (2006) tem nos ajudado a entender que a construção simbólica de São Luís como Atenas Brasileira não foi espontânea, mas sim resultado de uma estratégia deliberada das elites dominantes locais. Ao glorificar o passado cultural da província e até mesmo o discurso da decadência, apresentando-a como berço de renomados homens de letras e intelectuais, essas elites buscavam justificar e perpetuar sua própria posição privilegiada na sociedade, nesse sentido, o próprio apelo a essa época de ouro e exaltação do passado, servia como um argumento

fortíssimo para a manutenção de uma estrutura social que beneficiava os descendentes das antigas famílias abastadas da cidade ludovicense. Ao mesmo tempo, essa narrativa contribuía para a projeção de uma imagem de São Luís como um polo de excelência intelectual, em busca de investimentos e manutenção do prestígio para a cidade

A contrução dessa narrativa, na verdade:

[...] foi um recurso discursivo para alguns habitantes da capital, ora para reivindicarem mais proximidade econômica e cultural com a antiga metrópole, criticando o centralismo político e econômico da corte, ora para legitimar que nessa distante ilha forjou-se uma experiência social tão esplendorosa quanto a Grécia clássica, por isso, constituía-se enquanto arquétipo para o restante do império (Borrvalho, 2009, p. 14-15).

Por trás de sua aparente inocência de reconhecimento cultural, traz profundas implicações sobre raça, desigualdade, diferença, classe e poder. Esse título, evocando imagens da Atenas antiga - berço da democracia e epicentro da erudição europeia - não apenas simbolizava um desejo ardente de identificar-se com os padrões europeus de civilização e cultura, mas também refletia os esforços da elite local para moldar a identidade regional pelos critérios de diferenciação do outro, até mesmo por meio das ideias raciais.

Baczko (1985) argumenta que o imaginário social desempenha um papel crucial como regulador da vida coletiva. As construções imaginárias, especialmente os mitos, representam respostas elaboradas pelas sociedades para lidar com seus desequilíbrios internos, que são inerentes às estruturas sociais, bem como com as ameaças de violência. Segundo o autor:

[...] nenhuma relação social e, por maioria de razão, nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem [...] É nas ilusões que uma época alimenta a respeito de si própria, que ela manifesta e esconde, ao mesmo tempo, a sua “verdade”, bem como o lugar que lhe cabe na “lógica da história” (Baczko, 1985, p. 301-303).

No âmago da cultura grega, por exemplo, a alteridade ou o reconhecimento do outro em sua diferença, frequentemente era silenciada através das mitologias que foram formuladas. Grupos de mulheres, denominadas de (esposa legítima, estrangeira ou "prostituta"), escravos, crianças, estrangeiros e portadores de deficiência, foram consistentemente subjugados pela lógica de uma aristocracia patriarcal. Essa aristocracia tinha o hábito de utilizar narrativas mitológicas para justificar a supremacia do patriarcado, promovendo ideais de virilidade, beleza do corpo masculino, força guerreira, como alicerces para a manutenção de suas hierarquias de poder e privilégios.

Cada época reconfigura sua narrativa histórica por meio de uma linguagem permeada por

discursos carregados de intenção "mitológica". Nesse contexto, os mitos são compreendidos como narrativas profundamente entrelaçadas com a história de qualquer sociedade, seja em termos políticos, religiosos, culturais, filosóficos ou subjetivos. Esses mitos frequentemente abordam questões relacionadas aos contrastes sociais e dilemas enfrentados, especialmente por aqueles que não têm acesso aos espaços oficialmente sancionados.

Embora os cenários mudem, novos atores e enredos surjam, a fantasia e a máscara da história permanecem nas estruturas de cada época, perpetuando-se principalmente entre aqueles que ocupam posições confortáveis de poder. Isso confere verdadeiro significado ao imaginário cultural de cada sociedade, evidenciando como as narrativas mitológicas continuam a desempenhar um papel crucial na construção e manutenção das normas e estruturas sociais ao longo do tempo, nas diversas e na especificidade de cada época.

Na epistemologia teogônica de Hesíodo e nas narrativas de Homero, marca determinante do imaginário dos povos Helenos, são abertas brechas para pensar a construção de uma mentalidade completamente marcada pela fissura delirante de quem é ou não é importante, dos fracos e dos fortes, dos heróis ou daqueles que de forma perpétua ficarão presos no tártaro, dos inúmeros sujeitos escravizados que *nasceram* com o triste destino de serem tão somente escravos¹⁷ – Essa última concepção foi marca ontológica da perspectiva filosófica e política daquele que foi considerado o mais importante filósofo de todos os tempos da cultura grega: *Aristóteles*.

Para Aristóteles, a escravidão era uma realidade imutável, natural e determinada pela lógica da causalidade de todos os seres que nasceram para cumprir seu objetivo teleológico no mundo da natureza com perfeição. Para ele,

o trabalho é melhor quando executado por trabalhadores melhores; e onde um homem manda e outro é mandado pode-se dizer que existe um trabalho [...] essa dualidade existe nas criaturas vivas como consequência de sua natureza (Aristóteles, 2000, p. 150).

Lacroix (2002), em sua obra "A Fundação Francesa de São Luís e seus mitos", a autora apresenta a elite de São Luís se mantém enraizada em padrões de comportamento e etiqueta fortemente influenciados pelos costumes europeus, especialmente os da moda francesa, uma estratégia de legitimação do poder e da posição social, pois busca reforçar sua própria superioridade

¹⁷ Segundo Nicuia (2009) o termo escravo vem do latim bárbaro *slavu* e significa cativo, aquele que está debaixo do poder absoluto do seu senhor, por compra, por herança ou por guerra; que vive em dependência do outro; ou ainda indivíduo cuja vida é salva após sua derrota num combate com a condição de colocar as suas forças ao serviço do vencedor.

e distinção em relação às demais camadas da sociedade.

A autora argumenta como tese central da sua pesquisa, que a historiografia maranhense dos séculos XVII, XVIII e XIX não faz qualquer menção aos franceses como fundadores da região, mas, ao contrário, os retrata como invasores¹⁸. Ela destaca que a atribuição do papel de fundadores aos franceses é uma construção mais tardia, surgida no final do século XIX e início do século XX.

Assim, a ideia de que São Luís foi "a única fundada por franceses" foi uma invenção de tradições, promovida como parte de uma narrativa que enaltecia o passado da cidade, associando-a à fundação francesa e à efervescência intelectual que era característica da "Athenas Brasileira". Como autora muito bem argumenta:

A elite maranhense, influenciada pelas idéias e práticas francesas sopradas durante todo o século XIX, edificava seus "tempos de glória", delineando uma identidade assentada no orgulho de ser superior e singular, com ênfase ao traço cultural literário. Aconteceu em São Luís a invenção de tradições, fenômeno comum na última década do século XIX e mais acentuadamente nas primeiras décadas do século XX. No bojo do discurso laudatório, constituindo a comunidade maranhense como a mais erudita, elegante, gentil e hospitaleira, surgiu a construção de uma outra distinção: a da fundação de sua capital pelos franceses. Aquele momento de rápidas transformações sociais exigiu dispositivos confirmatórios de uma identidade e coesão social. Os métodos do recém-instalado governo republicano incluíam feriados, cerimônias e heróis. No Maranhão, La Ravardière, fidalgo francês, tornado novo herói, passou a fundador da cidade, sendo subtraída de Jerônimo de Albuquerque, o valente mestiço de português com índia, a honra da fundação da "Atenas do Brasi (Lacroix, 2002, p. 55-56).

Eric Hobsbawm e Terence Ranger em seu livro de 1983, "A Invenção das Tradições". se refere à criação ou reinvenção de práticas, rituais e narrativas que são apresentadas como antigas e autênticas, mas na verdade são relativamente recentes e muitas vezes têm motivações políticas ou sociais subjacentes. Ao apresentar La Ravardière como o verdadeiro fundador da cidade, a elite maranhense estava buscando não apenas consolidar sua própria posição de poder, mas também criar uma narrativa que reforçasse a identidade coletiva e distinguisse a comunidade de outras regiões.

Em vista de compreender melhor a configuração da organização literária dos intelectuais no Maranhão a partir do século XIX, Cruz sinaliza que:

¹⁸ Segundo Lacroix (2002, p. 56) existem subsídios para a recuperação da história do Maranhão, entre os séculos XVII e XVIII. Muitas obras, registram a passagem francesa, como presença ilegítima, em razão da ação de "piratas" e "invasores". A primeira crônica está contida na Jornada do Maranhão. Em 1624, Simão Estácio da Silveira deu suas impressões: "Estes franceses... que vinham a estas barras de suas pilhagens, e tinham aqui uma ladroeira onde espalmavam e breavam com a almécega da terra, que também como o breu serve." João Felipe Bettendorff (1627- 1698), jesuíta alemão, registrou acontecimentos desde os primórdios até 1698 e considerou "injusta a agressão com que a França acometia o Maranhão." José de Moraes, no capítulo VI da História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará classifica os franceses como "um tão prejudicial e usurpador dos domínios de Portugal".

A história literária maranhense do período imperial até o início dos anos 1930 foi classificada em três fases. A primeira chamava-se Grupo Maranhense (1832-1868), formada por intelectuais filhos de senhores rurais. A segunda foi denominada Atenienses (1868-1894) e a terceira, conhecida como Decadentismo (1894-1932), engloba os Neo-Atenienses: grupo voltado para o resgate do prestígio literário que o Maranhão havia conquistado pelo Grupo Maranhense [...] (Cruz, 2023, p. 159).

O movimento cultural foi protagonizado por uma leva de intelectuais e poetas maranhenses, entre os quais se destacam membros do chamado Grupo Maranhense (1832- 1868) da primeira geração no apogeu do algodão com representação nacional de: Gonçalves Dias, Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa, Gomes de Sousa, Celso Magalhães, César Marques, Sousândrade e outros. O impacto desses pensadores no panorama cultural brasileiro foi profundo, solidificando a imagem de São Luís como um epicentro de efervescência intelectual (Carreira, 2015; Corrêa, 1993). A segunda geração de literatos também conhecidos como grupo dos Emigrados, refere-se a: Aluísio Azevedo; Coelho Neto; Raimundo Côrrea; Manoel Bittencourt.; Artur Azevedo; João Afonso e outros que, pautados pelo sucesso da primeira geração migraram para São Paulo, Amazônia e Rio de Janeiro. O grupo da terceira-geração (1894-1932) integrada pelos intelectuais: Reis Carvalho; Inácio Xavier de Carvalho; Euclides Marinho; Antonio Lobo, Domingos Barbosa e Nascimento Moraes, foram conhecidos como *novos-atenienses* (Carreira, 2015).

[...] a sociedade maranhense, densamente elitista, combinando crescimento econômico e esplendor cultural, fabricou uma excepcionalidade, consagrando-se como brasileira [...] pelo manuseio de uma superioridade espiritual, ao definir-se como Atenas [...] colocou-se na selvagem América, protegida pela cultura clássica da Europa. [...] A louvação dos méritos, que foram reais, em um complexo de intelectuais, foi transposta à condição de essência particular de todos os maranhenses [...] Atenas Brasileira, provincianismo mais refinado do que o nacionalismo [...] Maranhenses, nascidos na Atenas Brasileira. Atenas Brasileira, nascida dos maranhenses (Corrêa, 1993, p. 102).

A mesma Atenas do Liceu Maranhense. Essa importante Instituição de Ensino, embora pública, por muito tempo favoreceu a formação de um pequeno grupo de estudantes privilegiados pelo ensino secundário de qualidade. Segundo Castro (2017, p. 101), o Liceu Maranhense foi fundado em 1838, desempenhando um papel fundamental na formação da elite econômica e política da região, com o objetivo de preparar indivíduos para ocupar os cargos mais importantes no governo. “A instituição baseava sua formação em um ensino propedêutico para o ensino superior, e ainda concentrava no seu corpo docente figuras de grande vulto político e intelectual, entre elas: Sotero dos Reis e Felipe Conduru”.

Conforme Cabral (1982, p. 38-40) “foram criados, mais ou menos por essa época, o Colégio

Pedro II, na corte (1837) e os Liceus, em várias Províncias. No Maranhão, organizou-se o Liceu Maranhense (1838) que foi o único estabelecimento de ensino secundário público que teve a Província no Império”.

Cabral (1982) deixa registrado na sua pesquisa um discurso do Presidente da Província Manoel Felisardo de Sousa, proferido no dia 3 de maio de 1839:

As massas, Senhores, nunca poderão chegar a aquisição do que propriamente se chama Luzes mas podem e devem ser arrancadas à Ignorância inculta e bárbara que é sua infalível partilha nos países mal civilizados sendo iniciadas no conhecimento dos deveres do homem e do cidadão sendo amoldados para as instituições que as regem e instruídas nas noções elementares das ciências que mais úteis lhes podem ser, em as diversas profissões a que se houverem de consagrar. Creio que para isso bastará que a mocidade do sexo masculino seja exercitada na leitura, na escrita, na doutrina religiosa e moral, na aritmética prática, nos princípios mais elementares da Geografia, Geometria, Física e Mecânica e mais genéricos conhecimentos de Gramática Portuguesa e Ortografia (Sousa apud Cabral, 1982, p. 18-19).

Essa instituição de ensino refletia as diferentes abordagens educacionais da época. Por um lado, havia um foco na educação primária, de base elementar, que buscava ensinar normas de comportamento e valores considerados civilizados e higiênicos com base na moralidade cristã¹⁹, especialmente para as classes menos privilegiadas. Por outro lado, havia uma educação mais elitizada, completamente masculinizada, destinada a proporcionar aos alunos acesso aos cargos administrativos mais importantes, uma formação completa e refinada, em uma época em que a maioria da população era escrava e ex-escravos e não tinha acesso à educação formal (Castro, 2017).

A Atenas de uma cidade em que uma pequena parte de sua gente vivia em amplos, arejados e finamente decorados salões de altos sobrados, onde falas galantes são ditas em francês, enquanto a larga maioria se comprimia em “baixos” de sobrados e cortiços quentes e desprovidos de luxo, lugar em que a plebeia era a “língua geral”, São Luís tinha a “forma de sua ordem social”. (Correia, 2006, p. 47- 48). Grande maioria que nunca poderiam cruzar as linhas das diferenças rumo à Europa, epicentro absoluto do modelo de humanidade.

Assim, a construção do mito da "Atenas Brasileira" não ocorreu em um vácuo, mas sim dentro de um sistema mais amplo de representações e imagens que moldavam as relações de poder, as identidades e a autoimagem das pessoas.

¹⁹ O Presidente Cruz Machado (1856) também deixa explícita essa ideia, quando dizia que era indispensável que se estendesse a instrução elementar a toda as classes e que não era necessário dar a essas camadas instrução de "grande monta", mas apenas a "suficiente" para "dirigir seu caráter, por meio da educação moral, e de simples conhecimentos elementares, como seja ler, escrever e contar". Advertia ainda, que "a falta de educação e a ignorância faziam germinar o vício". Se o ensino não tem prosperado se é moralizador deve-o à ausência do elemento religioso sem o qual acho a ignorância preferível a instrução (Machado apud Cabral, 1982, p. 19).

É possível refletir como as representações simbólicas, como o mito da "Atenas Brasileira", pode ser usado para fortalecer e perpetuar desigualdades de classe, raça, poder e também de gênero.

No Maranhão do século XIX, o cânone e os lugares de produção intelectuais são intrinsecamente masculinos, os Atenienses, depois Novos Atenienses, encabeçaram o mito da Atenas Brasileira, e junto a isso, relativizaram, ocultaram e comandaram o esquecimento de uma das maiores escritoras do Maranhão e do Brasil; em contexto e condição tão adversos: afrodescendente, professora e, que escreveu, talvez, segundo Morais Filho (1975), o primeiro “romance original brasileiro” - Úrsula (1859): romance antiescravista com ocultos significados transgressores e em admiráveis aspirações de liberdade - Maria Firmina dos Reis, uma mulher que ousou ser aquilo que não lhe cabia, às margens do prestígio literário e do reconhecimento social (Silva; Nascimento, Oliveira, 2021, p. 89).

Paralelo ao mito da Atenas Brasileira, houve um evidente silenciamento das vozes femininas. Maria Firmina dos Reis, romancista e escritora maranhense, ao escrever Úrsula no século XIX, destaca-se como um testemunho potente da estrutura machista e patriarcal derivada do sistema escravocrata e sua hierarquização de poder no âmbito do discurso, definindo quem pode ou não falar ter autoridade e legitimidade de fala.

Esse cenário também é agravado pela colonialidade de gênero, um conceito que Maria Lugones (2021), explorou detalhadamente nos seus trabalhos. Ela dar uma grande contribuição aos estudos da de(s)colonialidade, pois ao estudar a luta e resistência das mulheres subalternizadas pela modernidade/colonialidade afirma que o sistema colonial de gênero é marcado pela combinação entre: *raça, gênero, sexualidade e classe*. Ou seja, como a autora sinaliza:

Investigo a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade na tentativa de entender a preocupante indiferença dos homens com relação às violências que, sistematicamente, as mulheres de cor sofrem: mulheres não brancas; mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criam análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ele ignorar a interseccionalidade das relações de raça/classe/sexualidade/gênero [...] A partir da problematização dessa indiferença diante das violências que o Estado, o patriarcado branco e eles mesmos perpetuam contra as mulheres de nossas comunidades em todo o mundo, chego a esta investigação teórica (Lugones, 2021, p. 52).

No seu trabalho, portanto, Lugones (2021) sustenta que a colonialidade de gênero é uma dimensão interligada à colonialidade moderna e envolve três questões essenciais: o conceito de colonialidade e modernidade europeia, o eurocentrismo e a interseccionalidade entre raça e gênero, que ela denominou de sistema moderno-colonial de gênero. Segundo as ideias de Lugones, o sistema colonial moderno recorreu a estratégias e práticas discursivas para colonizar e silenciar os sujeitos, sobretudo as mulheres.

A dimensão de gênero é fundamental nesse processo, já que o sistema colonial determina normas e condutas que estabelecem como homens e mulheres devem se encaixar na sociedade, com uma clara posição de gênero, característica do eurocentrismo, uma vez que o sistema colonial estabelece um padrão, proclamando que o homem do Ocidente é superior ao homem não ocidental. Além disso, essa dinâmica tem uma dimensão racial, pois as mulheres não brancas, são frequentemente invisibilizadas por esse sistema, reforçando as estruturas de poder existentes, por isso a Lugones ressalta: “Eu concebo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não-humano como a dicotomia central da modernidade colonial” (Lugones, 2011, p. 106).

Dessa forma, Maria Firmina dos Reis, não apenas desafiou a estrutura colonial/machista e colonial/patriarcal de sua época, mas também desafiou questões complexas de gênero e raça inseridas no contexto da colonialidade. Sua obra e sua posição na sociedade ludovicense na luta por igualdade e justiça, além de uma firme reivindicação de contar suas próprias experiências e narrativas, evidencia a importância de dar voz às mulheres excluídas do seu direito legítimo de fala.

Além disso, o trabalho de Maria Firmino dos Reis é um ato de resistência narrativa, frente à sociedade escravista e racista através das representações literárias, e como sua obra contribuiu para a construção de um discurso antiescravista na literatura brasileira. Essa “Mulher, afrodescendente, sujeita a preconceitos de cor e de sexualidade [...] consegue mais uma vez transgredir a ordem, do discurso, da postura, da dominação e da escrita” (Silva, Nascimento; Oliveira, 2021, p. 91).

Dentro desse contexto, é relevante abordar a perspectiva apresentada por Barros (2007) e Jesus (2015). Segundo os autores, a “decadência” percebida na sociedade maranhense no século XIX e da maneira como foi imaginada, pode ser interpretada como uma manifestação das tensões subjacentes relacionadas à raça em São Luís. O mito da “Atenas Brasileira” não deve ser visto apenas como uma referência à glória cultural da região, mas também como um reflexo das intrincadas relações racializadas da cidade. A alcunha, portanto, torna-se um prisma pelo qual se pode examinar as desigualdades e diferenças sociais enraizadas na história de São Luís.

As histórias do passado podem ser influenciadas por preconceitos ideológicos, essas ideias podem continuar a promover desigualdades. Por conseguinte, ao examinarmos as representações da “Atenas Brasileira”, somos incentivados a refletir sobre a necessidade de consideração as diversas forças que deram forma ao desenvolvimento do mundo ocidental, ao mesmo tempo em que questionamos como o silêncio seletivo contribui para manter essas narrativas dominantes.

Como exemplos históricos do poder da palavra, podemos citar pensadores como Montesquieu, Voltaire, Hume, Kant e Hegel, cujas obras, muitas vezes partindo de uma perspectiva

eurocêntrica, contribuíram para a construção de discursos filosóficos que, de alguma maneira, impactaram a produção literária em vários contextos. Suas produções estereotiparam e desvalorizavam os povos africanos. Suas ideias influenciaram profundamente a forma como esses povos eram percebidos e tratados, ampliando assim a lacuna entre diferentes grupos sociais e culturas. Segundo Montesquieu:

Se eu tivesse que defender o direito que tivemos de tomar escravos os negros, eis o que eu diria: Tendo os povos da Europa exterminado os da América, tiveram que escravizar os da África para utilizá-los no desbravamento de tantas terras. O açúcar seria muito caro se não se cultivasse a planta que o produz por intermédio de escravos. Aqueles a que nos referimos são negros da cabeça aos pés e têm o nariz tão achatado, que é quase impossível lamentá-los. Não podemos aceitar a ideia de que Deus, que é um ser muito sábio, tenha introduzido uma alma boa, num corpo completamente negro (Montesquieu, 2000, p. 296).

Para Voltaire, por sua vez, “o preconceito comum era que a beleza física condiciona a boa qualidade da mente” (Voltaire, 2021, p.45), segundo Hume (1999, p. 207) “os negros ignoram tudo o que tem a ver com inteligência: a manufatura, a arte, a ciência”. O objetivo da natureza, segundo Hume, era diferenciar as raças humanas e estabelecer uma hierarquia rigorosa entre elas, “pois a raça negra é inferior à raça branca” (Hume, 1999, p.207).

Kant acreditava que os europeus, estavam “todos cultivados em alto grau pela arte e pela ciência, eram civilizados, até ao excesso, em toda a classe de maneiras e na respeitabilidade sociais” (Kant, 1784, p.440), porém “os selvagens jamais se habituam a viver como os europeus, ainda que permaneçam por muito tempo a seus serviços” (Kant, 1999, p. 442). Logo, fica evidente frente a essas colocações que os ditos “povos selvagens”, não pertenceriam a essa parcela de humanos privilegiados, cultivados pela arte e pela ciência. Na sua obra *Sobre a Pedagogia*, publicada antes da sua morte em 1803, advoga que:

a disciplina transforma a animalidade em humanidade [...] Pode se buscar o começo da humanidade num estado bruto ou num estado perfeito de civilização. Mas nesse último caso, é necessário admitir que o homem tenha caído depois no estado selvagem e no estado de natureza (Kant, 1999, p. 442).

Essa epistemologia da diferença em relação a outros povos, sobretudo daqueles pertencentes ao continente africano e ao sul global, é marca fundante da superioridade que marca o eurocentrismo até os dias atuais. Ora, segundo essa vertente de pensamento ideológico, se os europeus são racionais e deixam-se guiar por esse espírito racional, os outros povos, devido as suas selvagerias, não são participantes dessa humanidade declarada. Ou seja, é o que Gonçalves (2018, p. 28) chama de “O especismo”, que condensa toda argumentação “que, desde Aristóteles, pretende separar o homem dos

demais, formando todo o tipo de hierarquias, supremacias” (Gonçalves, 2018, p. 29).

Para Hegel “o negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável (Hegel, 1995, p. 45). Ele declara a inexistência da História na África, ou de sua insignificância para a história universal, significa afirmar, também, que na África não existe nenhum tipo de reflexão filosófica, dentro, é claro, dos parâmetros de filosofia da perspectiva europeia. A África, portanto, foi condenada ao esquecimento e à inferioridade. Como ele mesmo afirma: A África propriamente dita, tão longe quanto a história registra conservou-se fechada, sem laços com o resto do mundo; é a terra do ouro debruçado sobre si mesma, terra da infância que além do surgimento da história consciente está envolvida na cor negra da noite (Hegel, 1987, p. 74)

Para esse filósofo alemão, uma sociedade só poderia ser considerada histórica se tivesse três aspectos fundamentais: objetividade, Estado e Deus. Logo, ele não considerava a África tributária dessas características. Nesse sentido, na parte introdutória da obra acerca do *Fundamento Geográfico da História Universal*, assim postula:

a principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. [...] O negro representa, como já foi dito, o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia de caráter humano. [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistente [...]. Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar (Hegel, 1995, p. 84-88).

Para Dussel (1993), portanto, existe em Hegel uma sacralização cínica do poder, uma sacralização do direito. A Europa pra Hegel, pelo fato de serem portadores do espírito do desenvolvimento, tem o direito absoluto da história universal, diante de cujo povo todo o outro povo “não tem direito”.

Mbembe (2014) na sua crítica da razão negra, nos faz compreender que o ponto de partida essencial para o pensamento crítico reside na necessidade do reconhecimento epistemológico de que o pensamento europeu não representa a única interpretação da realidade, mas sim, apenas uma das várias perspectivas (Mbembe, 2014). Para o autor:

[...] o pensamento europeu sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho (Mbembe, 2014, p. 10).

O pensador camaronês nos alerta para a fixação pela diferença sob a ótica do mesmo, para a

criação de um único espelho da realidade que resulta na formação de sujeitos-sombra, meros reflexos fragmentados de si mesmos. Essa fixação está relacionada à produção da noção de raça e do racismo como uma ideia e uma produção violenta de compreensão do mundo. Consequentemente, segundo o autor, essa lógica de autoficção, autocontemplação e enclausuramento, atribuída ao Negro e à raça, tem tido o mesmo significado nos imaginários das sociedades europeias. Desde o início do século XVIII, ela constitui, no conjunto, o substrato muitas vezes inconfessado e negado, ou melhor, o núcleo complexo a partir do qual se disseminou o projeto moderno de conhecimento e governação (Mbembe, 2014).

Em outras palavras, a modernidade inventa o homem e a humanidade. Inventa a alteridade a partir da raça e do racismo. Essa invenção tem classe, raça, gênero, território, religião... É o devir negro do mundo e sua ação teórica e prática performática de excluir o negro/outro/pobre/subalterno/imigrante/indígena/trabalhador.

É um único espelho homogêneo que perpassa até a mesma história do pensamento humano como parte ideológica desse projeto de governação social, cultural, política (Mbembe, 2014). A diferença racial para Mbembe (2014) tornou-se um marcador, um fator de definição de cidadania. Para tanto, o lócus do desigual foi produzido e por isso a importância de se compreender que políticas de representação, justiça, equidade e cidadania ainda estão por ser construídas.

De fato, uma análise geopolítica do conhecimento, a partir de outros lócus de enunciação epistêmica, tem nos possibilitado reconhecer a especificidade geográfica da produção do conhecimento e, por conseguinte, “desvelar a alteridade negada pela epistemologia moderna, ou seja, os múltiplos lócus de enunciação, os múltiplos lugares de construção de imaginários, de mundos de vida, os múltiplos espaços da colonialidade” (Leda, 2015, p. 117).

No livro “Um discurso sobre as ciências” de Boaventura de Sousa Santos (2008) o autor destaca uma pergunta feita por Rousseau (1712-1778) em 1750 em seu célebre discurso sobre as ciências e as artes em plena efervescência do iluminismo. Rousseau, ao se perguntar se o progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para romper os costumes, questiona: haverá alguma razão de peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos com os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria? Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? Perguntas simples a que Rousseau responde, de modo igualmente simples (Santos, 2008).

Ademais, essa questão Rousseauiana de dúvida em relação ao progresso é um ponto de

partida significativo e urgente para o pensamento liminar. Aliás, precisamos resgatar o “outro” do encobrimento que foi submetido/subjugado por esse ideal do progresso desenvolvimentista (Dussel, 1993), tirá-lo da invisibilidade, da morte social (Mbembe, 2017), da prisão dicotômica, nem que para isso seja necessária uma teatralização literária que seja capaz de dar voz aos seus gritos de libertação.

A menção à marca do racismo na Atenas Brasileira introduz uma contradição intrínseca. Por um lado, essa ideia pode ter raízes em valores universais de civilização, por outro, o racismo destaca a exclusão e a marginalização, revelando a tensão entre a busca pelo conhecimento e a perpetuação de preconceitos.

De acordo com Laplantine (1999) os elementos culturais, símbolos e ideias compartilhadas servem como uma maneira imaginativa de resolver ou lidar com as contradições reais presentes na sociedade. A construção de similaridades e símbolos serve como uma forma fantasiosa de lidar com as contradições reais existentes no mundo social. Para tanto, em vez de abordar diretamente as diferenças e contradições presentes na cultura local, a incorporação de elementos culturais europeus cria uma imagem idealizada e simbólica que tenta resolver ou ocultar essas contradições. O imaginário, nesse contexto, serve como um meio de lidar com questões complexas por meio de representações idealizadas.

A partir desses pressupostos, segundo Baczkó (1985), existe uma relação intrínseca entre o imaginário social e o conceito de poder legítimo. No núcleo do imaginário social encontra-se a questão sobre o que torna um poder legítimo ou, mais precisamente, como esse poder é legitimado perante a sociedade. Desse modo, toda sociedade precisa criar, imaginar e ter legitimidade ao poder que a rege. Isso porque o poder, por sua natureza, tem aspectos arbitrários. Para que esse poder seja aceito e não enfrentado constantemente, ele precisa se apresentar como legítimo aos olhos da população. Em outras palavras, além das relações diretas de força e dominação, o poder deve ter um "sentido", uma justificativa ou um propósito aceito pela comunidade.

O poder, portanto, não se sustenta apenas pela força bruta ou coerção. O sentido, a flexibilidade e o entendimento do poder são tão inconvenientes quanto a sua imposição. Assim, todas as instituições sociais, incluindo as políticas, estão imersas num universo simbólico que não apenas o circunda, mas também estabelece as diretrizes e o contexto em que operam. É dentro deste universo simbólico que as instituições encontram a sua legitimidade e o seu propósito, e é por isso que é fundamental para a estabilidade e continuidade da ordem social.

A reflexão racial do mito da Atenas Brasileira, sinaliza também que o processo do

branqueamento também impactou a intelectualidade maranhense no período da decadência em vista de uma identidade nacional. Segundo Barros (2010), foi sob a alcunha de "Atenas Brasileira" dentro de um contexto mais amplo de ideologia do branqueamento, presente no Brasil e em outras regiões da América Latina no século XIX e início do século XX, que essa intelectualidade foi formada a pensar a raça. Nesse sentido, a ideologia do branqueamento, certificada com padrões europeus seriam preferíveis para o progresso da nação. A identificação do Maranhão como a "Atenas Brasileira" é apontada pelo mesmo autor, como uma representação local refinada dessa ideologia mais ampla. Propunha-se o branqueamento da população por meio da vinda de imigrantes europeus.

O fato é que as ideias de civilização e cultura europeamente entendidas foram levadas muito a sério pelas elites letradas do Maranhão, que tentaram, a todo custo, europeizar e, sob certo aspecto, embranquecer o patrimônio cultural e identitário regional (Barros, 2010, p. 201).

Embora essa representação não seja intrinsecamente racista, o racismo aparece como uma característica marcante, dada como tentativas de marginalização e menosprezo de elementos culturais associados a populações indígenas e africanas. A europeização e a marginalização de outros elementos culturais eram, portanto, duas faces da mesma moeda.

A dualidade presente na representação maranhense, que simultaneamente busca a europeização e marginaliza elementos culturais locais, destaca a natureza intrincada da formação da identidade em uma sociedade permeada por desigualdades de classe, raça e poder. Ela serve como um exemplo vívido de como as representações simbólicas não apenas refletem, mas também influenciam as dinâmicas sociais. Além disso, essa dualidade demonstra que a busca por uma identidade nacional ou regional frequentemente se entrelaça de maneira complexa com questões profundamente arraigadas de raça, classe e poder.

É importante ressaltar que, embora Nascimento Moraes compartilhe das ideias de erudição e sofisticação cultural associadas ao título de "Atenas Brasileiras" e tenha sido parte dos novos atenienses, é bastante provável que tenha buscado o desenvolvimento intelectual e cultural tanto para si quanto para os outros. Entretanto, sua abordagem não se limitava à visão eurocêntrica predominantemente. Em vez disso, ele desenvolveu uma postura crítica e subversiva em relação aos padrões dominantes da colonialidade. Nascimento Moraes, portanto, não aderiu de maneira acrítica ao sistema de imaginário social produzido pela intelectualidade de sua época, nem se submeteu cegamente aos padrões e valores eurocêntricos. Pelo contrário, demonstrou originalidade e resistência em relação à lógica opressiva do sistema-mundo colonial na qual estava inserido. Essa questão será melhor explicitada no próximo capítulo.

3 AS TEMPORALIDADES DE NASCIMENTO MORAES: nuances da vida do intelectual negro maranhense

A trajetória de Nascimento Moraes é um mergulho profundo nas complexas temporalidades que marcaram a vida do intelectual negro maranhense. Sua jornada é um espelho das nuances e desafios que envolvem a construção da sua identidade pessoal e social, constituída no contexto sociocultural, econômico e político em que viveu.

Nascido no seio de uma sociedade repleta de contrastes, dominada pelos resquícios da escravidão, Nascimento Moraes emergiu como uma voz que capturou a tensão e as dinâmicas dessa época, sendo ele mesmo produto das intersecções de raça, classe e subalternidade.

Através das suas lentes, somos convidados a explorar a profundidade e a complexidade de uma "subjetividade socializada", como teorizada por Bourdieu (1996). Esta subjetividade, influenciada pelo "*habitus*" - uma teia intrincada de disposições internas moldadas por experiências externas - exemplifica o equilíbrio delicado entre ser moldado por seu ambiente e ao mesmo tempo ser capaz de desafiar a estrutura social, no caso de Nascimento Moraes, através do seu ativismo literário.

O literato maranhense viveu uma tensão existente "entre dois mundos", um legado de sua ascendência e o outro, a realidade dominante da sociedade Pós-abolicionista, permitindo-lhe lançar um olhar crítico sobre os sistemas que perpetuavam a desigualdade, diferença e toda estrutura racista da sociedade de sua época.

Nascido da união de ex-escravos, a própria genealogia de Nascimento Moraes, serve como um microcosmo dos conflitos raciais e sociais ludovicenses. No entanto, ele superou as adversidades inerentes à sua origem para se estabelecer como uma voz destemida, tanto na docência e imprensa, quanto no cenário literário de São Luís.

Este capítulo se propõe a aprofundar a vida e o legado de Nascimento Moraes. Através de sua trajetória de vida, buscamos uma compreensão mais profunda da realidade social e cultural dos sujeitos subalternizados pela desigualdade e diferença que definiram o Maranhão no período Pós-abolição e na nova República.

A partir dos aspectos mais singulares da sua vida, é possível desvendar as intrincadas redes de influência e resistência que moldaram a trajetória deste notável intelectual subalterno. Pois, há de se destacar que no período republicano em que viveu Nascimento Moraes, filhos de famílias abastadas acessavam com maior facilidade cargos públicos e posições mais privilegiadas. Por outro lado, indivíduos oriundos de famílias pobres, como Nascimento Moraes, que não possuíam recursos sociais e culturais, enfrentaram inúmeras dificuldades tanto para ingressar no mercado de trabalho

quanto para se destacarem no meio acadêmico.

No tocante aos sentidos que fundamentam a construção epistemológica dessa tese, mergulhamos em um contexto repleto de desafios, lutas e conquistas, revelando a importância desse intelectual na promoção de uma visibilidade histórica genuína para aqueles que, como ele, enfrentaram as barreiras impostas pela sociedade do seu tempo.

Ele não apenas escreveu sobre as desigualdades e injustiças que testemunhou, mas também questionou as estruturas de poder e as posições sociais que perpetuavam essas injustiças presentes na sua própria realidade existente. Sua escrita não foi apenas uma expressão de sua visão de mundo externa, mas também uma forma de resistência interna, psíquica, intrinsecamente ligada a suas dimensões pessoais de existência e luta diária pela subsistência.

Assim, podemos compreender que a subjetividade socializada de Nascimento Moraes foi um elemento central em sua trajetória como intelectual e ativista. Ela não apenas moldou sua percepção da realidade, mas também, apesar de algumas limitações, se engajou em uma luta constante pela transformação da sociedade em que vivia, buscando uma realidade mais justa e igualitária para si, e para os “outros”, através da escrita literária e da educação.

3.1 FAMÍLIA E ORIGEM SOCIAL

Nascimento Moraes emerge como uma figura representativa quando analisamos sua trajetória de vida e a forma como interpretou o seu próprio tempo. Sua compreensão e consciência de si foram moldadas e aprofundadas por sua experiência singular, como pertencente a uma família de origem humilde nas camadas populares de São Luís.

Desde sua infância, Nascimento Moraes foi imerso em um ambiente permeado por desigualdades sociais, onde aprendeu a lidar com as complexidades e adversidades de uma sociedade rigidamente estratificada por classes e hierarquias. Sua trajetória se desenrolou em meio a esses espaços sociais, onde as posições ocupadas por ele e pelos outros eram definidas pelo seu *habitus*, ou seja, por suas disposições e experiências acumuladas ao longo da vida, como destacado por Bourdieu (1996).

Nesse sentido, a relação de Nascimento Moraes com sua família e os condicionamentos sociais decorrentes dessa experiência, tanto no ambiente doméstico quanto no contexto social e cultural em que viveu, teve um impacto significativo em sua consciência e até mesmo em sua inconsciência, influenciando sua formação social. Como destacado por Setton (2002, p. 61) "O *habitus* não é destino. *Habitus* é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de

experiência, um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente". Bourdieu também sustenta que “O habitus é uma subjetividade socializada” (apud Setton, 2002, p. 101), ressaltando assim a maneira pela qual as experiências familiares e sociais moldam a subjetividade e as perspectivas de um indivíduo.

É possível compreender também que a subjetividade socializada de Nascimento Moraes, assim como a de qualquer indivíduo, é o resultado de um processo complexo e contínuo de interação entre fatores sociais e mentais, “de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (na mente)” (Setton, 2002, p. 63). Que foi aos poucos reconfigurando e dando sentido a todos os posicionamentos, seja na sua escrita, como nos seus questionamentos políticos-sociais.

Esses esquemas individuais podem ser entendidos como conjuntos de conhecimentos, crenças, valores, normas e expectativas que são adquiridos ao longo da vida de uma pessoa e que funcionam como lentes através das quais ela interpreta a realidade. Eles são estruturados socialmente, ou seja, são influenciados pelas normas, valores e práticas culturais da sociedade em que uma pessoa está inserida. Ao mesmo tempo, esses esquemas individuais também têm o poder de estruturar a forma como uma pessoa se comporta e interage com a sociedade (Setton, 2002).

Nesse sentido, a trajetória de vida de Nascimento Moraes explora o embaraço da marginalização aquela situação limítrofe “entre dois mundos”, na qual os indivíduos em processo de assimilação frequentemente se descobrem, em consequência das “barreiras” erguidas para impedir sua integração social no mundo dos dominadores e também para barrar sua participação nos privilégios e no poder do grupo dominante” (Spitzer, 2001, p. 16). Seus primeiros seis anos de vida foram vividos durante a escravidão, tornando-se ele um combatente das desigualdades, defensor da inclusão social e crítico do racismo, que enfrentara ao longo da vida.

Algo diferencia Nascimento Moraes da imensa maioria da sua época, sobretudo dos filhos de escravos (as), pois o fato dele ter se tornado professor da Escola Normal e do Liceu Maranhense, torna sua trajetória ainda mais intrigante. Ele que foi “um intelectual conhecido nos meios literários de São Luís, Maranhão, atuando principalmente na imprensa como cronista e polemista” (Nascimento, 2012, p. 34).

Mariléia dos Santos Cruz, importante pesquisadora de Nascimento Moraes, no seu artigo intitulado: erudição e racismo na trajetória ascendente de uma família negra do Maranhão (2023) destaca que a família do literato maranhense se iniciou a partir do relacionamento entre a mulher escravizada, Lourença Rosa dos Santos, com o português proprietário de armazém estabelecido na rua do Trapiche. Dessa relação inter-racial, nasceram: Manoel do Nascimento Pereira (Pai do

Nascimento Moraes) um liberto que, posteriormente, renunciou seu sobrenome, adquirindo o mesmo do seu irmão Caçula José Alípio Moraes (Cruz, 2023).

Manoel do Nascimento Moraes foi um típico ludovicense nascido em 1839. Conhecido no bairro da Currupira e apelidado de "Currupira", sua reputação como capoeirista de primeira linha ecoava pelas ruas Rua das Hortas, Rua do Outeiro e Camboa. Além de suas habilidades marciais, Manoel teve uma vida laboriosa, atuando como sapateiro e servente do tesouro nacional. Existem evidências que apontam para sua participação como combatente na guerra do Paraguai (Carreira, 2015, p. 69).

Seu Manoel sofreu a maior humilhação da sua vida, quando, apesar da bravura na Guerra do Paraguai, donde voltou coxo, mas não pode ser condecorado. “Quando o General Osório querendo premiar os heróis, os bravos que ficaram, ordenou que “os quesoubessem ler, escrever e contar que dessem um passo a frente”. O velho soldado Manuel (...) não pode obedecer a ordem. Ficou apenas na escuta, sentindo sua total incapacidade” [...] Não saber ler, escrever e contar constituiu o limite das aspirações de honra e reconhecimento social do chefe da família Moraes (Jesus, 2015, p. 70).

Até agora, pouco se sabe, sobre como Sr. Manoel adquiriu sua liberdade, o que nos leva a explorar as diferentes possibilidades disponíveis na sua época e em épocas posteriores. Durante o período da escravidão, a obtenção da liberdade era um desejo ardente para muitos indivíduos subjugados. Uma das formas mais comuns de garantir a liberdade era por meio da alforria. Esse processo podia ocorrer de diversas maneiras. Houveram casos que alguns escravos conseguiram a alforria por meio de um ato público, realizado para destacar de forma muitas vezes dissimulada, a suposta benevolência do senhor de escravos. Além disso, a liberdade também podia ser concedida através do testamento do senhor, como uma forma de recompensa por serviços prestados ou como um gesto de generosidade. Outra possibilidade era a auto compra, na qual o próprio escravizado ou um membro de sua família negociava diretamente com o senhor a sua alforria, muitas vezes juntando economias ao longo de anos de trabalho árduo (Luna; Klein, 2010).

Alguns indivíduos nasciam livres, se fossem batizados enquanto ainda crianças, na pia batismal. As chamadas prática de “libertação na pia”, evento de cunho filantrópico para a concessão de alforria para crianças e bebês no ato do batismo” (Jesus, 2015, p.77). Nesse sentido:

[...] é considerada a primeira ação organizada pelo movimento abolicionista na Província. A irmandade de São Benedito, originalmente composta por gente escravizada, mas também formada por gente da elite maranhense, instituiu em 1867 as chamadas alforrias de de S. Benedito” em parceria com a Sociedade Manumissora, libertando crianças do sexo feminino todos os anos na dia da festa consagrada ao santo Preto (Jesus, 2015, p. 77).

Manoel escolheu compartilhar sua vida com Catarina Maria Vitória, uma mulher forte e resiliente, também nascida em São Luís. Durante muitos anos, Catarina trabalhou incansavelmente como lavadeira, cozinheira para as famílias aristocráticas da região e até como vendedora de bananas. Seu passado é marcado pela dolorosa herança da escravidão, tendo sido ela mesma uma escrava que encontrou a liberdade no Pós-abolição. Não se casou formalmente. Há pouquíssimos registros oficiais acerca da sua vida, uma trajetória quase anônima, conhecida apenas por fragmentos. O pouco que se sabe sobre sua vida está relacionado principalmente ao seu filho, Nascimento Moraes, cuja importância na sociedade ludovicense destaca a vida de sua mãe. Estima-se que Catarina tenha nascido por volta de 1843 e que tenha falecido aos 76 anos, apenas dois meses após a morte de Manoel em 1919 (Cruz, 2020).

Em um dos periódicos da cidade no dia 27 de março (*O jornal*, 1919, p. 01) por ocasião do seu falecimento, é registrado que era uma “exma. Mãe estimada anciã Catarina Maria Vitória de Moraes” e “inditosa pregenitora” com a presença de intelectuais e homens do governo (Cruz, 2020).

Nesse contexto, pelo fato de ter nascido filho de um liberto e uma escrava, Nascimento Moraes esteve próximo de nascer na condição de escravo. No entanto, em virtude da Lei 2040, promulgada em 28 de setembro de 1871, as crianças nascidas nesse contexto foram oficialmente reconhecidas como livres (Cruz, 2017, p. 31). Assim, graças a essa legislação, José e seus irmãos puderam vir ao mundo livres. Manuel e Catarina, seus pais, tiveram três filhos

o primeiro trabalhou no comércio e teve morte precoce, em 1905; o segundo apresentou uma trajetória de sucesso, com atuação no meio literário maranhense, no começo do século XX, destacando-se como professor e servidor público federal em Manaus. Raimundo também morreu muito cedo, em 1915. O terceiro trata-se do principal expoente da família, conhecido como conceituado jornalista e professor do Maranhão, com atuação na primeira metade do século XX (Cruz, 2023, p. 05).

A trajetória dos dois irmãos de Nascimento Moraes, conforme descrita por Cruz (2023), ilustra de forma clara as variadas possibilidades e desfechos que a vida pode reservar. O segundo irmão, Raimundo, assim como Nascimento Moraes, emergiu como uma figura notável no cenário literário maranhense do início do século XX. Sua carreira como professor e servidor público em Manaus sugere uma trajetória ascendente, caracterizada pelo reconhecimento profissional e intelectual. Contudo, assim como seu irmão mais velho, Raimundo teve sua jornada interrompida prematuramente em 1915. A menção a sua morte precoce nos faz refletir sobre os desafios da época, onde a expectativa de vida era menor e as adversidades de saúde e sociais eram significativas.

Nascimento Moraes veio ao mundo em 19 de março de 1882, partindo deste 1958 aos 76 anos de idade. Seus pais, ambos sem instrução formal, empenharam-se arduamente para proporcionar uma educação sólida aos filhos. Trabalharam incansavelmente para garantir que pudesse frequentar tanto o ensino primário quanto o secundário em escolas particulares, permitindo até mesmo que Nascimento Moraes tivesse acesso à educação secundária no Liceu Maranhense²⁰. Não se tem fontes disponíveis para evidenciar os caminhos que teve que trilhar para adentrar no Liceu, sabe-se que ele conseguiu fazer o curso preparatório para ingressar na Instituição, sendo ele desde muito cedo um autodidatismo. O fato é que Nascimento Moraes, junto com seu irmão, conseguiram adentrar em uma Instituição que conseguiu por décadas se situar em um patamar de pretígio, “apesar do crescimento de vários estabelecimentos de ensino secundário de cunho particular, sobretudo a partir de 1870 pelo destaque na preparação para o ensino superior”. (Cabral, 1982).

Durante sua época de estudos, as instituições públicas de ensino no Maranhão eram insuficientes, o que tornava o acesso à educação primária um desafio ainda maior. Cruz (2016) destaca que a insuficiência de escolas primárias era uma realidade recorrente da província durante o período imperial. Em 1882, ano do nascimento de Nascimento Moraes, o Maranhão contava com somente 117 escolas primárias. Avançando um pouco mais no tempo, em 1900, de uma população de 499.308 habitantes, somente 99.919 sabiam ler e escrever, enquanto 188.175 eram considerados analfabetos e 210.814 não tinham declaração de instrução, conforme apontado por Motta, citado por Cruz (2016, p. 214). Esta contextualização revela não apenas os obstáculos enfrentados por Nascimento Moraes, mas também a importância de seu esforço e determinação para superar as barreiras educacionais de sua época.

Além disso, o Liceu não era apenas um local de aprendizado acadêmico, mas também um espaço de sociabilidade e interação social. Era onde jovens talentosos e ambiciosos podiam se destacar intelectualmente, fazer conexões e estabelecer relações com as elites intelectuais da época. Os alunos do Liceu tinham a chance de interagir com os intelectuais mais bem-sucedidos do Maranhão, que frequentemente atuavam como professores ou visitavam a instituição. Por outro lado, muitos jovens talentosos que não tinham os recursos ou o status social necessário para frequentar o Liceu ficavam excluídos dessas oportunidades de ascensão social e desenvolvimento intelectual. Além disso, o Liceu, como outras instituições educacionais da época, refletia as hierarquias e preconceitos sociais.

²⁰ Segundo Bras (2014) na época em que Nascimento Moraes adentrou no Liceu, a grade curricular era composta das seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Latina, Grega, Inglesa, Francesa e Alemã; Matemática, Astrologia, Física, Química, Geografia, Mineralogia, Geologia, Meteorologia, Biologia, História Universal, História da Filosofia, Desenho, Música, Ginástica e Esgrima.

Um conto interessante, escrito por Nascimento Moraes, que ressalta aspectos das vivências acadêmicas no Liceu, está presente no pseudônimo de Valério Santiago - é a história da escrava *Preta Benedita*. O conto, muito se assemelha a um relato da sua própria vida. Uma memória registrada, carregada de sentimentos e experiências dos sujeitos sociais da sua época. Lembrando que os contos foram escritos e publicados na Revista Athenas (década de 1940), vinculado ao jornal O Imparcial, Diário de São Luís, A Tribuna e Correio da Tarde. Segundo sua bisneta, a professora e escritora, Natércia Moraes Garrido:

Os Contos de Valério Santiago foi editado e publicado originalmente em 1972 de maneira póstuma, já que Nascimento Moraes havia falecido em 1958. Foi um projeto organizado primordialmente por um de seus 7 filhos, o também escritor e pesquisador José Nascimento Moraes Filho, que sempre teve a preocupação de reunir a obra do pai, espalhada até hoje em muitos jornais ludovicenses (Garrido, 2022 *Blog pessoal*).

Nascimento Moraes por meio de uma escrita em primeira pessoa, inicia o conto, dizendo que conheceu essa preta, na casa do seu colega de Liceu, Joaquim Alves Leitão. A princípio, ressalta que não deu tanta importância a ela, mas, segundo ele: “como se passarem os dias, o ambiente familiar foi quem me desenhou o perfil *moral* daquela preta” (Moraes, 1982, n.p).

O literato, como um indivíduo de sua época, também pode ter reproduzido, em alguns momentos, práticas e discursos racistas ao longo de sua vida, mesmo que de forma inconsciente. O que verdadeiramente importa nesse debate são os significados que podem ser extraídos de seus escritos, seu engajamento social como professor e jornalista, nas complexidades de sua vida social, e sua habilidade como literato ao interpretar seu próprio tempo.

O conto transcende a mera narrativa autobiográfica, adentrando no terreno fértil da reflexão sobre a importância da amizade, cooperação e resiliência na jornada acadêmica e na construção do conhecimento na época do estudo secundário no Liceu Maranhense.

Segundo a narrativa em que ele mesmo é um dos personagens da trama, ressalta que ficou marcado em sua memória o hábito de dividir os dias de estudo: três vezes por semana estudava na varanda da casa de seu amigo Joaquim e outras três vezes na salinha de sua própria casa. Como ele mesmo afirma: "os meus livros eram dele, e os dele eram meus". Escreve que durante o tempo em que frequentou o Liceu, a maioria dos estudantes de sua turma era de origem humilde, mas mantinham entre si uma forte amizade. Havia um sistema de ajuda mútua e revezamento na compra dos livros exigidos pela escola. Esses relatos destacam a importância das relações de amizade e cooperação na superação das dificuldades enfrentadas durante os estudos.

Se havia necessidade de comprar um livro caro, como um dicionário ou uma “tábua de Callet”, [referência ao famoso livro de logaritmos do matemático francês F. Callet] então o preço do livro era dividido por todos. À medida que íamos avançando no curso, os livros iam passando às mãos de outros estudantes pobres que se aproximavam de nós. E quando terminava o curso, os livros restantes era divididos pelos pobrezinhos, como nós, que vinham ao nosso encalço (Moraes, 1982, n.d).

A pobreza e a solidariedade em dividir e socializar o conhecimento com seus amigos, revela processos de resistência, e a importância da educação, frente a uma sociedade marcada pela diferença e desigualdade entre os sujeitos sociais.

Nos dias que estudava na casa de Joaquim, Moraes percebeu o grande respeito que seu amigo e irmãos tinham pela preta Benedita. “A dona da casa, D. Francília, tratava a preta como se fora uma de suas maiores amigas. Não foram poucas as vezes que as vi, debaixo da mangueira, no quintal, conversando a sós”. Benedita, vale ressaltar, amamentou Francília e praticamente foi uma segunda mãe para seus filhos, inclusive para Joaquim, que nutria forte amabilidade pela escrava.

Nascimento Moraes, muito curioso, certo dia, conversando sobre Benedita com sua mãe, eis que ela respondeu: *“Ela é quem sustenta a casa de teu amigo. D. Francília foi uma senhora muito rica. Os seus pais eram ricos e rico era o seu marido, o coronel Leitão. Os pais de D. Francília empobreceram do dia para a noite”*. Nesse sentido, o autor acrescenta:

De uma feita, deitaram-se ricos e, ao amanhecer, eram pobres. Os credores da casa comercial do coronel Alves, pai de D. Francília, levaram tudo que ele possuía. Naqueles tempos, a falência de uma casa comercial desonrava os seus chefes. A família Alves fechou as janelas do seu palacete. Naqueles salões não mais entrou a alegria. O piano de cauda ficou mudo. As meninas não frequentaram mais as famílias de suas relações. Iam com D. Francília à missa, pela madrugada. Passaram a trajar com maior simplicidade. As jóias, que eram muitas, foram fechadas numa velha caixa de pau santo (Moraes, 1982, n.d).

O coronel Leitão conheceu Francília na compra do sobrado dos seus pais por um preço vil, conta-se que a mãe de Francília faleceu com desgosto, porque o coronel Leitão se aproveitara de sua pobreza para arrebatar-lhe o único bem que lhes restava. O pai de Nascimento Moraes entra na conversa e ressalta que o único bem havia ficado a D. Francília era a preta Benedita. Seu pai continuou revelando que:

O coronel Leitão entregou-se à paixão do jogo. E lá se foi o dinheiro todo. Vendeu tudo para jogar! No casino e numa saleta de sua casa enterrou ele todos os seus haveres. Nem os escravos de duas fazendas que ele possuía no Mearim foram poupados!” O coronel Leitão suicidou-se, vexado pela desonra e pelo descrédito. Num domingo, às 11 horas do dia, encontraram-no morto num sítio de sua propriedade, à margem do rio Cotim, para onde saíra a passeio, pela madrugada. D. Francília ficou com os filhos nessa mesma casa em que ainda hoje se acha, que fora de sua mãe e que o Coronel comprara por um preço vil e onde passara a residir depois de casado. Os amigos dos bons tempos desapareceram, as suas três irmãs,

muito pobres, não a podiam ajudar. Casadas com homens pobres e sem posição arrastavam vida angustiada (Moraes, 1982, n.d).

Essa narrativa nos oferece uma visão mais ampla da sociedade republicana ainda com comportamentos escravocratas, destacando não apenas a riqueza e os privilégios de uma elite, mas também os desafios, tragédias e a decadência enfrentadas por essas mesmas camadas. O conto nos leva a conhecer também a face oculta de uma sociedade movida pela aparência, destacando não apenas os aspectos pessoais dos senhores, mas também os problemas sociais e as tragédias pessoais que estavam presentes no cenário urbano e na vida cotidiana da cidade.

A proximidade que Nascimento Moraes tinha em dialogar com seus pais, revela que a memória do período escravocrata, por muito tempo, foi discutida dentro da sua casa. Seus pais contribuíram e muito para sua formação histórica, ele teve a oportunidade de ouvir de muitos dos seus contemporâneos, relatos da memória da escravidão, vivenciada no cotidiano da cidade de São Luís.

A escravidão se tornara um vício na interpretação histórica do literato maranhense, pois “não ter escravos era um indício de pobreza e desprestígio nas famílias”. Ter escravo, nessa perspectiva, era ser proprietário desses sujeitos, pois além de dar prestígio simbólico para as famílias das diversas camadas sociais, ainda ajudava com o trabalho na rua para a manutenção das finanças cotidianas, ora, esses cativos: “trabalhando em seus misteres de artesão, ajudavam-nas com uma contribuição semanal, ficando-lhes um terço do salário para suas despesas particulares ou reservadas”(Moraes, 1982, n.d).

Para Benedita, segundo Nascimento Moraes, não houve abolição. Esta liberdade não se materializou em sua vida, corpo e alma, apesar de ter dedicado toda sua existência ao cuidado e bem-estar da família de Francília. Embora não seja possível determinar se ela realmente se sentia parte integrante desse ciclo familiar, seu compromisso em auxiliar Francília na luta pela sobrevivência é claramente evidente no relato de Nascimento Moraes. Ele conta que:

D. Francília mal sabia ler e escrever, como os seus irmãos e irmãs! D. Francília não sabia trabalhar. Só a preta Benedita era capaz de trabalhar. E a preta multiplicou-se, num trabalho exaustivo. Fazia doces de todas as qualidades e todas as tardes saía a vendê-los num tabuleiro, coberto por uma toalha muito alva e muito fina Fazia gengibirra que era muito apreciada e de que tinha grande freguesia nas tavernas. Fazia doce de coco e vendia aos quilos nas casas das famílias. A canjica, o pé-de-moleque e o arroz de cuxá, davam bom rendimento D. Francília ajudava-a na casa, mas não aparecia nunca nesses negócios. A preta Benedita era quem enfrentava a luta. Adquiriu crédito nas tavernas e no mercado. Toda gente queria negociar com ela, porque era séria e pontual nos seus tratos. Por último, um português do Desterro fechou com ela um negócio lucrativo: fornecer o almoço e o jantar para os seus trabalhadores encarregados de vender carvão na cidade. A preta Benedita deu conta do serviço, a contento do português, que passou a emprestar-lhe o dinheiro de que precisava (Moraes, 1982, n.d).

Através do trabalho e da forma perspicaz, engajada e inteligente de Benedita lidar com os negócios, possibilitou que os filhos de D. Francília frequentassem escolas particulares, andassem bem vestidos. “*Não lhes faltavam livros, nem lápis, nem papel, nem caneta e pena*” Foi pelo seu intermédio que o Joaquim teve possibilidade de estudar Direito em Recife. Foi somente com o seu falecimento que D. Francília, já sabendo trabalhar, possivelmente pela força da necessidade, foi capaz de dar continuidade aos negócios que Benedita deixou.

O Joaquim bacharelou-se e voltou a São Luís, para tomar conta da família. As irmãs por seus merecimentos intelectuais faziam parte da boa sociedade. A professora casou-se com um violonista pernambucano, de grande fama. A pianista casou-se com um notável professor de São Paulo. A mais velha, depois de se casar com um alto funcionário federal, formou-se no Rio em Odontologia. Eram moças sóbrias de gestos, prendadas e de boa conduta. Os dois irmãos de Joaquim colocaram-se bem no comércio de São Luís, de onde saíram como guarda-livros, um para Belém e outro para o Amazonas (Moraes. 1982, n.d).

A história de Nascimento Moraes reflete de forma marcante a realidade social e educacional da época em que viveu, como podemos observar em seu próprio conto. Assim como sua personagem D. Francília e a preta Benedita, o literato e seu irmão enfrentaram desafios semelhantes para obter educação de qualidade em um contexto adverso para os pobres e pessoas de cor.

Os dois, como já foi sinalizado, frequentaram escolas particulares e conseguiram acesso ao ensino secundário no Liceu, mas não sem dificuldades. A contribuição dos próprios pais, que trabalhavam arduamente, foi crucial para que eles pudessem estudar. Da mesma forma que a preta Benedita, que trabalhava incansavelmente para sustentar a família de Dona Francília e garantir a educação de seus filhos, os pais de Nascimento Moraes sacrificaram-se e enfrentaram longas jornadas de trabalho para proporcionar uma educação digna aos filhos.

Ao comparar a história de Nascimento Moraes com seu conto, podemos entender melhor as lutas e conquistas de indivíduos que, como ele, buscaram superar as adversidades e alcançar uma educação de qualidade através de muito esforço e dedicação no trabalho. Essa narrativa nos convida a refletir sobre a importância da educação como instrumento de emancipação e ascensão social, mesmo em meio a condições adversas para aqueles e aquelas que ainda eram vistos como escravizados.

O conto chega ao seu desfecho com uma conversa entre Nascimento Moraes e seu amigo Joaquim, já anos após a perda de sua mãe, Francília. Neste período, Joaquim carrega consigo uma corrente de ouro incrustada de brilhantes, na qual está engastado um retrato especial. Da mãe? Não. A imagem e a lembrança que ele carrega no peito e no coração são da preta Benedita! Um retrato que também é mantido pelos seus irmãos. Eis o final do conto, na íntegra

O retrato era perfeito. O retrato ele mesmo tirara, no quintal de sua casa, um domingo, pela manhã, para pilheriar com a preta. Ela estava com seu cabeção de mangas curtas, muito justo no pescoço. A cabeça branca contrastava com a pele negra. Os olhos pequeninos, numa expressão de contrariedade. As mãos apoiadas nas cadeiras e o lábio inferior torcido para o lado esquerdo. Ficamos os dois a olhar para a preta e com o espírito transportado para muitos anos atrás. - Sabes o que ela me disse nesta postura? - Não sei...- “Seu Quinca você quer fazer de mim uma palhaça? Espere que eu vou dizer à sua mãe o pedaço de atrevido que você é!”... E eu por causa desse retrato quase pego uma surra! E guardando o retrato: - Cada um denós tem um retrato deste. Vou mandar ampliar o meu para colocar no meu quarto de dormir. Ecom muita saudade:- Minha mãe Benedita! Minha mãe e minha avó, porque foi também a mãe de minha mãe! Bebemos o teu leite, bebemos o teu sangue, arruinamos as tuas energias e escravizamos a tua alma! O que nos poderia dar mais? E seus olhos, cheios de lágrimas, derramavam-se sobre o retrato da preta (Moraes, 1982, n.d).

Joaquim tinha consciência da importância que Benedita teve na sua vida e de toda sua família, consciência de como, talvez, tivessem se aproveitado das energias da alma e do corpo da escrava, que nunca mediu esforços para se dedicar, exaustivamente, pelo bem estar da sua família.

Nada se sabe das origens e dos laços sanguíneos da Preta Benedita e dos reais motivos que a impediram de também constituir família e tecer outro rumo para sua história, tendo em vista que ela já estava vivendo no período republicano e, em tese, já estava livre. Esse conto é extremamente significativo, para compreendermos melhor, os meandros e as histórias cotidianas que fizeram parte da realidade ludovicense e de tantos outros espaços, frutos da colonialidade e de suas permanências nas diversas relações sociais.

Nota-se também na narrativa uma proximidade da escrita e interpretação de Nascimento Moraes com a obra de Gilberto Freyre (Casa Grande & Senzala), pois, para Freyre (2004) a sociedade brasileira se formou na rotina íntima, doméstica e afetuosa das casas- grandes. Nas relações entre os senhores e as pessoas escravizadas, que no cotidiano da casa eram pacíficas graças a esse clima familiar.

Essa perspectiva se reflete no relato sobre Benedita e a família de Dona Francília, onde o vínculo entre senhores e escravos transcende a simples relação de dominação, evidenciando uma convivência marcada por afetos e interações cotidianas. Assim, a narrativa apresenta nuances das teses freyrianas, ao ilustrar a complexidade das dinâmicas sociais dentro das casas- grandes, onde a intimidade e os laços afetivos entre senhores e escravos muitas vezes coexistiam com a exploração e a desigualdade. Ou seja, enquanto a figura de Benedita representa a subjugação e os limites impostos pela escravidão, também revela uma dinâmica de cuidado, proteção e, por vezes, até mesmo afeto por parte dos membros da família senhorial.

Contudo, a história da Preta Benedita, a partir de uma perspectiva crítica da de(s) colonialidade é a experiência de vida de tantos outros escravos que, de alguma forma, lutaram pela

sobrevivência, pelo reconhecimento pessoal, pelo respeito. Seu sacrifício é também uma morte social da sua própria história como mulher. Foi-lhe negada a oportunidade de explorar outros vínculos afetivos além daqueles predefinidos pelos limites da casa grande. Ora, só é possível pensar projetos de cidadania para a emancipação dos sujeitos marcados pelo preconceito racial, se a *alteridade* e a história desses sujeitos forem realmente respeitadas, até mesmo na dimensão “ontológica” em todas as instâncias sociais, inclusive na defesa da constituição histórica de suas próprias vidas e estruturação familiar desses indivíduos.

A jornada educacional do renomado escritor maranhense é notável, sobressaindo-se apesar das adversidades e desafios enfrentados. Embora seus talentos individuais fossem indiscutíveis, é crucial considerar o papel fundamental influenciado pelo apoio financeiro de sua família, mesmo diante das limitações econômicas, em sua formação acadêmica e pessoal.

No cenário relatado por Nascimento Moraes, a educação não apenas representava uma busca pelo crescimento pessoal e intelectual, mas também uma estratégia para alcançar uma posição social e econômica melhor. A erudição permitia que indivíduos como ele, não apenas participassem ativamente do debate intelectual da época, mas também conquistassem uma fonte de renda estável, o que era especialmente significativo em um período em que as oportunidades para pessoas de origens humildes eram limitadas.

A relação que Nascimento Moraes cultivou com seu professor, Manuel de Béthencourt, seu grande mentor, e com outros colegas estudantes, foi fundamental para sua ascensão acadêmica e para o acesso a boas oportunidades de trabalho nos jornais da época. Ao desempenhar o papel de último escrivão de Béthencourt e começar a trabalhar na redação do jornal Pacotilha aos 16 anos, influenciado, é claro, por seu professor, Nascimento Moraes revela o aspecto significativo que permeia as trajetórias daqueles que, devido a condições estruturais de vida, não têm acesso desde o berço aos recursos culturais dos detentores de determinado capital (Bourdieu, 1975). Foi esse professor português, já naturalizado brasileiro, com uma presença marcante nos jornais da época, que abriu portas na jornada de Nascimento Moraes, permitindo-lhe atribuir novos significados e propósitos às suas experiências e atuação no cenário jornalístico, especialmente durante o período pós-abolição e o início da República.

Nascimento Moraes teve dois relacionamentos significativos ao longo de sua vida. Sua primeira esposa foi a professora Ana Augusta Mendes, uma mulher pertencente à elite branca maranhense. Segundo Carreira (2015, p. 69), ela era culta, falava francês com fluência e tinha habilidades no piano. Juntos, tiveram quatro filhos: Ápio Claudio do Nascimento Moraes, Paulo Augusto Nascimento

Moraes, Nadir Adelaide do Nascimento Moraes e João José do Nascimento Moraes.

Posteriormente, o literato estabeleceu um relacionamento com Maria Francisca da Graça Bogéa. Maria Francisca, oriunda de uma propriedade rural em Arari, mudou-se para a casa de Nascimento a fim de continuar seus estudos. A relação entre os dois se intensificou, resultando no fim do casamento de Moraes com Ana Augusta. Com Maria Francisca, Nascimento Moraes teve seis filhos, mas apenas três sobreviveram: José Nascimento Moraes Filho - que foi criado por Ana Augusta - Talita e Raimundo Moraes.

3.2 EXPERIÊNCIAS, PERSPECTIVAS E ATUAÇÃO EDUCACIONAL

Nascimento Moraes e seu irmão Raimundo tornaram-se educadores e na luta pela sobrevivência ofereceram aulas particulares na residência dos seus alunos e na própria casa da família. “Por duas vezes, a casa do pai de Nascimento Moraes abrigou escolas formalizadas, como o Colégio Gomes de Sousa, dirigido por Raimundo, e o Instituto Nascimento Moraes, dirigido e de propriedade de José Nascimento Moraes” (Cruz, 2023, p. 08).

A menção às escolas formalizadas estabelecidas por eles, como o Colégio Gomes de Sousa e o Instituto Nascimento Moraes, destaca o impacto duradouro de sua dedicação à educação. Essas escolas não apenas ofereciam oportunidades educacionais para outras pessoas, mas também levavam seus nomes, o que indica o reconhecimento e a influência que eles exerceram na sua realidade social.

Os docentes que almejavam ocupar uma cátedra no Liceu Maranhense precisavam passar por um rigoroso concurso público, anunciado através de editais divulgados na imprensa. O jornal “Pacotilha” era especialmente conhecido por fornecer informações sobre os processos seletivos do Liceu Maranhense.

No ano de 1914, Nascimento Moraes concorreu ao cargo de professor titular de Geografia do Liceu, competindo com os já renomados irmãos Antonio e Raimundo Lopes. Nascimento Moraes venceu essa disputa (Bras, 2014, p. 26). Após ser aprovado no concurso, ele assumiu a cátedra de Geografia e lecionou disciplinas como Português e Matemática. Essa diversidade temática e metodológica em sua atuação docente apenas evidencia a amplitude de seu conhecimento e o profundo envolvimento com a educação (Cruz, 2023). Além disso, dedicou-se ao ensino em instituições privadas.

Ao longo da sua prática docente como educador, foi um grande defensor da Escola Pública. Dedicou-se pela criação de uma “escola dos pés descalços” exclusiva para crianças pobres no início de 1938, com isso, demonstrou seu desejo de combater as desigualdades educacionais e oferecer

oportunidades para aqueles que, de outra forma, não teriam acesso à educação formal. Essa iniciativa reflete sua visão progressista e sua crença no poder transformador da educação como instrumento de inclusão social e mobilidade social.

Ao pensar essa escola voltada para a classe dos pobres em que os mesmos tinham acesso livre dentro das suas reais condições materiais, o Professor Nascimento Moraes, se concentrava na desigualdade social gerada pela exclusão dos negros e dos pobres, sendo o analfabetismo um fator de reforço dessa exclusão.

Sua crítica é direcionada à falta de investimento na educação pública e ao descaso das autoridades com o combate ao analfabetismo. Na análise de Vencidos e Degenerados (2000) no próximo capítulo, vamos perceber que os governantes não agiram como verdadeiros republicanos, pois não promoveram a inclusão social por meio da educação. Pois, está convencido que a educação é uma ferramenta essencial para a transformação social e para o empoderamento das classes marginalizadas.

Cruz (2018) considera que Nascimento Moraes, ao pensar esse modelo escolar sobretudo a partir da década de 40, destaca que a própria estrutura da escola contribui para a pouca frequência, evasão e baixo rendimento escolar.²¹ Em suas análises, O literato, ressalta que as exigências dos professores, como a posse de livros, cadernos, lápis e uniforme, muitas vezes se tornam barreiras intransponíveis para muitas famílias.

A dificuldade em adquirir esses materiais leva os pais a não matricularem seus filhos na escola, ou, quando o fazem, a providenciarem o material apenas no início do ano, sem renová-lo ao longo do período letivo. Como consequência, o material escolar entregue no início do ano se deteriora rapidamente devido ao uso descuidado das crianças, e muitas vezes não é substituído devido à falta de recursos financeiros. Nascimento Moraes também critica o horário rígido da escola, que não leva em consideração a realidade das crianças, muitas das quais têm que realizar afazeres domésticos antes de irem às aulas. A falta de flexibilidade no horário escolar resulta em atrasos frequentes, o que leva os pais a desencorajarem seus filhos a comparecerem às aulas. Assim, essas crianças acabam perambulando pelas ruas, em vez de estarem na escola, devido à impossibilidade de entrar na sala de aula após o horário estabelecido.

²¹ MORAES, N. Ainda a criança. Diário Oficial. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 77, 2 abr. 1941; Id. Novo campo de observação. Diário Oficial. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 78, 3 abr. 1941; Id. Mais uma vez a criança. Diário Oficial. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 80, 5 abr. 1941.

Esses desafios evidenciam a necessidade de políticas educacionais mais inclusivas e sensíveis às realidades socioeconômicas das famílias, buscando minimizar as barreiras que impedem o acesso à educação e promover uma educação de qualidade para todos.

De acordo com Cruz (2018), o pensamento pedagógico de Nascimento Moraes alinha-se com o dos pioneiros da Escola Nova, os quais, por meio do Manifesto de 1932, advogaram pela universalização da educação pública. Esta seria moderna, gratuita, laica, obrigatória e organizada por meio de uma política nacional que visava romper com os privilégios econômicos.

Na sua prática e nos textos que escreveu acerca da educação como expresso no artigo: *Da boca dos pequenos sei contudo [...]*²² ele criticava o sistema educacional vigente na época, que se baseava fortemente em materiais didáticos tradicionais, como cadernos, mapas, réguas e instrumentos de desenho. O autor argumenta que, em vez desses recursos, deveriam ser priorizados os livros como ferramentas essenciais para o aprendizado.

Ele argumenta que o tempo dos alunos é desperdiçado com métodos educacionais antiquados, que não estimulam o pensamento crítico, a criatividade e a exploração ativa do mundo ao redor.

Nascimento Moraes, de fato, foi um crítico do modo tradicionalista da educação, destacando a necessidade de uma educação mais dinâmica e enriquecedora, que leve em consideração as experiências práticas e a interação com o conhecimento de forma mais ampla e significativa.

3.3 LITERATURA, INFLUÊNCIAS, POLÊMICAS E ATUAÇÃO JORNALÍSTICA

No final do século XIX e início do século XX, os intelectuais maranhenses passaram a utilizar a literatura de maneira mais ativa para expor, manter ou resolver os problemas sociais e políticos da época. Na sua grande maioria, desejavam se assemelhar aos herdeiros da “Atenas Brasileira”, como membros de um passado literário de glórias, assemelhando-se a Gonçalves Dias; Odorico Mendes; Coelho Neto; Sousândrade, Aluísio Azevedo e tantos outros. Eles buscavam influenciar a sociedade, agindo como guias em meio às mudanças em curso, e exploraram ao máximo essa oportunidade de exercer seu poder e influência, sobretudo no meio jornalístico.

²² Em lugar de caderno, do mapa, da régua, do esquadro e do transferidor_ livros! Em lugar das lições ao ar livre, ou nos gabinetes experimentais, ou nos laboratórios, preparados condicionalmente para as classes_ livros! Em lugar dos desenhos e das construções gráfica, dos passeios nos rios_ livros! Que tempo preciosos perde o educando fazendo o curso primário e o secundário, mais pela imaginação do que pela realidade (Moraes, 1941, n.d).

Na cidade de São Luís não foi diferente, muitos intelectuais começaram a se destacar no universo jornalístico como meio de denunciar injustiças ou como forma de manifestar seu apreço pelas letras ou relação política. De fato, “as potencialidades do homem só fluem sobre a realidade através das fissuras abertas pelas palavras” (Sevcenko, 1999, p. 19). Essas “fissuras” representam as brechas na compreensão e na percepção da realidade, que são abertas quando as pessoas comunicam sua forma de pensar através do discurso.

É através dessas fissuras que novas perspectivas são reveladas, novos entendimentos são alcançados e novas possibilidades são exploradas. As palavras têm o poder de inspirar, motivar, informar e transformar, moldando a maneira como vemos e interagimos com o mundo ao nosso redor. É por meio das palavras que as ideias são transmitidas, os sonhos são compartilhados e as mudanças são iniciadas.

É através das palavras que os indivíduos podem exercer sua influência sobre a realidade e moldar o curso dos acontecimentos. O contrário também é verdade. A palavra que liberta, pode ser a mesma que aprisiona. Uma palavra mal colocada ou uma comunicação inadequada pode criar conflitos e perpetuar estereótipos, ou seja, o uso de uma linguagem opressiva e discriminatória pode reforçar desigualdades e contribuir para a marginalização de certos grupos sociais.

Nascimento Moraes, filho de analfabetos, foi um apaixonado pelas letras que ao longo de seus 80 anos, mais de 50 dedicou-se em defesa da educação de qualidade para todos. Escritor de contos, poesias, e de uma crítica literária completamente conectada aos problemas sociais da sua época. Apesar de suas origens modestas, José do Nascimento Moraes conseguiu ascender à elite intelectual de seu estado, tornando-se uma figura de prestígio.

Sua rica trajetória, nesse sentido, é marcada por sua contribuição ativa em diversos campos do conhecimento. Sua vasta produção literária abrange artigos em consideráveis periódicos, abordando temas políticos, filosóficos e culturais, sempre com um olhar atento aos dilemas sociais de sua época. As obras “Puxos e repuxos” (1910), “Vencidos e Degenerados” (1910), “Neurose do Medo” (1923) e a póstuma “Contos de Valério Santiago” (1972). Importante ressaltar que Neurose do Medo (1923) foi publicada pelo próprio autor, composta de artigos jornalísticos onde eram feitas severas críticas ao então governador Raul Machado e “Contos de Valério Santiago (1972), em particular, merece destaque, pois acredita-se que seus contos foram originalmente publicados em diversos jornais maranhenses por volta de 1940 e posteriormente foram compilados por seu filho, José Nascimento Moraes Filho.

Sua participação ativa no cenário jornalístico também é digna de nota, pois o literato

contribuiu para os mais renomados jornais de São Luís em sua época, como "O Correio da Tarde", "Diário do Maranhão", "A Campanha", "A Pátria", "Diário de São Luís", "A Tribuna", "A Hora", "O Imparcial", entre outros. Esta atuação constante e diversificada nos principais veículos de comunicação da cidade solidifica sua posição como uma das vozes mais influentes e respeitadas de seu tempo.

Nascimento Moraes, conforme discutido por Araújo (2011), pertence à geração conhecida como "Novos Atenienses". Esse movimento literário tinha o objetivo de abordar e propor soluções para a crise econômica e cultural que o Maranhão enfrentava na transição do século XIX para o XX, conforme já discutido no capítulo anterior.

A expressão "Novos Atenienses", cunhada por Antônio Lobo, foi oficializada e originou-se do título de uma obra escrita pelo intelectual publicada em 1909: *"Os novos atenienses: Subsídios para a história literária do Maranhão"*. No entanto, essa denominação vai além de simplesmente marcar uma fase da literatura maranhense. Ela carrega uma conotação ideológica profunda que precisa ser mais bem compreendida. Importante destacar que "Antonio Lobo e Nascimento Moraes seriam expoentes rivais desse movimento protagonizando polêmicas acaloradas através dos jornais" (Araújo, 2011, p. 17).

Os intelectuais neo-atenienses, ficaram conhecidos de decadentistas, atuaram no Maranhão entre o final do século XIX e a década de 1920. Eles se envolveram em várias formas de expressão, como obras literárias, jornalismo, política e administração pública, buscando problematizar e refletir sobre a realidade local, em um ambiente repleto de profundas desesperanças.

Antonio Lobo, nascido em São Luís, em 1870, era um intelectual e escritor que desempenhou um papel significativo na tentativa de recolocar o Maranhão como um centro de produção intelectual de destaque no Brasil. Ele estava empenhado reavivar a imagem da cidade como a "Atenas Brasileira" e como um berço de intelectuais com projeção nacional.

Na sua periodização, a primeira geração refere-se ao "Grupo Maranhense", composto por intelectuais que colaboraram significativamente com a produção cultural da época, tendo como principal patrono Gonçalves Dias. A segunda geração consistia nos intelectuais das décadas de 1870 e 1890, que acabaram migrando para outros estados devido às dificuldades e limitações da realidade provincial. Já a terceira geração, tendo ele mesmo se incluído nesse grupo era formada por jovens intelectuais nascidos entre as décadas de 1870 e 1890. Estes indivíduos viam como sua missão enfrentar o período de apatia e estagnação que sucedeu a efervescente atividade literária da capital maranhense no final do século XIX. Seu objetivo principal era reavivar as ricas tradições literárias da

região, que muitos consideravam perdidas, sobretudo aquela que dera o título a São Luís de “Athenas Brasileira” (Martins 2002).

Nascimento Moraes, por sua vez, esteve entre os principais fundadores de duas agremiações literárias que se destacaram pelo compromisso com o resgate cultural e literário de São Luís, a saber: a Oficina dos Novos e a Renascença Literária, inseridas, portanto, dentro do Decadencismo (1894-1932). Sobre a fundação da primeira agremiação literária maranhense, Cardoso destaca que,

A data de 28 de julho não foi escolhida por acaso para a saída do primeiro volume de “A Hora”, pois “tratava-se do dia comemorativo da adesão do Maranhão à Independência do Brasil, o qual era muito festejado pela intelectualidade maranhense, desde o século XIX e marcou, por exemplo, a fundação da primeira agremiação literária do Maranhão, A Oficina dos Novos, em 1900” (Cardoso, 2023, p.28).

O literato, portanto, ajudou a fundar e foi o primeiro presidente da Oficina dos Novos, destacou-se como uma agremiação literária de extrema importância no cenário cultural do Maranhão. Sua estrutura, semelhante a uma academia de letras, proporcionou um espaço vital para o florescimento da produção intelectual e literária na região. A escolha de Gonçalves Dias como patrono da agremiação destacou a reverência à memória desse icônico poeta maranhense, mostrando a influência de suas obras e o impacto duradouro que teve na literatura (Cardoso, 2023).

É importante ressaltar que a oficina dos novos estava integrada por uma série de intelectuais, a saber: Reis Carvalho, Antonio Lobo, José do Nascimento Moraes, Domingos Barbosa dentre outros. Esta oficina foi dividida por disputas internas, ficando assim constituída: O grupo dos Neo-Atenienses, liderada por Antonio Lobo, que fundou a academia maranhense de letras, em 1908 tendo excluído Nascimento Moraes do grupo de intelectuais, e a Renascença Literária, fundada por José do Nascimento Moraes.

Esta cisão revela uma polêmica que envolve esses dois importantes intelectuais. Ela é representativa das disputas de poder, reconhecimento e legitimidade no campo literário e intelectual de São Luís. O debate reflete não apenas as tensões pessoais entre dois literatos, mas também as questões mais amplas acerca de legitimidade de fala e influências do saber.

A exclusão deliberada de Nascimento Moraes por Antonio Lobo, em vários momentos, aponta para as dinâmicas de exclusão, preconceito racial, rivalidades e hierarquias dentro do campo literário (Cruz, 2016). Esse também destaca a importância dos meios de comunicação, como os jornais, na formação e contestação de reputações literárias e intelectuais durante esse período e seus múltiplos espaços de fala e poder, para propagar mentiras acerca do “outro”. Como afirma Sevcenko (1999, p. 19-20): “A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e

enquadramento de valor intrínsecos às estruturas sociais de que emanam”

Antonio Lobo tentou várias vezes minimizar a importância de Nascimento Moraes no cenário literário e jornalístico, tendo como pano de fundo a perpetuação de uma narrativa cultural que marginalizava e ignorava as contribuições de indivíduos negros e mestiços para a cena intelectual e literária de São Luís e até mesmo no nível nacional (Cruz, 2016).

A origem dessa polêmica, a partir da suspeita de Cruz (2016) está ligado a saída de Nascimento Moraes do grupo "Oficina dos Novos". No entanto, o conflito tornou-se público através de interações midiáticas entre 1908 e 1910. Antonio Lobo, em resposta a uma solicitação de Sebastião Sampaio, forneceu uma visão geral dos literatos maranhenses em uma carta publicada na "Pacotilha" em 1908. Ele categorizou os literatos em poetas, prosadores e historiadores. Notavelmente, Nascimento Moraes foi omitido de todas essas categorias. Nascimento Moraes, sentindo-se desprezado pela exclusão, respondeu criticamente, sob o pseudônimo "Um Maranhense", acusando Antonio Lobo de tentar monopolizar o título de principal representante dos intelectuais maranhenses. Em resposta às críticas de Nascimento Moraes, Antonio Lobo defendeu-se em várias edições subsequentes da "Pacotilha", reforçando a exclusão de Nascimento Moraes da lista de literatos maranhenses.

De fato, em uma narrativa representativa que tem como marca o racismo literário, o intelectual subalterno, torna-se parafraseando Spivak (2010, p. 28) “um sujeito indizível no discurso de poder”. A pesquisadora Cruz (2016) enfatiza que o auge da polêmica refere-se ao fato que ocorreu em 1910:

[...] quando Nascimento Moraes se utilizou de várias edições do Correio da Tarde, na seção que escrevia com o pseudônimo Valério Santiago, para corrigir a obra de seu principal opositor. Antonio Francisco Leal Lobo havia publicado, em 1909, *Os Novos Athenienses: subsídios para história literária do Maranhão*, e mais uma vez minimizou a importância do nome de Nascimento Moraes para a história literária maranhense. Antonio Lobo, com o pseudônimo Gonçalves Galliza, escrevia os editoriais da Pacotilha em resposta a Nascimento Moraes. A coluna de Moraes, denominada Fluxo e refluxo, passou a ser chamada, nas edições que exploraram a polêmica, Puxos e repuxos, tomando-se um espaço utilizado para corrigir informações sobre a história literária maranhense escrita por Lobo, além da revisão rigorosa da língua escrita e do conteúdo teórico (Cruz, 2016, p. 218).

A exclusão preconceituosa de Nascimento Moraes e de outros intelectuais subalternos dos círculos literários de São Luís reflete de forma contundente a maneira como o sujeito de corpo negro/mestiço é sistematicamente desconsiderado como não detentor de uma "consciência representativa" que possa devidamente capturar e articular a realidade, conforme discutido por Spivak (2010, p. 32.). Isso acontece porque esses sujeitos não se encaixam nos moldes preestabelecidos de inteligibilidade que são validados pelo discurso da colonialidade do ser, do poder e do saber, epistemologicamente, marcados pela narrativa da diferença e desigualdade.

Dito de outra maneira, a situação de Nascimento Moraes é paradigmática. Embora tenha sido um intelectual prolífico e ativo da época, encontrou-se desprestigiado e não foi incluído entre os literatos maranhenses da época, nem participou da fundação da Academia Maranhense de Letras em 1908 (Cruz, 2016, p. 2018). Essa exclusão, ancorada em preconceitos enraizados, revela como a produção intelectual de indivíduos subalternos, mesmo quando significativa, é muitas vezes eclipsada e silenciada por estruturas de poder literárias, sociais e políticas que perpetuam diferenças, a saber, marcas de falsificações e de amplas reservas de imaginários falaciosos, profundamente legitimados por representações, símbolos, ficções, que servem para manutenção e perturbação do projeto colonial (Mebembe, 2014).

Ele só foi admitido na Academia Maranhense no ano de 1935 e ocupou sua presidência por três vezes, nos anos de 1941, 1946 e 1947. Tornou-se “secretário, tesoureiro, ocupou a cadeira onze, cujo patrono é João Lisboa. Nascimento Moraes também foi redator da revista da Academia, a Revista Athenas (1941) (Bras, 2011, p. 27).

Antonio Lobo parece incorporar uma forma insidiosa de “dissimulação social”, conforme discutido por Spivak (2010). Ao se autoposicionar como o guardião legítimo do legado de Gonçalves Dias, ele não só assume um papel dominante no cenário literário maranhense, mas também se arroga o direito de decidir quem deve ou não ser reconhecido nesse meio — determinando, assim, quem poderia alcançar prestígio a nível nacional. Parafraseando Mbembe (2003) uma estratégia perversa que denomino de “*necropolítica-literária*”, uma decisão deliberada de quem pode ou não permanecer vivo na história literária de São Luís. Uma morte literária em vida. Uma violência simbólica para manter na subalternidade e no silêncio os que ousaram desafiar tal estrutura. Um posicionamento enbaquecido pelo poder hegemônico do reconhecimento.

De fato, sua tentativa de marginalizar Nascimento Moraes não foi meramente um ato de exclusão, mas uma estratégia deliberada de silenciar uma voz que ele reconhecia como potente e perspicaz no panorama literário. Ao invés de acolher tal talento e permitir um diálogo enriquecedor, Antonio Lobo optou por um caminho de resistência e supressão, evidenciando as dinâmicas complexas e muitas vezes problemáticas de poder dentro do mundo literário e suas hierarquias de representação discursiva.

De acordo com Carreira (2015) embora as rivalidades e antagonismos que foram vivenciados por Nascimento Moraes possam parecer disruptivos ou negativos à primeira vista, eles desempenharam um papel fundamental na enriquecedora produção literária e jornalística do literato. Nesse sentido, Nascimento Moraes não apenas capturou a decadência do cenário histórico-ideológico

de sua época, mas também forneceu uma perspectiva contestadora e analítica, particularmente evidente em sua carreira jornalística. Sua postura oposicionista e crítica foi amplamente influenciada por sua disputa com grupos dominantes da época, como os neo-atenienses liderados por Antônio Lobo. Esse ambiente de contraposição permitiu ao Literato um espaço de reflexão e crítica mais profunda, tornando suas produções ainda mais ricas e relevantes para o entendimento das dinâmicas sociais e políticas de seu tempo

Com efeito, em sua longa e influente carreira jornalística, Nascimento Moraes não apenas se destacou como um apaixonado pela escrita, mas também se revelou como uma voz contundente no cenário do jornalismo político. Com uma postura oposicionista e polemista, Moraes não hesitou em mergulhar de cabeça em polêmicas e debates acalorados, desafiando o status quo e provocando reflexões profundas (Cruz, 2021).

Essa predileção pela escrita o transformou em uma figura icônica na imprensa maranhense. Nascimento Moraes tinha o dom de seduzir seus leitores, levando-os a uma profunda reflexão sobre os temas que abordava. Ele não se limitava a informar, mas sim a provocar, questionar e inspirar. Esse legado de paixão e dedicação à escrita, sem dúvida, solidificou seu lugar no panteão dos grandes intelectuais do Maranhão. Em relação a sua experiência no campo jornalístico, Cardoso sinaliza que:

após deixar a redação da Pacotilha, em 1902, Nascimento Moraes passou a colaborar no jornal A Campanha, o qual era dirigido por Inácio Raposo; saiu desta folha para fundar e compor o corpo redacional de A Imprensa em 1906. Em 1907, colaborou no jornal O Maranhão, e em 1908, fundou seu primeiro jornal, A Pátria, sendo que todos os jornais citados acima faziam oposição ao governo vigente (Cardoso, 2023, p. 16).

De acordo com Bras (2014), a questão da cidadania fazia parte das preocupações sociais mais pertinentes do momento histórico daqueles que, de fato, estavam às margens das prioridades maiores do Estado Republicano. “Como literato, vive e escreve nessa realidade. Enquanto intelectual negro, forja um pensamento calcado nas ideias de povo, cidadania e nação, uma vez que materializou na forma de letra as aspirações de uma população vitimada pela herança do cativo” (Bras, 2014, p. 43). Esses, portanto, são os grandes temas dos escritos, especialmente literários de Nascimento Moraes.

A intervenção de Nascimento Moraes pode ser interpretada como evidência da existência de múltiplas estratégias políticas, discursivas e simbólicas com as quais, no Brasil, as narrativas historiográficas, literárias e populares descreveram e aludiram ao 13 de maio e o início do período republicano no Maranhão.

O literato maranhense, portanto, mesmo diante das tentativas de silenciamento por figuras como Antonio Lobo, emergiu como um importante literato ludovicense. Durante mais de cinco

décadas de trabalho árduo na imprensa maranhense, ele não só solidificou sua reputação como uma das vozes intelectuais mais influentes do Maranhão, mas também estabeleceu-se como um maestro literário, uma verdadeira força na arte da palavra.

Sua atuação não se restringiu apenas ao jornalismo; Nascimento Moraes foi um artista literário, exibindo uma paixão ardente e intrínseca pela escrita. Nos veículos de comunicação mais prestigiados de São Luís, ele imprimiu sua marca, caracterizada por uma combinação de precisão informativa e uma prosa cativante, crítica e muitas vezes subversiva. O legado de Nascimento Moraes é a prova viva de que, independentemente das adversidades e tentativas de múltiplos silenciamentos, o talento e a determinação comprometida com os ideais coletivos, encontra um caminho potente para impactar as futuras gerações.

O legado de Nascimento Moraes transcende as fronteiras da literatura e da educação. Sua profunda dedicação e comprometimento com o universo intelectual são evidenciados pelo envolvimento ativo com os jornais mais prestigiados de São Luís de sua época. Esse engajamento demonstra não apenas seu rigor como escritor e educador, mas também sua influência e relevância no cenário comunicativo e cultural do Maranhão, consolidando seu nome como uma referência incontornável na intelectualidade do estado, como um enunciador de um locus epistêmico que seja capaz de evidenciar uma ontologia que faça o subalterno falar e ser visto como humano em todo tecido social, para além de toda desigualdade e diferença.

4 VENCIDOS E DEGENERADOS: Interpretações acerca da alteridade, desigualdade e diferença na São Luís do Pós-abolição e início da República

Sabe-se que é pelas lentes dos intérpretes da história e pelo seu olhar do presente que se estuda o passado e não o seu contrário. Como muito bem nos ensinou Marc Bloch: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas não vale a pena esgotar-se para compreender o passado quando nada se sabe do presente” (Bloch, 1997, p.100). Faz-se importante destacar que nesse processo de interpretação do tempo, cada sujeito situa-se de forma singular como intelectual responsável por essa significação, acerca do retorno ao vivido, à sensibilidade e a ação humana no tempo, vinculados por sua vez, a historicidade das experiências humanas em diferentes contextos, tempos e espaços (Rüsen, 2007; Ricoeur, 1968).

Para tanto, é possível considerar a “dupla historicidade” (Chalhoub, 1998) na tessitura literária de Nascimento Moraes. Enquanto ele volta ao passado para discutir o grande evento do Pós-abolição nas primeiras páginas de seu texto, seu olhar é voltado para o tempo presente, situado 21 anos após a Proclamação da República. Nesse contexto, ele descreve e interpreta as estruturas de dominação ainda vigentes, fazendo uma releitura histórica de interpretação do passado. A partir dessa prerrogativa, pensar historicamente, “é ser capaz de trazer a experiência do passado para o tempo do vivido, da história que de certa forma participamos” (Lima, 2017, p. 325).

Em outras palavras, o passado mantém sua influência sobre o presente, embora sua forma original tenha se dissipado. O que nos resta são apenas fragmentos, registros e documentos que atravessaram o tempo, cabendo ao historiador/narrador a tarefa de tecer uma representação coesa do passado em seu próprio contexto. Por meio da interpretação dos dados disponíveis, ele busca construir uma narrativa que possa aproximar-se da realidade que se passou e, ao mesmo tempo, dar sentido aos eventos que moldaram o curso da história (Rüsen, 2007; Bentivoglio, 2007; Cardoso, 2005).

Essa conexão entre passado e presente não apenas enriquece nossa compreensão histórica, mas também nos lembra que a história não é um mero registro distante, mas um processo contínuo que molda e é moldado pelo nosso entendimento social e cultural da realidade histórica.

É possível evidenciar que a abordagem de Nascimento Moraes acrescenta uma nova dimensão a essa reflexão. Sua análise revela a conexão profunda entre o passado e o presente, destacando as nuances das estruturas de poder que moldaram a sociedade e as vozes daqueles que desafiaram e contestaram essas mesmas estruturas. Assim como os historiadores, Nascimento Moraes constrói uma representação das experiências vividas, buscando dar vida aos personagens e situações que moldaram a trajetória de vida desses sujeitos.

Para tanto, o trabalho do literato exemplifica como a escrita da história pode transcender a mera narração de eventos passados, transformando-se em um instrumento que contesta as dinâmicas sociais, culturais e políticas que teimam pela permanência.

Assim, este capítulo busca instituir o que Fanon (2008) denomina de "entre-lugar": um espaço intermediário, rico em significados, que abarca a experiência de vida, em seus múltiplos espaços de fala. É precisamente nesse "espaço intermediário" de um intelectual que fala, que detém autoridade no discurso, que Nascimento Moraes dá voz aos sujeitos subalternizados pela diferença. É nesse espaço que encontramos narrativas de resistência que, de fato, merecem ser ouvidas (Spivak, 2010). O entre-lugar da interconexão entre o texto literário, o autor, e a sociedade da época, para que o intelectual possa, de forma criativa, interpretar esses elementos de maneira holística para compreender as dinâmicas sociais, históricas, culturais mais amplas que impactam a realidade dos indivíduos. Ou seja:

o uso do texto literário como indício não opera a partir de uma dicotomia fechada entre o mundo do texto e o mundo exterior ao texto, um imaginário e outro real, mas se busca perceber como aquela sociedade passada configurou-se e foi reconfigurada para/pelo autor que, através de sua atividade criativa, conformou o mundo do texto, relativamente autônomo por certo, mas assentado na época e na sociedade em que o autor vivia e atuava, temporalidade a que o historiador tem acesso, também relativo, a partir do texto produzido (Nascimento, 2012, p. 34).

A literatura conectada à leitura histórica não se limita ao seu valor estético e ao entretenimento que oferece. Ela desempenha um papel importante na sociedade e na cultura, muitas vezes subestimado. Quando se diz que a literatura é uma "linguagem carregada de significados", como mencionado por Pound (1997), isso enfatiza a ideia de que os textos literários são mais do que apenas palavras no papel. Eles carregam consigo muitas possibilidades de interpretações e representações, abrindo espaço para uma diversidade de significados e reflexões históricas.

Os textos ficcionais vão além de simples histórias imaginadas; eles representam codificações dos conflitos e tensões da época em que foram escritos. Quando nos envolvemos com uma obra literária, não estamos apenas mergulhando em um mundo fictício, mas também em uma simulação das realidades do período, moldada pela perspicácia, mas, sobretudo, pela capacidade interpretativa do autor.

Isso fica evidente quando consideramos como as obras literárias capturam o "atravessamento do ideológico". Ideologias, sendo sistemas de crenças que moldam nossa percepção do mundo. A literatura, então, torna-se um palco onde essas ideologias são tanto apresentadas quanto contestadas. Ela serve como um terreno fértil para o debate e reflexão, onde as ideias dominantes de uma época

podem ser endossadas, desafiadas ou até subvertidas (Foucault, 1980).

Além disso, a literatura é uma manifestação da memória coletiva. Ela carrega ecos de eras passadas, permitindo que as gerações futuras tenham um vislumbre dos sentimentos, aspirações e lutas de seus antecessores. Esta memória coletiva é, no entanto, historicamente dinâmica. É um testemunho coletivo do passado, uma reflexão do presente e, muitas vezes, uma ressignificação para o futuro

Ora, a compreensão da realidade do Maranhão é complexa e multifacetada, ela foi influenciada, no âmbito da literatura, pelas visões individuais e distintas de vários intelectuais do final o século XIX e início do XX. Cada um trouxe sua própria bagagem de experiências, perspectivas e influências para suas reflexões, contribuindo para uma compreensão diversificada e enriquecedora da realidade maranhense, tais como: Gonçalves Dias; Miguel Vieira Ferreira; João Dunshee de Abranches Moura; Manuel de Bithencourt; Raul Astolfo Marques; Maria Firmina dos Reis; Aluizio Azevedo; Nascimento Moraes e tantos outros.

Nesse contexto, cada intelectual possui uma perspectiva singular para enxergar a realidade do seu tempo, acompanhada de suas próprias crenças, valores e maneiras peculiares de interpretação social. Assim, não existe interpretação e leitura do passado neutra. Isso implica afirmar que as reflexões e obras dos diversos autores não foram influenciadas apenas pela realidade objetiva do Maranhão, mas também pela perspectiva única que cada um tinha de seu mundo e pela posição que ocupavam em vários aspectos: social, político, cultural e econômico. Ou seja, essa influência abrange não apenas o local de onde falam, mas também os motivos que os levaram a abordar certos temas em detrimento de outros. Como afirma Certeau (1982), qualquer campo do conhecimento está relacionado a um local de produção que autoriza e proíbe.

A escrita da obra também representa as tensões socioculturais subjacentes, nuances da atmosfera abafada da decadência, reveladoras do desequilíbrio vigente em todo corpo social tomado como objeto da narrativa (Martins, 2002, p. 36). É uma obra ficcional, chamada de “documento sociológico” por Martins (2002) que oferece uma análise crítica da sociedade maranhense.

Cada personagem descrito pelo autor ao longo da narrativa é constantemente impactado pela memória e pelas representações do período da escravidão. Nascimento Moraes utiliza esses personagens para explorar o universo simbólico das diferenças e as várias facetas das desigualdades que, aparentemente, estavam sendo modificadas pelas ideias de progresso e civilização provenientes da Europa.

No entanto, essa sociedade, ao tentar aparentar modernidade, estava na verdade gerando uma

grande quantidade de lugares miseráveis e repugnantes, como sótãos sujos e insalubres, além de desempregos, trabalhos sem remuneração justa, distinção de classes e vários outros problemas. Dentro desse desafiador cenário, emergem vidas entrecruzadas: famílias distanciadas pela desigualdade, pobreza ou separadas pela força do ódio; amores quebrados; trajetórias pontuadas por avanços e retrocessos; despedidas e reencontros. Entre o medo, a loucura, o desemprego, a fome e a violência, sobrevivem relatos, capazes até mesmo de fragmentar os ideais de luta coletiva, em prol de interesses pessoais. É um cenário marcado por diferenças, um teatro simbólico de hierarquias. Vidas, entrelaçadas pelo passado escravocrata e por uma nação que se desenha para famílias portadoras de algum prestígio social.

Nesse sentido, o ponto central da análise é o impacto dessas condições adversas sobre os "vencidos", uma designação que abrange os intelectuais negros e mestiços, mas sobretudo aqueles que compõe o grupo dos ex-escravos: os sujeitos subalternos, que são cotidianamente apagados e silenciados do palco social, tendo como grande personagem desse grupo, Zé Catraia. Estas vidas são subjugadas pelas adversidades impostas pela realidade implacável que enfrentam, enquanto também sofrem o impacto da deterioração moral, cultural e social que permeia o ambiente ao seu redor.

Através de um filtro cômico, narrado por Nascimento Moraes, seus personagens enfrentam diariamente a luta pela emancipação cidadã e equidade, pois a mesma, na peculiaridade de cada experiência de subalternidade, ainda está por conquistar.

Nesse sentido, o capítulo final, que constitui o cerne desta tese, se propõe a analisar as reverberações da Abolição da escravatura e o início da República nascente, evidenciando a persistente divisão da sociedade entre aqueles detentores de poder e os marginalizados por ele. Nesse sentido, através da obra "Vencidos e Degenerados", emergem indícios das consequências da Abolição, evidenciando que as vidas marginalizadas foram marcadas por derrotas e pela ausência de oportunidades para os libertos na República nascente.

O romance aprofunda-se nas complexidades sociais, econômicas e raciais da época, evidenciando as batalhas e obstáculos enfrentados pelos sujeitos historicamente excluídos em uma cidade em declínio. Tal empreendimento requer uma abordagem literária e narrativa engajada, com o propósito de resgatar a visibilidade histórica de vidas que foram subjugadas, vozes que foram caladas, pelas forças da colonialidade moderna.

4.1 VENCIDOS E DEGENERADOS: DESVENDANDO OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DO 13 DE MAIO E DA REPÚBLICA NASCENTE

4.1.1 Personagens: José Maria Maranhense e João Olivier

Em cada sociedade existe uma construção de discursos, ou seja, formas de comunicação e expressão, que são moldadas por um imaginário coletivo. Esse imaginário é formado por ideias, crenças e concepções compartilhadas pela sociedade ao longo do tempo. À medida que a história se desenrola, esse imaginário se mistura e se funde com os acontecimentos reais que ocorrem na sociedade. Bhabha (1998, p. 203) argumenta muito bem, quando expressa que “[...] a origem da presença visual da nação é o efeito de uma luta narrativa”.

Esse imaginário se manifesta de maneira tangível por meio de narrativas como lendas, mitos e contos. Essas histórias não apenas contam eventos fictícios, mas também refletem valores, significados profundos e experiências compartilhadas pela sociedade. Elas enriquecem os fatos reais da sociedade ao acrescentar camadas de interpretação e simbolismo, contribuindo para a compreensão do passado e do presente em um jogo conflituoso de narrativas. Vence quem estiver no espaço mais privilegiado de fala.

É na memória da escravidão e experiência do racismo, que os sujeitos são classificados e as relações sociais estabelecidas na sociedade ludovicense do final do século XIX e início do século XX. Outrossim, a riqueza e a complexidade dessa narrativa e a abordagem diversificada na historiografia e nas narrativas populares destaca como o evento é um campo de batalha interpretativo, onde as vozes de diferentes atores e grupos encontram expressão. Através dessa multiplicidade, a história do 13 de maio é enriquecida, tornando-se não apenas uma data histórica, mas um testemunho vivo da complexidade da experiência brasileira/maranhense em relação à escravidão, liberdade, diferença, desigualdade e os variados espaços de poder.

Estrategicamente, diferentes grupos, desde a elite abolicionista até os escravizados libertos, tinham motivações e objetivos distintos, levando a uma multiplicidade de interpretações de discursos. Um discurso ritualizado, mesmo daqueles que nada disseram (Orlandi, 2012).

As estratégias políticas, discursivas e simbólicas, mencionadas por Cunha e Gomes (2007) refletem a natureza multifacetada com que o 13 de Maio é retratado na historiografia e nas narrativas populares. Políticas, no sentido de envolvimento de diferentes atores sociais, movimentos e grupos com interesses variados na construção da narrativa; discursivas, relacionadas aos diferentes enfoques retóricos e interpretativos utilizados para explicar o significado e as implicações da abolição; e

simbólicas, expressando os significados culturais e sociais atribuídos ao evento, muitas vezes de maneira metafórica ou alegórica.

Assim, as interpretações do 13 de maio se desdobram através de diversas estratégias, moldando a compreensão desse evento de acordo com diferentes narrativas. O olhar de Nascimento Moraes, registrado na sua escrita, pode trazer à luz aspectos até então silenciados e desconhecidos. A obra *Vencidos e Degenerados* é uma representação teórica de uma memória que teima em se perpetuar no imaginário de grande parte da população maranhense.

A estrutura de um livro pode revelar inúmeras nuances da narrativa e das intenções do autor. A análise de Carreira (2015) oferece uma perspectiva valiosa para compreender como a obra foi organizada e quais elementos são enfatizados ao longo da narrativa. "*Vencidos e Degenerados*" é dividido em duas partes distintas. A primeira parte abrange o período da Abolição da escravatura até o início do processo Republicano. Nessa parte, Nascimento Moraes apresenta a infância do personagem principal, Cláudio, embora de forma tênue. A segunda parte, por sua vez, concentra-se na vida adulta de Cláudio e analisa a sociedade no contexto Pós-revolução Republicana (Carreira, 2015).

É interessante observar que, embora alguns leitores e críticos locais possam considerar José Olivier como o protagonista, Carreira (2015) esclarece que ele é, na verdade, o pai adotivo de Cláudio Olivier e se torna apenas um porta-voz dos ideais abolicionistas na tessitura do enredo, juntamente com José Maria Maranhense (ambos ainda serão melhor apresentados nesse trabalho). Sua presença na primeira parte e algumas contribuições na segunda, tem o propósito de contextualizar o ambiente social em que seu filho adotivo Cláudio foi criado, proporcionando um panorama das influências que moldaram o protagonista e a importância da dimensão e influência de intelectuais no contexto ludovicense.

O dia era de pura ansiedade, sobretudo para os cativos que aguardavam a grande notícia da “libertação”. Nesse sentido Nascimento Moraes assim expressa:

principiara o rebuliço na noite passada, durante a qual ansiosamente esperaram que chegasse o telegrama transmissor da grande e luminosa notícia da redenção dos cativos, de que, há muitos dias, já se vinha falando animados todos por vigorosas esperanças (Moraes, 2000, p. 27).

Importante ressaltar que à medida que a abolição se aproximava, houve uma mudança significativa na composição da população, com uma diminuição gradual na proporção de escravos em relação à população livre. Isso demonstra não apenas o impacto das políticas abolicionistas, mas também a resistência escrava em busca da sua liberdade.

Tabela 2 - População do Maranhão 1821-1887

ANO	LIVRES	ESCRAVOS	TOTAL
1821	68.359 (44,7%)	84.534 (55,3%)	152.892 (100%)
1841	105.147 (48,4%)	111.905 (51,6%)	217.054 (100%)
1872	284.101 (79,1%)	74.939 (20,9%)	359.040 (100%)
1887		33.446	

Fontes: Elaborado por (FARIA, 2012, p. 65 apud Jesus, 2015, p. 62).

Nesse sentido, o gráfico acima destaca a significativa mudança na composição demográfica do Maranhão ao longo do período analisado. Em 1821, os escravos representavam uma proporção significativa da população, com 55,3% do total. No entanto, ao longo das décadas seguintes, houve um aumento substancial na população livre, resultando em uma queda na proporção de escravos. Em 1872, por exemplo, a população livre representava 79,1% do total, enquanto os escravos constituíam apenas 20,9%.

Finalmente, em 1887, observa-se um declínio acentuado no número de escravos, que agora representam uma proporção mínima da população total. Esse declínio na proporção de escravos reflete não apenas mudanças demográficas resultantes das políticas abolicionistas, mas também uma complexa rede de desafios sociais, culturais e econômicos que continuaram a moldar a realidade da população maranhense, especialmente da cidade de São Luís.

É importante ressaltar que, provavelmente, com a idade de 28 anos, após 22 anos do anúncio da tão esperada Lei áurea, Nascimento Moraes publicou a obra *Vencidos e Degenerados*. Isso significa dizer que tenha colhido muitas informações de pessoas da família, de seus pais, e até mesmo de amigos próximos que vivenciaram o que exatamente aconteceu no dia 13 de maio de 1888 na cidade de São Luís do Maranhão.

Nessa perspectiva, falar de uma memória a partir dos subalternos, traz à tona a experiência de uma nova e ousada historiografia, uma história que possibilita o protagonismo daqueles que, até então, foram sempre silenciados pelo poder hegemônico oficializado. Além disso, a memória do 13 de Maio, portanto, insere-se dentro de um contexto de conflito e luta pela formação de uma Identidade Nacional na perspectiva dos subalternos. É uma experiência sempre em disputa por ser historicamente construída. Ou seja, “A memória é um fenômeno construído” (Pollak, 1992, p. 4).

É claro que a narrativa foi construída em um estilo de romance. Aliás, esse foi o único romance escrito por ele, no arcabouço do seu conjunto de escritos. Mas visa deixar uma mensagem de uma memória coletiva acerca do que exatamente estava acontecendo na sociedade ludovicense. Por isso, ele parte sempre dos lugares de memória de São Luís, para escrever seu enredo.

“Tudo aconteceu às oito horas da manhã do dia 13 de maio de 1888²³. na residência de José Maria Maranhense” (Moraes, 2000, p. 27). Maranhense, nome sugestivo, para conceder a casa para tão linda e importante celebração. Segundo Nascimento Moraes:

Maranhense era mulato, mais baixo que alto, e careca. Contava quarenta e tantos anos, grisalho, gordo e simpático. Marceneiro de profissão e estudante nas horas vagas. Tinha decidido gosto pelas letras, pela ciência, por tudo enfim que fosse do domínio da inteligência humana. Se bem não lhe fosse possível cultivar o espírito com o trato constante do estudo, em disciplinas regulares, fazia contudo o que estava ainda à altura de suas forças; procurava relaciona-se com os literatos da terra, chegava-se àqueles de quem apregoavam um espírito esclarecido; e, como era inteligente, de uma assimilação fácil, deu força à sua loquacidade (Moraes, 2000, p. 32-33).

É importante ressaltar, no contexto maranhense, o fenômeno do acesso às letras e à educação tornou-se um catalisador crucial para a emancipação dos subalternizados pela diferença colonial. Maranhense é um exemplo eloquente dessa possibilidade real de mudança. O fato de ter uma profissão e uma boa eloquência concedeu a ele melhores possibilidades de existência. “Sua casa, situada na Rua São Pantaleão, uma meia- morada de bons cômodos [...]” (Moraes, 2000, p. 27), foi o local escolhido para reunir um número significativo de gente para a anúncio da tão esperada lei.

É possível afirmar, portanto, que sua residência era um local central de reunião para abolicionistas e intelectuais da época na cidade de São Luís. Isso proporcionou um espaço crucial para a troca de ideias e estratégias entre os defensores da Abolição. Lembrando que os abolicionistas na sua grande maioria nesse contexto “eram, ao contrário, aqueles que defendiam a abolição imediata do trabalho escravo sem indenização de proprietários de escravos por estarem embebidos pela ideologia do progresso, a qual se expressava na defesa da urbanização, do trabalho livre e da industrialização” (Pereira, 2009, p. 5).

Seu gosto pelas letras, forneceu a ele uma grande habilidade na oratória e na arte da boa

²³ A lei de 13 de maio de 1888 teve tramitação em termos burocráticos administrativos rápidos. Em tempo inferior a uma semana, todo o processo de formulação deste estatuto jurídico foi implementado. O projeto de lei tendo por conteúdo a proposta de proibição da escravidão no Brasil foi enviado ao parlamento no dia 8 de maio de 1888 por meio do ministro da Agricultura do governo imperial Rodrigo Augusto da Silva, iniciando assim o trâmite do texto na Câmara dos Deputados e no dia 13 do mesmo mês recebeu aprovação no Senado, ainda no mesmo dia o texto foi enviado à princesa regente Isabel que sancionou o projeto transformando-o em lei vigente em todo Império (Santos, 2021, p. 102).

argumentação. Tinha influência no debate público sobre a escravidão, pois “discutia, argumentava, tinha ideias e pensamentos, e os expunha sempre, defendendo-os, quando se fazia preciso, ajudado do bom senso que sempre tivera” (Moraes, 2000, p. 33), o que o tornava uma figura respeitada entre os intelectuais da época e deu a ele a chance de se tornar um grande intelectual da causa na região. Ele foi, indubitavelmente, segundo Nascimento Moraes, uma liderança proeminente na luta abolicionista, não apenas endossando a causa, mas desempenhando um papel ativo na organização de encontros, discussões e ações relacionadas à Abolição da escravatura.

José Maria Maranhense era visto pelos escravos como um aliado de grande importância, pois “eles o consideravam como um de seus protetores; e porque ele era sincero na causa que defendia, procuravam-no constantemente para tratar de sua liberdade” (Moraes, 2000, p. 33).

Na descrição do acontecimento do dia 13 de maio de 1888, a cena retrata uma reunião diversificada de indivíduos provenientes de variadas classes sociais, todos congregados na casa do abolicionista, naquela manhã memorável, a saber: funcionários públicos, artistas, homens de letras, operários livres, não faltando “vagabundos e desclassificados” (Moraes, 2000, p. 65). Esse ambiente se revelava inclusivo, acolhendo todos aqueles dispostos a celebrar a conquista da tão esperada lei.

A interação entre variadas classes sociais evidencia as tensões e as contradições presentes na sociedade, onde o simbólico e o real muitas vezes divergiam. Portanto, essa cena serve como ponto de partida para uma análise mais profunda das percepções e realidades em torno da Abolição e das mudanças sociais que a acompanharam e a tessitura do jogo de discursos subjacentes ao evento.

O autor apresenta o personagem, João Oliver, “Um rapaz alto, magro, moreno, rosto largo, olhos negros e vivos [...] Envergava um fato (*Linguagem da época que significa: calça, camisa, poletó e gravata*) azul-claro; trazia um colarinho alto, gravata parda a borboletar” (Moraes, 2000, p. 28). Identificado por Nascimento Moraes, como um “jornalista mestiço”, com muita dificuldade encontrou espaço na imprensa de sua época e ocupava a profissão de guarda-livros de importante casa comercial. Era um cronista excelente, um vibrante orador e que pela imprensa muito trabalhava em favor dos oprimidos (Moraes, 2000).

O personagem João Oliver representa uma subalternidade resistente que buscou uma condição social através das letras. João Oliver, ao se engajar na imprensa e na escrita, desafiou as normas e hierarquias estabelecidas, buscando não apenas uma condição social melhor para si mesmo, mas também lutando pelos direitos e pela dignidade de outras alteridades. Assim, sua trajetória exemplifica a importância da expressão literária em promover a conscientização e a transformação social dentro de contextos de subalternidade.

A conversa entre José Maria Maranhense e João Olivier, inicialmente, é de grande expectativa pela notícia. Ressaltaram no diálogo que ninguém dormiu na noite passada, escravos e senhores, estavam muito ansiosos pela chegada do telegrama da Princesa Isabel. Ademais, segundo Nascimento Moraes, a boa notícia tão esperada, o telegrama, só veio às três horas da tarde. A alegria coletiva deixou as ruas de São Luís, repleta de pessoas felizes, eufóricas, a festa se estendeu por vários dias e diversas cenas aconteceram, sobretudo, no dia da Abolição.

No "Pacotilha", influente jornal da época, em sua edição de 13 de maio de 1888, foi estampada na segunda página a seguinte descrição: "*Não há mais escravos no Brasil*" (Pacotilha, 1888, p. 2). Na primeira coluna dessa mesma página, o redator Victor Lobato apresentou suas reflexões com o título *13 de maio*. Segue partes do texto:

Está sancionada a lei da redenção dos escravos. Ideia ontem e hoje fato, a abolição esta decretada, e de uma vez desaparecida a nefanda instituição servil que tanto embaraçou a marcha progressiva do Brasil. A alma nacional, presa de grande emoção, produzida pela humanitária reforma, como que passa por deslumbramentos, experimentando a maior das alegrias, que a tem agitado desde 1822 e 1823 [...] O resquício de classes existentes, os preconceitos de raças, e outros tantos prejuízos a que davam lugar as diferenças mantidas pela instituição civil, entre livres e escravos, tombarão esfacelados pelo nivelamento da Lei de 13 de maio [...] resta aos escravos de ontem e homens livre de hoje, entrados numa vida nova, como a que lhes acaba de abrir a lei de 13 de maio, mostrem por fatos que sabem compreender os benefícios da liberdade e os deveres dos cidadãos, lembrando-se sempre que o trabalho nobilita a quem o cultiva e nelle procura os meios de subsistência, que oparasitismo não se concilia com a nobreza de caráter de pessoas livres, e que a ordem pública é o elemento indispensável de uma sociedade culta (Pacotilha, 1888, p. 2).

No texto, o redator compara o 13 de maio aos acontecimentos históricos dos anos de 1822 e 1823, momentos responsáveis pela derrocada do sistema colonial em termos administrativos e ortog da constituição imperial. Nesse sentido, a data "eleva a promulgação da Lei Áurea ao nível de data presente no panteão dos momentos decisivos para a construção da nação e soberania brasileira" (Santos, 2021, p. 104), destacando de forma esperançosa que as distinções sociais e raciais existentes, bem como os preconceitos arraigados que separavam as pessoas com base em sua condição de livre ou escravizada, foram abalados como resultados obvios da aplicação da nova lei. Expectativas essas que nunca tornaram-se realidade de fato.

Importante destacar que o apelo as questões morais, como a valorização do trabalho e a ordem pública, foram muitas vezes usados para justificar a manutenção das hierarquias sociais existentes. Pois, o trabalho dos ex-escravizados era frequentemente desvalorizado e utilizado como justificativa para mantê-los em posições subalternas na sociedade. Além disso, a ordem pública foi muitas vezes invocada para reprimir movimentos sociais e protestos que buscavam desafiar as estruturas de poder

estabelecidas.

Faz-se importante evidenciar que as estratégias discursivas são notáveis nas variações interpretativas que moldaram a imagem do 13 de maio ao longo do tempo: como um ato de benevolência da monarquia, como resultado de pressões internacionais, como conquista das lutas abolicionistas intermediada por intelectuais, dando pouca ênfase a organização e resistência dos próprios escravizados.

Acerca dessa benevolência da monarquia, o historiador Chalhoub (1998) assim expressa: “os sujeitos do poder senhorial concedem, controlam uma espécie de economia de favores, nunca cedem a pressões ou reconhecem direitos adquiridos em lutas sociais” (Chalhoub, 1998, p.96-97). Schwarcz (2007), por sua vez, argumenta que a:

[...] interpretação particular da Abolição brasileira, feita nos momentos anteriores ao ato de 13 de maio de 1888 ou no contexto imediatamente posterior, que tendeu a associar a realza com a libertação da escravidão ou viu no ato um mérito exclusivo dos antigos proprietários. Como se fôssemos avessos à representação da violência e da luta, no Brasil a Abolição foi entendida como uma dádiva, um presente que merecia atos recíprocos de obediência e submissão. Aos escravos recém libertos só restava, pelo menos na visão das elites, a resposta servil e subserviente, dessa maneira, do processo vivenciado e outros países, onde a libertação foi absorvida como uma conquista, aqui ela representou continuidade e a reposição de hierarquias que, de tão assentadas, pareciam legitimadas pela própria natureza (Schwarcz, 2007, p. 26).

A visão predominante entre as elites era que os recém-libertos deveriam responder com servidão e submissão, alimentando a continuidade das hierarquias sociais, por meio da lógica do trabalho livre, ainda muito disfarçado pelo modelo escravagista. Nessa perspectiva, Schwarcz (2007) considera que o ato da abolição, em nosso país, foi concebido como uma dádiva, uma espécie de gratidão por parte de muitos, como resposta ao ato simbólico e benevolente da Princesa.

Na realidade ludovicense, Nascimento Moraes explicita na sua narrativa, que no dia da festa, a princesa Isabel foi aclamada como uma Santa por uma parcela significativa da população, incluindo os abolicionistas. Estes, ao empunharem uma bandeira branca de forma simbólica, sugeriam que a abolição havia trazido paz e liberdade após um longo período de opressão. Segue abaixo a citação:

da casa de Maranhense ainda tinham de ir muitas dúzias de foguetes, de balões, pequenos andores para os retratos, velas, alguns archotes e um retrato da Princesa Isabel, já colocada no andor lantejoulado, trabalho imperfeito quanto às particularidades, mas tratável e completo nas linhas gerais [...] No canto da rua mangueira um grupo de abolicionista desfraldando uma bandeira branca, cabeças descobertas, a gritarem incessantemente: Viva a Liberdade! Viva Patrocínio! Viva a rainha Isabel! E o pessoal respondia: Viva! Viva! (Moraes, 2000, p. 33-34;45).

Essa perspectiva é reforçada pelo fato de que a Abolição no Brasil foi efetivada sem grandes revoltas ou insurreições significativas, o que pode ter contribuído para a interpretação mais complacente e menos contestadora desse momento crucial na história do país (Schwarcz, 2007). Nesse sentido, autora sinaliza:

[...] como se a libertação fosse um “contrato privado” entre duas partes, evidentemente desiguais. Por isso mesmo abundam verbos como “conceder, dar, oferecer”, referentes ao senhor, e qualificativos como “lealdade, obediência, servidão, dedicação [...] Assim, pouco antes do ato oficial que aboliu a escravidão, uma série de matérias fazia da libertação um ritual: uma grande festa, na qual desfiles, comícios e festejos celebravam a “boa e meritosa” ação dos senhores brancos, com a participação quase passiva dos negros (Schwarcz, 2007, p. 34).

Contudo, observamos também alguns outros significados acerca da Abolição em São Luís. Para tanto. Nascimento Moraes descreve alguns delírios e desatinos coletivos realizados no dia da comemoração:

[...] os escravos dando expansão à raiva e ao ódio cometeram desatinos de toda a espécie, quebrando móveis e louças, e mais objetos que se lhes deparavam, e deixaram, a blasfemar, o teto onde tão desgraçados dias viveram, atirando ferinos e brutos impropérios que iam quebrar, como garrafas e vidros, nas rótulas das janelas, nas portas, e na alma aniquilada dos infelizes ricos de ontem, que se viram em grande parte, pobres de um momento para outro (Moraes, 2000, p. 36- 37).

De acordo com Silva (2000) na realidade de Campinas, na celebração delirante do 13 de maio, “os libertos queimaram todos os materiais de tortura que puderam encontrar e, de forma simbólica, exerceram o direito de caminhar livremente, segundo suas vontades, sem haver a necessidade de permissão senhorial” (Silva, 2000, p.45).

Esses atos, como a quebra de móveis e louças por escravizados recém-libertos, representam uma forma de resistência impulsionada por anos de opressão e acumulação de angústias. Além de uma manifestação física, eles exploram as dimensões emocionais e simbólicas desse gesto, desafiando a ordem social e a autoridade dos senhores. Ao expressarem indignação e desprezo, os escravizados não apenas quebram objetos, mas também confrontam a dominação que os manteve oprimidos por tanto tempo.

A imagem dos escravos deixando o local onde sofreram reforça a ideia de uma mudança de poder ou uma inversão de papéis. O espaço, antes dominado pelos senhores, agora é abandonado pelos escravos revoltados, como se o próprio ambiente fosse invertido, pela revolta e pela insatisfação que eles sentem.

Nesse contexto, a alusão feita por Nascimento Moraes aos proprietários ricos, que subitamente

se viram "empobrecidos de um momento para outro", no último parágrafo da citação, destaca com ênfase a vulnerabilidade dos opressores quando se deparam com a insurgência dos oprimidos. Essa súbita inversão sugere a fragilidade intrínseca da estrutura de poder quando é confrontada com a força da resistência, expressa não apenas por atos tangíveis, mas também por meio das manifestações discursivas dos subalternos.

Retornando à efervescência da boa notícia, Nascimento Moraes descreve de maneira trágica e, ao mesmo tempo, cômica, a euforia coletiva que tomou conta dos libertos:

[...] uma escrava ao passar pelas ruas dos afogados, deu uma bofetada na sua patroa que estava na janela [...] provocaram fortes gargalhadas e pilhérias picantes os inesperados cômicos que se deram: cozinheiras que de tanta alegria abandonaram seus patrões sem lhes apresentar o jantar e outras que faziam compras e que se foram com dinheiro e balde [...] magotes de negros que passavam, à-toa sem destino, a gritarem pela rua abaixo ou acima numa alucinação bem declarada (Moraes, 2000, p.36;45).

Esse súbito acesso à liberdade oficial foi realizado nas ruas, mas também gerou reações diversas, algumas das quais foram extremamente intensas, como ilustradas pelo comportamento dos libertos Sabino e Florença:

a celebração foi tamanha, que um preto de nome Sabino, escravo do tenente-coronel Casemiro Sousa, condenado a duros e cruéis castigos, quando sentiu que era livre e lhe abriram de par em par as portas, enlouquecera. Igualmente se dera com a preta de nome Florença, escrava do Sr Silva. Muitos outros casos de loucura foram depois conhecidos com as notícias que chegaram do litoral e do interior (Moraes, 2000, p. 44).

Importante ressaltar que, em contraste com essa celebração pública e festiva, a ocorrência envolvendo Sabino e Florença, que enlouqueceram ao perceber sua liberdade, fornece uma perspectiva profundamente emocional e pessoal da Abolição. O ato público oficial da tão esperada "liberdade" não representou apenas o fim de uma prática, mas também um momento de profunda significância social e psicológica. Os escravizados, que por tanto tempo foram privados de sua liberdade, direitos e humanidade, de repente se viam livres.

O impacto desse momento foi avassalador para esses dois escravizados libertos e para tantos outros que enfrentaram situações semelhantes. A narrativa sobre essa loucura é simbólica e historicamente reveladora. O "enlouquecer" de Sabino e Florença pode representar o trauma acumulado e o impacto emocional de anos de escravidão, manifestando-se no momento de sua liberdade.

O passado de Sabino, marcado por punições severas, destaca o abuso e a crueldade dos sistemas de escravidão, tornando sua resposta à liberdade ainda mais compreensível e trágica

(Moraes, 2000). Por outro lado, a liberdade recém-adquirida também pode ser vista pela lógica da explosão interna pela tão sonhada libertação ou como uma fonte de medo em relação ao desconhecido que estava por vir. Pois, pergunta-se: como viveriam os negros e mestiços após a proclamação da sua liberdade? Questões identitárias em busca de sobrevivência pessoal e familiar inevitavelmente surgiram: quem sou eu agora? Para onde vou? O que o futuro reserva para mim? Como vou sobreviver sem a tutela do meu proprietário?

Por outro lado, no seu insciente marcado pela diferença, também se ecoava: "Preto sujo!" ou simplesmente: "Olhe, um preto." Nesse contexto, as palavras de Fanon (2008) ressoam poderosamente: "Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto entre outros objetos" (Fanon, 2008, p. 103). O negro não se encontra plenamente naquilo que é, pois sua existência é limitada. Nas palavras de Fanon (2008, p. 189): "O que há é simplesmente minha vida, aprisionada na armadilha da existência."

Esse medo, fruto da luta angustiante por uma vida melhor, pelo pão cotidiano, castigam, psicologicamente, os Sabinos e as Florenças do Pós-abolição. É um medo que cresce e enlouquece em decorrência da negação cruel do direito básico de viver, uma espécie de morte social em vida, como Fanon observa: "típicos de sombra, na sua tão dura invisibilidade por ser da cor da noite, que sente medo de si mesmo" (Fanon, 2008, p. 112).

O sentimento de temor associado à noite, à escuridão, assume uma relevância profunda nessa reflexão, sobretudo quando analisamos a relação direta entre a identidade de um indivíduo de pele negra e a metáfora da diferença. Nessa interpretação, a metáfora da noite não é apenas um elemento simbólico, mas uma realidade perigosa. O indivíduo negro, como destaca Mbembe (2014), é quem vive a noite e por ser da noite ninguém o enxerga. É justamente sua permanência na noite e esta vida enquanto noite que o torna invisível. Uma criação enlouquecida do imaginário ocidental.

Essas reflexões destacam a complexidade da experiência do liberto, evidenciando as dimensões psicológicas, sociais e simbólicas que permearam muitas histórias ao conjunto de narrativas acerca do 13 de maio. São os significados dos relatos, mesmo de cunho narrativo, que vamos evidenciar na tessitura desse trabalho. As muitas vozes suscitadas pelo intérprete Nascimento Moraes.

O literato, de forma repentina, dar um salto histórico de um período a outro, em vista de explorar os significados e impressões acerca da República nascente e, quatro anos depois, 1892, destaca ainda os sentimentos recorrentes em relação a festa do 13 de maio. Para tanto, utilizou-se

Olivier como porta-voz para expressar seus sentimentos em relação a nova República. Olivier conversando com o português Machado, conhecido como Paletó Queimado, assim adverte em forma de denúncia, evidenciando a situação difícil de muitos intelectuais subalternos:

[...] o Maranhão era uma terra fértil de homens ilustres [...] no entanto, só aqui há meia-dúzia de homens competentes, verdadeiros sábios – Meia-dúzia!... Suba[...] Aqui há inúmeros homens de merecimento, de incontestável valor. Estes, porém, vivem afastados, vergastados por um desprezo ridículo e mesquinho. Ninguém mais ignora a perseguição política daqui até onde vai. Ou capitula ou morre!... Então você não sabe que nós temos uma literatura oficial? Ignora, porventura, que parte dos homens de letras vive à custa dos cofres públicos, ou protegidos pelos potentados do mundo oficioso e que, a outra parte, vegeta, passa horribéis privações, sem emprego e sem proteção? [...] Há muita gente aqui que sabe mundos e fundos, ilustrações sólidas, inteligência de escol, homens de rara habilidade e apreciável preparo [...] nascem obscuramente, e obscuramente desaparecem do palco da vida – Mas por que não chegam ao governo? Por que não se fazem lembrar? – Não é isso, não. É uma questão de disciplina moral, de caráter, de princípios. São homens que se educam com os livros em punho, que passam a mocidade a ler e que não conhecem superioridade a não ser a do talento e a da competência. Fácil é concluir que, espíritos assim educados, não se curvam jamais ante um senador do Império que mal assina um nome, nem podem baixar a cerviz ante o funcionário que não sabe somar, mas que a proteção política altamente colocou, como que querendo humilhar o preparo dos que estudam [...] Realmente dói e compunge viver numa terra assim (Moraes, 2000, p. 65-67).

A citação apresentada é um desabafo poderoso que revela as complexidades e desafios enfrentados por intelectuais e literatos no contexto do Maranhão republicano e por sinalizar uma realidade experimentada em vida pelo próprio Nascimento Moraes, sobretudo ao enfatizar a existência de uma "literatura oficial" financiada pelo governo. Alguns letrados dependem do apoio do governo para sua subsistência, enquanto outros literatos enfrentam uma série de privações como falta de emprego, proteção e reconhecimento literário.

O Maranhão, na interpretação de Nascimento Moraes, é um lugar onde a produção de homens ilustres é farta, com literatos altamente preparados para assumir qualquer função profissional. No entanto, paradoxalmente, apenas uma pequena parcela deles é reconhecida como competente e sábia.

O autor também questionou por que indivíduos talentosos e competentes não conseguem chegar ao governo ou receber o reconhecimento que ganham. A resposta, segundo a narrativa, está relacionada a uma questão de disciplina moral, caráter, princípios provenientes dos valores adquiridos pelos intelectuais, mas, sobretudo, por decisão política, pelo fato de darem certos cargos às pessoas sem nenhum conhecimento e preparo. Isso indica uma divisão nítida entre aqueles que têm acesso às oportunidades e reconhecimento e aqueles que são marginalizados, muitas vezes devido a questões políticas e dificuldades de acesso aos espaços de fala e poder.

Embora João Olivier, tenha feito esse desabafo e denúncia sobre a realidade de vida de muitos intelectuais de seu tempo, ainda existe dentro dele uma faísca de esperança que foi acesa no dia da

comemoração do 13 de maio:

[...] eu ainda não perdi as esperanças em dias melhores. Obscuro e pobre como sou, sem aspirações [...] tenho ainda fé que isto não permanecerá neste estado por dilatados anos. O grande acontecimento de ontem, que ainda hoje se festeja, que se festejará sempre, por causa da sua alta importância político-social, este acontecimento me veio encher de esperanças o peito. A liberdade dos negros vem contribuir para o desenvolvimento desta terra infeliz, e dar novas forças, novos elementos, novos aspectos... esta fidalguia barata virá caindo aos poucos e o princípio de confraternidade virá acabar com estas supostas e falsas superioridade do ser que tem sido um dos mais vis preconceitos de nossa existência política (Moraes, 2000, p. 67).

Nascimento Moraes destaca pelas palavras do João Olivier, as esperanças e aspirações dos pobres que ainda acreditavam que a Abolição da escravatura seria um ponto de virada para a sociedade, um momento significativo de melhores oportunidades.

Certamente, ao examinarmos os variados sentidos e significados do 13 de maio por meio das histórias desses personagens, percebemos como a Abolição foi recebida e vivenciada de maneiras distintas pelos diferentes sujeitos sociais. A alegria da liberdade, muitas vezes, se misturava com o medo do desconhecido e com os desafios da inserção, sobretudo nas questões trabalhistas em uma sociedade que ainda perpetuava preconceitos e desigualdades em todas as esferas da vida social, impedindo a grande maioria da população o verdadeiro acesso à cidadania.

No tocante aos significados da cidadania, Mbembe (2017) aponta para uma série de complexidades e diferenças dentro de uma estrutura social e seus simulacros. Em *Políticas da Inimizade*, assim escreve:

o princípio de igualdade é ainda estilhaçado tanto pela lei da origem comum e da comunidade genuína como pela fragmentação da cidadania e pela sua declinação em cidadania “pura” a dos (autóctones) e em cidadania emprestada (que, desde logo precária, pode sempre caducar). Face às situações perigosas tão características da época, a questão pelo menos aparentemente, deixa de ser a de saber como conciliar o exercício da vida e da liberdade com o conhecimento da verdade e a solicitude para com o outro (Mbembe, 2017, p. 10).

Uma “lei de origem comum” é uma ideia fundamental, pois sugere que todos os cidadãos de uma nação devem gozar dos mesmos direitos e oportunidades, independentemente de quem seja. No entanto, essa igualdade é frequentemente desafiada pela noção de “comunidade genuína”, o que implica que apenas alguns indivíduos são considerados membros integrantes da comunidade, enquanto outros são marginalizados ou tratados como estrangeiros, verdadeiros *outsiders*, estigmatizados pela lógica do poder de um grupo sobre o outro (Elias, 1994). É possível extrair dessa reflexão, que a “comunidade genuína” é toda fidalguia ludovicence formada pelos indivíduos provenientes do grupo dos “portugueses comerciantes e descendentes das antigas famílias” (Moraes, 2000, p. 90).

Por conseguinte, na perspectiva de Mbembe (2017) a fragmentação da cidadania agrava essa complexidade. Isso significa que a cidadania não é uma condição uniforme; em vez disso, diferentes grupos podem ter direitos e reconhecimentos distintos. Isso pode resultar em desigualdades significativas dentro de uma sociedade, a medida que alguns cidadãos tenham acesso a oportunidades e benefícios que são negados a outros. Como afirma o literato Nascimento Moraes: “A nata social é um composto de portugueses capitalistas, os descendentes dos cujos, e algumas famílias pobres e mal-arrumadas que se curvam à vontade suprema e que por isso ganham um pedacinho de bem-aventurança” (Moraes, 2000, p. 90).

É a partir da perspectiva dessa exclusão social no campo dos direitos característicos da cidadania, que se deve compreender sua fragmentação através da lei da origem comum e da comunidade genuína. Comunidade essa, que o negro inventado/objetivado não participa. Essa cidadania que, segundo Mbembe (2017), não passa de um direito emprestado, a saber, uma cidadania mascarada: típica das sociedades ditas civilizadas, democráticas e cidadãs, baseada em uma política de Estado que faz distinção entre seus cidadãos (os que pertencem ao círculo dos semelhantes) e os não-semelhantes, resultado das democracias liberais.

Desse modo, a discussão proposta por Mbembe (2017) sobre a fragmentação da cidadania e a ideia de não-semelhantes torna-se relevante quando analisamos o contexto do trabalho livre no início da República em São Luís. É a partir dessa perspectiva, que podemos compreender como a cidadania estava distorcida e como certos grupos, em particular os negros e mestiços, foram privados de direitos fundamentais na República nascente.

A transição para o trabalho livre foi marcada por uma série de desafios. Muitos ex-escravos enfrentaram condições de vida precárias, dificuldades econômicas e uma falta de acesso a oportunidades que outros cidadãos adquiriram mais facilmente. Em teoria, todos os cidadãos deveriam ter os mesmos direitos e oportunidades, independentemente de sua origem étnica ou posição social. No entanto, como apontado por Moraes (2000, p. 88), “são vícios de origem, [...] não é com poucos anos que se transforma uma sociedade e desenraizam preconceitos”.

Na prática, muitos negros (as) mestiços (as) e pobres livres de cor branca foram tratados como cidadãos de segunda classe, sujeitos a um sistema que fazia distinções com base na raça/classe/gênero e que não dava a todos o direito a educação. Nascimento Moraes assim argumenta:

só se poderia dar semelhante transformação se os ex-escravos e seus filhos depressa aprendessem a ler e a escrever e muito cedo percebessem que coisa é essa que se chama direito público. Mas é que não abriram escolas ao povo, não procuraram matar o analfabetismo, não foram verdadeiros republicanos os que se apossaram do poder (Moraes, 2000, p. 77).

Nascimento Moraes demonstra uma notável perspicácia em sua escrita literária profundamente engajada pela causa dos subalternos. Como um educador comprometido, ele enfatiza a importância crucial da educação como um instrumento fundamental para capacitar os ex-escravos e suas gerações subsequentes a participarem plenamente da sociedade e os rumos do País. Porém:

[...] os fatos tem demonstrado que se novas forças não se agitarem no organismo da nossa sociedade, nada teremos feito. Continuaremos indefinidamente neste estado de coisas, à espera de um cataclismo social. Quando se proclamou a liberdade dos cativos eu tinha a alma cheia de esperanças. Estava até certo ponto convencido de que nos bastaria dar um passo para atingirmos certo grau de prosperidade e começarmos a ser felizes. A Proclamação da República ainda mais esperanças me trouxe. A vigoraram-me as crenças e cheguei a sonhar com um Maranhão intelectualmente e moralmente livre, a ascender como um deus! Pois com tristeza lhe digo, bastou que transcorressem dois anos de vida republicana! Logo me persuadi de me erro e exclamei, no desafogo de minha queija ao ruir de minhas ilusões, como nosso querido Gonçalves Dias: - Que me enganei, ora vejo! (Moraes, 2000, p. 76).

Isso reflete a frustração de muitos intelectuais da época que acreditavam que a mudança política traria melhorias significativas, mas que logo perceberam que as estruturas de poder e as desigualdades persistentes continuavam a moldar a sociedade. Essa desilusão, pode estar relacionada à discussão de Mbembe (2017) a todo mecanismo de dominação engendrado pela lógica perversa de produção do dissemelhante, cada vez mais aprisionados pela governação do mundo colonial moderno. Como muito bem afirma Quijano (2005), o poder colonial opera nas relações raciais, nas relações de gênero, nas relações de classe e em todas as outras relações sociais, pois, segundo o autor, a colonialidade não é apenas uma questão de exploração econômica, mas também uma questão de dominação cultural e epistêmica, afetando todas as esferas da vida do sujeito, até mesmo, o acesso a direitos fundamentais de existência.

Nesse contexto de fragmentação estrutural do sentido da cidadania, cabe destacar que, embora as relações trabalhistas tenham sido resinificadas em termos jurídicos, os preconceitos e as desigualdades permaneceram latentes em suas hierarquias, como adverte Nascimento Moraes:

os que trabalham por vaidade pertencem, na sua maioria, às antigas famílias do Estado, ou às que delas descendem. Os necessitados são, na maior parte, oriundos do povo, pertencem às famílias pobres e desprotegidas que não se misturam com as que representam a fina flor da sociedade. Os que trabalham por fatuidade são, como os portugueses, mandados buscar nas Vilas de Portugal, os futuros patrões, os diretores de banco, os proprietários e capitalistas (Moraes, 2000, p. 57).

Aqui, surge uma distinção de origem, ressaltando a ideia de que alguns grupos são trazidos de outros lugares para assumirem papéis importantes na sociedade ludovicense, como patrões, diretores de banco, proprietários e capitalistas.

A partir desses pressupostos, João Olivier conversando com seu filho Claudio Olivier, assim expressa: “Em uma sociedade em que no dia -a- dia as necessidades aumentam e as dificuldades surgem, como por encanto. Um horror! Isso já não é viver é vegetar” (Moraes, 2000, p. 89). E acrescenta em tom de denúncia:

[...] meu filho [...] **o governo está peiado e a peia do preconceito é a pior de todas**. O governo não pode agir contra a companhia A, porque o seu gerente, o Senhor B, é compadre do primo do Doutor C, que é um dos chefes militares no partido situacionista. Não pode contra a companhia D, porque é um dos seus diretores, o Senhor E, que é sobrinho do coronel F, que é compadre do Doutor G, que é presidente do Congresso, ou administrador do Mercado (Moraes, 2000, p, 89 *grifos nossos*).

A obra “Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro” de Raimundo Faoro (2008) possibilita um maior entendimento dessa realidade denunciada por Oliver pelas lentes de Nascimento Moraes. Pois Faoro foca nas políticas e burocracias das elites do Brasil, especialmente durante o período do Império e do início da República. Argumenta que o país foi historicamente dominado por uma elite burocrática patrimonialista que se perpetua no poder por meio do clientelismo e do nepotismo. Ele analisa como o Estado brasileiro foi moldado para servir aos interesses dessa elite, resultando em uma administração pública ineficiente e na perpetuação das desigualdades sociais. Faoro também abordou a influência das instituições políticas e jurídicas na manutenção do poder das elites (Faoro, 2008).

A citação de João Olivier, encontrada na obra “Vencidos e Degenerados”, apresenta uma perspectiva que se alinha com as análises de Raimundo Faoro (2008), escritas em um período posterior. João Olivier descreve uma sociedade em que as dificuldades aumentam constantemente, refletindo um contexto de instabilidade crescente e carências. No entanto, ele destaca que essa situação não é simplesmente resultado do acaso, mas sim um reflexo das práticas clientelistas presentes nas instituições governamentais.

O trecho menciona que o governo enfrenta obstáculos adversos para agir contra determinados órgãos ou indivíduos, não devido a critérios de objetivos de mérito ou legalidade, mas sim devido a relações pessoais e nepotismo. Isso se relaciona diretamente com a análise de Faoro (2008) sobre as elites políticas e burocráticas que, historicamente, consolidaram seu poder por meio de redes de compadrio e clientelismo.

É importante notar que esses problemas persistem em várias partes do Brasil e continuam sendo desafios para a construção de um sistema político mais transparente e equitativo. Essa divisão social com base em preconceitos, critérios racializados, status social e de origem, pode indicar uma

dinâmica de poder em que certos grupos são vistos como mais capazes ou qualificados para ocupar posições de influência econômica em detrimento de outros. Essa é a lógica violenta que sustenta e mantém a narrativa do discurso colonial.

Ao problematizar essas hierarquizações na obra de Nascimento Moraes, podemos refletir sobre como as estruturas sociais e seu conjunto estratégico de discursos, moldam as oportunidades e os percursos de diferentes grupos e sujeitos. Da mesma forma, nos permite refletir sobre como essas categorias podem ser questionadas e superadas para promover maior igualdade e justiça social.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que os sujeitos subalternos, sobretudo os libertos de cor negra/mestiça foram enclausurados em uma objetividade esmagadora, nesse sentido, qualquer ontologia que o “negro” desejar construir de si torna-se irrealizável em uma sociedade dita civilizada, em um “um dos mais vis preconceitos de nossa existência política” (Moraes, 2000, p. 67).

Nascimento Moraes suscita nas entrelinhas do seu argumento que o negro/ subalterno, não está completamente naquilo que é, pois inexiste, O que há é simplesmente a vida do negro, como afirma Fanon (2008, p. 189) “O que há é minha vida, presa na armadilha da existência. Há minha liberdade que me devolve a mim próprio. Não, não tenho o direito de ser um negro”. Nesse sentido, “que cesse para sempre a servidão do homem pelo homem. Ou seja, de mim por um outro. Que me seja permitido descobrir e querer bem ao homem, onde quer que ele se encontre” (Fanon, 2008, p. 191).

Por conseguinte, o literato, motiva o combate e enfrentamento a toda “fidalguia barata”, à aristocracia ou à elite que, na visão do personagem, baseava seu status em princípios frágeis e superficiais. Com a Abolição, o personagem visa o dismantelamento gradual dessas estruturas de poder. Para que isso ocorra, de fato, faz-se necessário, criticar fortemente o preconceito racial. Ele vislumbra um futuro onde a falsa superioridade, baseada em classe e raça, seja originária de uma verdadeira confraternidade entre os cidadãos. É um apelo à igualdade, à justiça e a uma nova ordem social no Brasil republicano (Moraes, 2000).

O personagem João Olivier enfrentou dificuldades financeiras e recebeu ajuda frequente do português Machado, apelidado de Paletó Queimado. Essa amizade se desenvolveu a partir da admiração de Machado pelo discurso marcante de Olivier no dia 13 de maio. Essa relação vai além das questões raciais, destacando a capacidade de transcender diferenças de “cor” em momentos de solidariedade e amizade genuína.

Apesar de sua notável capacidade no universo das letras, João Olivier enfrentava uma forte perseguição, em parte ocasionada pela imprensa à qual ele servia por amor à arte (Moraes, 2000). Sua

situação financeira tornou-se cada vez mais difícil, com o aumento do número de suas obrigações para com a família. Sua irmã mais velha, que muito o auxiliava com a costura, adoecera, e sua mãe, debilitada por uma terrível enfermidade, tornou-se fonte de despesas (Moraes, 2000). Por esses e tantos outros motivos, ele resolveu deixar São Luís e mudar-se para Belém. Olivier faleceu em Belém, decorrente de problemas no fígado, “sucumbiu numa manhã de abril, deixando a família em completa pobreza” (Moraes, 2000, p. 100).

O personagem João Olivier, deixou uma crônica significativa acerca das intempéries vivida por muitos subalternos no contexto do período narrado, segue alguns fragmentos:

Aquilo é que era escrever! Lá ele dizia que a proteção que os ricos e *cabeçudos* desta terra dispensam aos pobres é prejudicial, e até um dos meios que empregam para impedir o desenvolvimento e o progresso, dos que saem do pó. Porque, diz ele, essa proteção que não passa de proporcionar aos pobres pequeninas migalhas que os impedem de morrer de fome, e com as quais eles se contentam, é que os detém aqui, nesta cepa torta, nutrindo esperanças de dias melhores. E assim, o tempo vai passando, e o talento se vai gastando em produzir, o mais das vezes, imperfeitos trabalhos que os falsos protetores usufruem, e assim as energias vão enfraquecendo (Moraes, 2000, 97).

Há uma passagem na primeira parte da obra que expressa de forma evidente essa situação:

não obstante, alguns ex-senhores não ficaram completamente abandonados porque não eram maus. Ao abrirem as portas, ao franquearem a saída aos de há pouco escravos, ofereceram abrigos aos que quisessem continuar na sua companhia. Muitos aceitaram o convite, na maioria velhos, já inválidos para uma existência laboriosa, e moças que eram crias de muita estima e algum conforto, em geral filhos de escravas com senhores moços (Moraes, 2000, p. 37).

A permanência na subalternidade e a luta diária pela sobrevivência mantiveram muitos libertos sobre a tutela do seu senhor. Essa realidade dos ricos ou de pobres que tinham “duas ou três cabeças de negros” (Moraes, 2000, p.37) em manter os ex-escravos em uma posição de submissão e subalternidade através de uma suposta “proteção” que, na realidade, perpetua a pobreza e a dependência. Isso ressalta a importância de abordar questões de justiça social e equidade para que as pessoas tenham a oportunidade de buscar uma real emancipação genuína e não sejam limitadas por uma falsa generosidade dos mais abastados.

4.1.2 Os personagens Claudio Olivier e Carlos Bento Pereira: a complexidade da subalternidade no campo intelectual e o impacto nos ideais das lutas coletivas

Nesse tópico é analisado aspectos da vida e os embates/ enfrentamentos/resistências de mais

dois grandes intelectuais, Claudio Olivier e Carlos Bento, dois personagens centrais para análise da narrativa literária de Nascimento Moraes. Sob a orientação do polemista e professor Carlos Bento Pereira, João Olivier e Claudio Olivier, ambos, pai e filho, representam um exemplo vívido da influência profunda e rigorosa que um mentor pode exercer sobre seus alunos. Esses dois indivíduos, influenciados pelo seu professor Carlos Bento, foram munidos de uma visão crítica e um comprometimento inabalável com as questões sociais e políticas que assolavam o Maranhão no intervalo entre os séculos XIX e XX.

A erudição não era um fim em si mesma para esses personagens. Era, antes de tudo, uma ferramenta que lhes permitia interagir profundamente com sua sociedade, analisando, criticando e propondo soluções para seus problemas mais urgentes. Desse modo, o papel do intelectual na sociedade vai além da mera produção ou disseminação de conhecimento. Trata-se de usar esse conhecimento para questionar, desafiar e, finalmente, denunciar as estruturas desiguais tão características da vida em sociedade. Os intelectuais são os guardiões da consciência coletiva, sempre prontos para questionar, desafiar e guiar a sociedade em direção a um futuro mais justo e equitativo, porém, esse mesmo ideal pode ser ofuscado de alguma maneira ao longo do processo.

Carlos Bento, foi descrito por Moraes (2000) como um notável poliglota e uma das maiores erudições do Maranhão na época. Foi jornalista e professor. No entanto, ele enfrentou sérias dificuldades devido a intensas lutas políticas que impediram o trabalho com os grupos liberais e conservadores. Isso o levou a se afastar da imprensa, onde havia conquistado respeito, e acumulou diversos desafetos. Certamente, as divisões políticas e as rivalidades frequentemente os deixavam em situações precárias, dependendo da ajuda de outros para sobreviver.

Sua única fonte de renda era o ensino particular, mas o que ele ganhava mal cobria metade das despesas mensais. Carlos Bento, apesar de seu renome e caráter, vivia em uma situação de quase completa miséria, junto com sua esposa e um jovem que adotou. Para sobreviver e evitar a fome, ele precisava contar com a ajuda ocasional de antigos amigos, ex- alunos que, naquele momento, já trabalhavam (Moraes, 2000).

Apesar da escassez e pobreza em que vivia, Carlos Bento fora um intelectual cheio de esperanças ao pensar na República nascente, isso fica mais evidente quando afirma:

[...] conto que os fatos exigirão que os homens façam da sua fraqueza força e que, abandonando a posição censurável em que até hoje se têm mantido, procurem enfim os que podem com energia e competência intelectual, e firmados princípios morais, reconstruir o templo arruinado (Moraes, 2000, p. 76).

O pensamento expresso pelo personagem Carlos Bento, como apresentado na citação é revelador e sugere uma série de reflexões sobre sua visão de mundo e seu papel na sociedade do final do século XIX e início do XX. Denota uma clara consciência das dificuldades e desafios enfrentados pela sociedade em que vive. A referência à "fraqueza" indica que ele reconhece a fragilidade das condições existentes e a necessidade de superá-las. Isso revela um espírito resiliente, alguém que não está disposto a se resignar diante das adversidades que enfrenta.

Além disso, a expressão "abandonando a posição censurável em que até hoje se têm mantido" (Moraes, 2000, p.76), aponta para uma crítica à inércia e à complacência da sociedade em relação aos problemas vigentes. Carlos Bento parece acreditar que as pessoas estavam sendo passivas e que essa postura era merecedora de reprovação. Ele exorta os indivíduos a se levantarem e agirem de maneira diferente.

O trecho também destaca a importância da competência intelectual e dos princípios morais na reconstrução do "templo arruinado". O "templo" aqui pode ser entendido como uma metáfora para a sociedade, que estava enfrentando desafios e decadências. Para reconstruí-lo, era necessário mais do que força física. Era necessária uma base sólida de conhecimento e valores éticos.

Foi Carlos Bento que escreveu um panfleto (síntese social e política) com a intenção de ganhar algum trocado (Moraes, 2000). O mesmo foi lido, inicialmente, por João Olivier. Nele está expresso uma crítica contundente a uma série de problemas de cunho moral e ético, sobretudo no que se refere a um quadro de corrupção, nepotismo e má gestão de recursos públicos que marcaram o início da República em São Luís. Essas temáticas mais uma vez aparecem nos relatos de Nascimento Moraes, dessa vez de forma mais contundente. Segue na íntegra o trecho do primeiro parágrafo do panfleto:

a terrível e esmagadora opressão moral-social, que a mais e mais se estreita nesta terra destruindo energias, aniquilando vontades, esfacelando músculos, ainda não pôde vencer no ânimo de seus bons filhos a nobre altivez de princípios que professam, hauridos nos livros dos mestres, feitos do saber que razão e experiências alicerçaram (Moraes, 2000, p. 79).

O panfleto, inicialmente, expressa sua preocupação com a grave situação social e política que aflige a sociedade de São Luís. Ao mencionar que essa “esmagadora opressão moral-social que mais e mais se estreita nessa terra” (Moraes, 2000, p.79) indicando que a sociedade está passando por um período de profunda opressão, tanto em termos morais quanto sociais.

No entanto, Carlos Bento também destaca que, apesar dessa opressão, "bons filhos" da sociedade ainda mantêm uma "nobre altivez de princípios". Ele está se referindo a pessoas que possuem princípios éticos sólidos, provavelmente fundamentados em conhecimentos adquiridos a

partir da leitura dos "livros dos mestres" e enraizados na razão e na experiência, pois “a crise, ou melhor, esta “tenebrosa fase que o Estado atravessa, fase de decadência moral, intelectual e material” (Moraes, 2000, p.79) ainda não os subjugou. Esses intelectuais, têm o potencial de liderar a transformação e a renovação da sociedade, levando-a um futuro melhor e mais glorioso. Ele enfatiza a importância do trabalho e o desejo de querer e acreditar nessa mudança (Moraes, 2000).

Ora, como afirma Pereira (2018, p. 9) além da dificuldade de produzir e difundir seus escritos, esses intelectuais, “sofriam as consequências por vincularem-se a paradigmas ideológicos destoantes aos pressupostos daqueles considerados, no enredo, de uma opinião dominante” que entraram em conflito com as ideias dos novos atenienses, (grupo do próprio Nascimento Moraes) que nutriam o forte desejo de uma revivência intelectual política e social.

Portanto, esse discurso da decadência moral, intelectual e material, resulta-se de um clima forte, proveniente da instabilidade e estagnação econômica, ligada à crise do sistema agroexportador, conforme mencionado por Pereira (2018). Além das turbulências econômicas, Moraes (2000) ressalta o papel desanimador da governança que por meio do “indiferentismo” tem gerado líderes políticos, completamente indiferentes à realidade da população em geral, sobretudo daqueles que mais precisam. Estão a priorizar seus próprios interesses e os de seus aliados políticos. Isso fica mais evidente na passagem que segue:

[...] a canga da inconfessável cobiça, de mal interpretada prática de serviços pessoais que se estriba em dar propinas aos amigos e correligionários, sem troca de serviços reais ao Estado, como se o erário público fosse um cofre particular de que o seu dono se pudesse dispor à vontade para satisfazer a vaidade, as pretensões, os desejos, e o bem-estar dos eleitos da amizade, na hipótese de ser esse suposto dono um anfitrião de contrapeso e medida (Moraes, 2000, p. 81).

Nascimento Moraes, mais uma vez, se utiliza de algum personagem intelectual, para denunciar práticas que corroeram as bases do novo regime e refletem uma realidade que, infelizmente, ecoa em muitos momentos da história política brasileira.

Carlos Bento, no seu panfleto, como evidenciado acima, também denuncia a prática de "serviços pessoais" e o nepotismo e aponta o desvio de recursos públicos, indicando que o erário público era tratado como um “cofre particular” por aqueles que detinham o poder. Esse comportamento foi e continua sendo prejudicial não apenas para a eficiência do governo, mas também para a confiança da população nas instituições republicanas.

Fernandes (1972) ajuda a compreender como essas questões eram intrínsecas à estrutura social brasileira e como contribuíram para a perpetuação das desigualdades e injustiças. História essa, descrita

por uma série de práticas e sistemas: como o escambo e a escravidão, o colonialismo e o imperialismo, bem como os processos de urbanização e industrialização desenvolvidos, em primeiro lugar, para a formação de uma sociedade dividida em castas, onde as pessoas eram estratificadas de acordo com sua origem étnica e condição sócio-econômica.

Portanto, o panfleto de Carlos Bento é um chamado à ação e à perseverança, destacando a importância de manter princípios éticos e intelectuais sólidos em meio às dificuldades sociais e políticas. Ele acredita que esses princípios são fundamentais para a sobrevivência da sociedade e para a resistência contra a opressão. O panfleto vem novamente à tona na narrativa de Moraes, dessa vez sendo lido por Claudio Olivier. Esse novo personagem, protagonista do romance, é filho de Andressa Vital, escrava liberta pela lei e Domingos Daniel Aranha, liberto pelo seu senhor no leito de morte. Ele foi adotado ainda pequeno pelo João Olivier e sua mãe

D. Rita, família que foi capaz de dar a ele, dentro das suas possibilidades, melhores condições de vida e estudo. Claudio Olivier foi descrito por Nascimento Moraes da cor morena cor de jambo, olhos grandes e claros, fisionomia inteligente e audaz (Moraes, 2000).

Quando tinha doze anos, seu pai adotivo, assim expressou: “É um diabinho. Travesso e esperto só ele! Quero ver se faço deste bolas um grande homem” (Moraes, 2000, p. 68). A saber:

[...] um homem de luta. Para trabalhar com vigor em benefício de sua raça, é que estou preparando. Um homem que tenha alguma coisa de leão é que estou preparando. Instruo um cérebro e educo um coração. Cérebro que pense nos altos problemas de sua terra e de seu povo, coração que saiba amar e odiar, amar o bom e odiar o mau [...] Quero um Cláudio um homem destemido e não um bacharel qualquer, forrado para resistir a insultos, pulso rigoroso para esmagar preconceitos; um polemista terrível que faça um época e traga com a lâmina cortante de sua prosa [...] (Moraes, 2000, p. 91).

Os termos da citação acima acerca da expectativa formativa que João Olivier tinha em relação ao seu filho, revelam a visão de Nascimento Moraes relativa ao papel do intelectual na sociedade e suas responsabilidades quanto ao enfrentamento dos desafios sociais, sobretudo para superar os preconceitos para “fazer do preto um cidadão” (Moraes, 2000, p. 94). Assim, ele enfatiza a necessidade de uma educação que capacite os indivíduos a serem agentes de mudança em suas sociedades, em vez de meros conformistas.

Após a morte de seu pai adotivo, Nascimento Moraes escreve que Claudio Olivier naquele período, havia conseguido completar seus estudos no liceu. “Para ajudar a família, ele abriu um curso secundário particular. Além disso, conseguiu alguns trabalhos de redação para tabernas, embora isso não fosse suficiente para cobrir todas as despesas, uma vez que seu salário como professor era bastante baixo” (Moraes, 2000, p.85).

Sua mãe biológica, a liberta Andressa Vital, também fez o possível para contribuir financeiramente dentro de suas possibilidades. Após o falecimento de D. Rita, ele passou a morar com sua mãe Andressa, enfrentando muitas situações adversas devido à embriaguez dela, um tema que será discutido mais detalhadamente no próximo tópico, quando se evidenciará a vida dessa personagem.

Claudio Olivier tinha decidido gosto pelas letras embora, infelizmente, não lhe proporcionasse melhores condições de vida, pois, fora, portanto, um intelectual pobre, assim como seu amigo “Sr. Júlio Bezerra [...] filho de uma mulher pobre, que vivia numa casinhola de porta e janela, no Beco do Seminário, a engomar para sustentar o filho nos estudos” (Moraes, 2000, p. 104). Amenção a essa mãe, no texto de Nascimento Moraes, torna-se extremamente significativa para compreendermos melhor os meandros e as histórias cotidianas que fizeram parte da realidade ludovicense e de tantos outros espaços, de pessoas comuns, que a liberdade “presenteada pela Princesa” e as promessas de progresso e melhorias, de fato, nunca existiram.

A realidade do jovem intelectual Cláudio Olivier, Júlio Bezerra e de tantos outros jovens que viveram em São Luís, no início da República, está muito próxima das relatadas por Leo Spitzer (2001) àquelas do afro-brasileiro André Rebouças; do austro-judeu Stefan Zweig e do serra-leonense Cornelius May (Spitzer, 2001). Esses homens faziam parte de gerações de famílias que, no contexto do século da emancipação iniciado com a Revolução Francesa saíram da escravidão e dos guetos, ingressaram na sociedade burguesa, mas tiveram que se defrontar com o novo racismo na primeira metade do século XX.

Essas famílias, mesmo vivendo em contextos diferentes (Brasil, Serra Leoa e Alemanha) “tinham em comum importantes experiências e características, como herdeiras de um longo contato histórico entre povos de poder desigual” (Spitzer, 2001, p. 18). A geração desses homens, socialmente assimilada no mundo dos dominantes, ao longo e, sobretudo, ao final de suas vidas, tiveram que lidar com a evidência de que a cor da pele, a origem étnica, econômica, era algo determinante na sociedade moderna e que não se poderia desconsiderar nas relações sociais (Barros, 2012).

Contudo, a participação nos privilégios e a integração desses sujeitos na sociedade republicana, após o fim da escravidão, tornou-se o grande desafio vivido por Nascimento Moraes, seus familiares e contemporâneos menos afortunados pela origem familiar, condição econômica e para todo sujeito subalterno ligado ao processo histórico de racialização.

Esse processo de assimilação em busca da tão sonhada emancipação cidadã, fica evidente na importância que esses pobres intelectuais dão a educação, como único caminho possível que eles teriam, pelo fato de pertencerem a origens humildes e condições econômicas precárias. Ou seja, eles

escolheram o caminho da instrução e do desenvolvimento intelectual para enfrentarem e combaterem o cotidiano das diferenças.

Por outro lado, a menção ao Sr. Júlio Bezerra, filho de uma mulher pobre que trabalhou como lavadeira para sustentar a educação do filho, realça o papel fundamental que as mães desempenham na busca por melhores oportunidades para seus filhos. O sacrifício e a determinação dessas mães muitas vezes são motores que impulsionam seus filhos a perseguirem o conhecimento e a educação como um meio de mudar suas vidas.

A educação não deve ser um privilégio reservado apenas àqueles que têm recursos financeiros, mas sim um direito universal. As histórias de Claudio e Sr. Júlio Bezerra destacam a importância de criar sistemas educacionais acessíveis e igualitários, onde todos, independentemente de sua origem, possam buscar o conhecimento e terem acesso a melhores condições de vida. Essa foi uma luta que teve grande destaque na trajetória de vida de Nascimento de Moraes, como intelectual e professor.

Claudio Olivier seguia admiravelmente as pegadas de João Olivier de quem lia, sempre que podia, os escritos. Talvez por isso tenha se motivado a fundar, com alguns moços que lhe eram afeiçoados uma associação literária (o grémio Gonçalves Dias), do qual tornou-se presidente e depois junto com Plácido Monteiro e Jorge da Cruz, um jornal intitulado O Campeão nome indicado pelo velho Bento (Moraes, 2000).

O Campeão tinha quatro páginas, uma folha de papel dobrada. A impressão estava nítida e a paginação agradável. Trazia farta colaboração dos sócios do grémio: contos e sonetos, quadras, pensamentos e charadas. O artigo de fundo, da lavra de Cláudio, retocado pelo velho Bento, como tudo o mais, ocupava duas colunas e meia (Moraes, 2000, p. 106).

O grémio e o jornal receberam críticas, calúnias e foram alvo de muitas perseguições, a ponto de despertar invejas e preconceitos “Vejam o futuro que há de vir por aí! Amanhã os filhos do desembargador Brito serão criados de um Claudio Olivier, de um Plácido Monteiro, que naturalmente virão a ocupar nesta sociedade as mais elevadas e honrosas posições (Moraes, 2000, p. 108). A inteligência e o destaque que Claudio Olivier e Plácido Monteiro estavam causando no cenário social da época, era vista como uma ameaça à ordem estabelecida.

Importante considerar o que afirma Matheus Gato de Jesus (2015, p. 73) “onde a liberdade era marcada pela pobreza, diferenças e desigualdades constituíram não apenas a configuração material da cidade, mas suas fronteiras simbólicas”. Partindo desse pressuposto, Nascimento Moraes em um outro texto seu intitulado: Contos de Valério Santiago, ressalta:

em São Luís a sociedade estava dividida em castas, bem caracterizadas, pelos recursos, pelo traje, pela habitação e pelos bairros. Os indivíduos dessas castas eram plenamente convencidos de sua condição. O operário estava conformado com a sua pobreza e não procurava sair dela. O que ganhava dava para suas despesas. Era feliz por isso. Os filhos frequentavam uma escola primária e depois, aprendiam um ofício qualquer, e por vezes o próprio ofício do pai. Só envergava um paletó e calçava sapatos ou botinas aos domingos, dias santos ou feriados. E assim mesmo esses eram os mais graduados. Os mais eram descalços e em mangas de camisa. Traziam chinelos de couro cru nos mesmos dias em que vestiam o paletó (Moraes, 1982, p. 3).

Havia também nessa sociedade, segundo Nascimento Moraes (2000) os "camisas fora da calça", os "camisas curtas", ambos descalços, que não eram operários propriamente ditos, mas artesãos, trabalhadores de serviços pesados, carregadores de móveis e bagagens que não tinham direito a coisa alguma e moravam em mansardas, embaixo de sobrados, em casebres dos bairros mais inóspitos. Denuncia na sua narrativa, que os pobres não podiam levantar a cabeça diante dos ricos e que os ricos, por sua vez, olhavam com desprezo para a pobreza. Era muito comum se presenciar cenas do tipo: “Os simples até levantavam-se à passagem de um rico” (Moraes, 2000, p. 95).

Ora, segundo Nascimento Moraes, há uma clara distinção entre diferentes grupos sociais, como elites e classes menos favorecidas. Essa divisão cria hierarquias e diferenças que tornam difícil para indivíduos fora das elites tradicionais ascenderem socialmente. Existe uma verdadeira resistência à mudança e à inclusão, sobretudo quando aqueles que detêm o poder e o status na sociedade percebem ameaças a essas posições, seja de mudanças nos padrões sociais ou de tentativas de inclusão de novos grupos na estrutura social estabelecida.

Claudio Olivier viveu alguns romances, mas se enamorou perdidamente por uma jovem de outra classe social, Armênia Ribeiro de Magalhães, filha do coronel Magalhães. Ele, com medo de permanecer na relação, expressa seus receios para Armênia: “temo de uma agressão... Tu és nobre, és fidalga, eu sou plebeu, sou uma insignificância, um átomo perdido. Deixa-me em paz” (Moraes, 2000, p. 130). Sobre Armênia, Nascimento Moraes assim escreve:

[...] recebera uma educação esmerada. Mimo de sua mãe, seu conforto e alegria, fora, desde muito moça, entregue aos cuidados de professores que a lecionavam no lar. Aprendera o português, o francês, o inglês, o latim de que fizera até um sensacional exame num afamado colégio da capital. Versada nos autores clássicos e literatura contemporânea, seu espírito tinha cintilações belíssimas. Frequentava a sociedade, onde superiormente brilhava pela formosura e pela inteligência, mas nunca pudera dar expansão ao seu gênio irrequieto, à sua sensibilidade acessível e tocante (Moraes, 2000, p. 135).

Contudo, devido à sua condição feminina e ao fato de ter perdido a virgindade fora do casamento com um pianista italiano que veio para São Luís temporariamente e que, movido por interesses financeiros, a abandonou, Armênia viveu, por isso, um ostracismo social. As portas dos

clubes foram fechadas para ela, foi-lhe negado acesso aos bailes, as relações familiares foram cortadas e cumprimentos rejeitados (Moraes, 2000). Por esse motivo, repetidas vezes, Armênia classificou a sociedade de São Luís como hipócrita. Enquanto era publicamente excluída e menosprezada:

[...] nos cantos sombrios, nos lugares isolados, trêmulos, medrosos, covardes, se haviam arrojado a seus pés, pedindo-lhe um beijo, um abraço, uma trança do seu cabelo, uma pétala de rosa [...] sob mil protestos de segredo, de nunca o revelarem a ninguém, sob os mais sagrados juramentos (Moraes, 2000, p. 136).

No entanto, com o passar do tempo, Armênia recuperou o seu prestígio social, principalmente devido à sua origem familiar. Claudio Olivier, nesse sentido, enfrentou inúmeras perseguições, sofrendo até um atentado de morte devido ao seu relacionamento com Armênia. Machado se viu obrigado a tomar uma decisão devido às pressões da classe alta que não aceitava o relacionamento com Claudio Olivier - um professor e jornalista de origem humilde, com uma jovem da aristocracia. Nesse contexto, Machado expressou:

[...] na verdade, se ele continuar, eu me vejo na dura obrigações de o abandonar, aí, às moscas [...] um moço pobre a afrontar uma sociedade inteira, com uma amante! Dupla afronta, até porque a tal Armênia era uma moça de família. E contou-lhe a história dos pais de Armênia, para lhes provar a distinção, a grandeza, a superioridade da família (Moraes, 2000, p. 220; 238).

Haja vista que o tio do governador estava muito interessado na Armênia. Não querendo contrariá-lo, Machado, abandonou Claudio Olivier à própria sorte, ele que tantas vezes socorreu e ajudou seu amigo João Olivier nos momentos mais difíceis. A carta de demissão expressava:

Sr. Claudio Olivier: Comunico-lhe que nesta data estão terminados os seus serviços nos estabelecimentos comerciais em que escrevia por minha conta, podendo quando quiser, receber os honorários a que tem direito até essa data [...] José Joaquim de Sousa Machado (Moraes, 2000, p. 275).

Claudio Olivier muito transtornado ao ler a carta de demissão e sentindo-se perdido, pois ele que estava ajudando nos gastos da casa, pois sua mãe, avó, dependiam dele para sobreviver. Eis que seu pai Aranha assim expressa:

[...] tu pensa que essas coisas me desanimam? Sou cá homem de tremer? Quanto mais pretas elas ficam, com mais coragem eu me sinto! [...] Um homem como tu não morre de fome! Eu não morro de fome! O Sr. Olivier, quando um sujeito estava com receios de qualquer bobagem, costumava dizer: deixa de convenções! É o caso agora! Então sem o Machado tu não vives? E se o Machado morresse? Queres que te diga uma coisa? Há males que vem pra bem! Tu te estavas acostumando a viver às sopas deste homem. E depois de viciado, estava tudo perdido! [...] Saia daqui, embarca, vai-te embora, vai para outra terra, vai para o Rio, São Paulo, Rio

Grande do Sul [...] fica sabendo que nada aqui faltará [...] quando puderes iras ajudando, enquanto não puderes trabalha tranquilo, cuida da tua vida [...] É uma opinião, é um conselho de homem rude [...] Tenho cá uma coisa que me diz que tu deves sair daqui; por tudo e por tudo! Deus há te ajudar. Hás de ser mais feliz que o Sr. João. Coitado! Cada um com sua sorte que Deus lhe deu! (Moraes, 2000, p. 276).

O amor de Claudio Olivier e Armênia, não foi o suficiente para vencer os preconceitos e as diferenças sociais que atravessava essa história, fruto dessa sociedade em decadência. Por esse motivo, o jovem literato embarcou, foi embora para o Amazonas. Armênia se casou com um comerciante chamado Rodolfo Carvalho. Numa manhã de celebração ao dia de alusão à República, dia 15 de novembro, Claudio Olivier de passagem por São Luís de forma triunfal chega na cidade “rico, orgulhoso, abarrotado de brilhantes, comissionado pelo governo” (Moraes, 2000, p. 281) ao lado de uma peruana que “atraía a atenção pela peregrina beleza” (ibidem).

Claudio não sabia a quem atender e, como tudo interessasse, voltava-se atencioso para um e para o outro, a todos ouvindo. Ele mesmo interrompia a conversa, perguntando por pessoas de quem se lembrava, pedindo explicações disto ou daquilo [...] Alguns rapazes que conheciam o recém-chegado, olhavam-no com certa admiração, outros aparentavam indiferentismo, e despeitados, passavam e repassavam, trocando trivialidades. A criadagem improvisada apressava-se para melhor servir [...] Nisto alguém começou a gemer com voz cansada e surda.- Coitado! - diz D. Corina - este pobre velho há muitas noites que não dorme. Faz pena ouvi-lo gemer. -É aqui? - perguntou Cláudio com o mesmo ar preocupado, a bater com o talher no prato. - Não, é um vizinho. É o velho Bento Pereira! - É um esqueleto, - diz uma voz de mulher. - Também ele não come! - exclama a mãe de Trancoso - Passa os dias a fazer cruzeiros na boca. Não sei de que lhe servem tantos livros! - Com certeza a publicação do folheto acabou de esmagá-lo, - lembra o Cláudio. - Um folheto que cá no meu entender, é mais um desabafo. Uma cólera incendiada. Que folheto? - perguntaram algumas vozes. - Então ele não publicou o panfleto? - Com que recursos? - pergunta vitoriosamente Onésimo. Uma espessa nuvem toldou a fisionomia do Cláudio. Seu espírito fez uma viagem ao passado, e lá de suas brumas surgiu o vulto de João Olivier, que lhe repetiu esta frase: “O panfleto do velho Bento é uma obra de Santa Engrácia”. E Claudio, sentindo-se aquele silêncio da varanda, que parecia pesar-lhe na alma, puxando o lenço e disfarçando enxugar o suor do rosto, abafou duas lágrimas traidoras que tinham corrido como duas mensageiras vindas do seu peito, para lhes atestarem que lá dentro a dor antiga vivia silenciosa e esquecida, asmagada pela boa fortuna daqueles dias que desfrutara, mas, que, quando morriam os fulgores da felicidade, ela, sincera e pura, ainda tinha pérolas para se ornar e vir chorar pelos amigos de ontem (Moraes, 2000, p. 294-296)

O final da obra "Vencidos e Degenerados" de Nascimento Moraes revela um momento de reflexão e nostalgia por parte de Claudio Olivier. A menção ao panfleto do velho Carlos Bento desencadeia uma série de memórias em Claudio Olivier. Ele lembra as palavras de João Olivier, que descreveu o panfleto como uma "obra de Santa Engrácia". Um verdadeiro desabafo acerca da sociedade republicana. Dada a importância do panfleto na narrativa de Nascimento Moraes, segue fragmentos da segunda parte do Panfleto do seu memorável mentor:

A administração dos diversos departamentos públicos está entregue a descendentes de antigas famílias da Província. Só a esses descendentes ou quem a eles subordina é dado administrar [...] se não fosse o preconceito asfixiante que infelizmente domina em toda a sociedade [...] os pobres, os desprotegidos, que confiam no futuro, experimentando as suas forças, batidas, vergastadas, pelos patrícios, que os cobrem de chufas e impropérios, por não terem eles uma recomendação que venha dos ominosos tempos, à força de inúmeros sacrifícios, conseguem fugir para outro Estado, onde o futuro se lhes apresenta mais fácil e encontram a satisfação de seus ideais realizados [...] O Sul está repleto de maranhenses ilustres, a Amazônia é um viveiro deles [...] Sofre com essas lastimáveis pendências a terra maranhense, que não mais gozou a dita de reunir em seu seio os seus filhos ilustres [...] pelos que tem merecido o nome de intelectuais em todo o País e fora dele [...] De maneira que os próprios filhos dos nobres, que aspiram a alguma coisa pelo preparo que têm, são obrigados a acompanhar os pobres no desgraçado êxodo de todos os anos. Mas nem assim emendam a mão e dão volta a pensar. Nem assim abrem os olhos à luz e à verdade! Persistem no erro que os vergasta, que os põe em fuga da terra que os viu nascer; e os atira muitas vezes as plagas inóspitas onde encontram a morte! Terra perdida! O operário vive nas trevas. Não há escolas para os filhos dos artistas, não há mesmo um estabelecimento de ensino gratuito para os desvalidos aprenderem artes e ofícios! De nada disso cura o governo. O analfabetismo cresce. O operário é ignorante. O caixeiro é ignorante, o caixeiro que passou alguns anos em escolas primárias. O funcionário público estadual é tímido e servil, o funcionário que passou alguns anos no liceu. [...] Se queres leitor amigo, quadro pior, indaga do que se passa no litoral e no interior. Há vilas que há anos não possuem um professor! Contam-se os felizardos que sabem ler e escrever em certas localidades. Depois do 13 de maio o Estado precisava de um serviço de instrução pública de primeira ordem [...] O preconceito, o estúpido preconceito afastou os negros das escolas. Maltratados ridicularizados, insultados, foram a pouco e pouco se retraindo, até se ausentarem quase de todo [...] Terra perdida! Onde o coronelato é uma instituição! [...] terra perdida! Perdidos sonhos de uma população ávida de progresso e desenvolvimento! Os antigos *fazendeiros* ainda não se esquecerão dos saudosos tempos que se foram! Ainda vêem nos filhos dos que foram seus escravos, uma propriedade sua! Os filhos dos fazendeiros seguem o exemplo e não vêem com olhos de amigos esses rapazes mestiços que destemidos e fortes, à custa de sacrifícios, estudam e aproveitam. Uma calamidade o Estado do Maranhão. A civilização ainda não penetrou mesmo nas camadas mais adiantadas [...] A família maranhense ressentida-se de faltas imperdoáveis, falhas lastimáveis que são a causa de muitos males desta infelicitada terra – Mas isto está muito forte é uma acusação terrível... O mestre vai arriscar-se. – Mas é a verdade. Não achas que digo a expressão da verdade? É preciso quebrar as cadeias do medo e afrontar esta sociedade, lançando-lhe em rosto, nuas e cruas. É preciso romper com o acanhamento, acabar com a consideração que sempre se dispensou a esses tipos balofos, hipócritas e maus, que nada valem, que transforma o lar num alcance, e falamcom fingida arrogância no santuário da família! Uns patifes! E depois... isto é um panfleto; a linguagem é esta: veemente, cortante, esmagadora. E é verdade é que estes períodos não me estão cheirando bem! Estão um pedacinho frouxos (Moraes, 2000, p. 203-213).

Nessa última parte do panfleto de Carlos Bento, que ele sonhou tantas vezes em publicá-lo, além das reflexões sobre a falta de oportunidades e valorização dos talentos locais no Estado do Maranhão, ou seja, maranhenses ilustres migram para outras regiões do país em busca de melhores oportunidades. Essa situação é lamentável, pois impede que as pessoas mais talentosas e comprometidas com o bem comum possam ocupar os cargos públicos e contribuir para o desenvolvimento do Estado.

O texto também apresenta críticas à presença de preconceitos e discriminação em relação aos negros/mestiços e aos menos favorecidos na sociedade maranhense. O trecho destaca uma São Luís onde o poder e os privilégios são monopolizados por um grupo específico descendentes das famílias

mais antigas da Província. Esta aristocracia local, ainda que possa ter recebido uma educação formal, perpetua práticas discriminatórias e preconceituosas contra aqueles que não pertencem ao seu círculo social. Os efeitos prejudiciais deste domínio oligárquico são sentidos pelas várias camadas da sociedade, sobretudo para os livres pobres que são forçados ao exílio em busca de melhores oportunidades. A insinuação é de que a educação formal disponível é inadequada, refletindo talvez as prioridades distorcidas daqueles no poder.

Um ponto especialmente perturbador é a forma como os negros foram tratados após a abolição da escravidão em 1888. Em vez de serem integrados como cidadãos iguais, enfrentaram preconceitos profundos e foram alienados das instituições educacionais. Ora, de cidadãos x ex-escravizados e agora brancos x negros são as novas configurações sociais da diferença e da desigualdade que se escancaram na estrutura velada da sociedade ludivicense.

O panfleto surge novamente como uma forte denúncia acerca das injustiças sociais, da estagnação cultural e da resistência ao progresso em São Luís do século XIX. É um clamor pela quebra das correntes do preconceito, pela emancipação da educação e pelo reconhecimento e integração dos marginalizados (dos sujeitos subalterizados pela diferença e desigualdade). Calos Bento, sob o olhar e a escrita interpretativa de Nascimento Moraes, em sua exortação, não apenas busca destacar a degradação socioeconômica e cultural da região, mas também instigar uma reação e mudança contra as estruturas opressoras da sociedade.

No final de "Vencidos e Degenerados", portanto, a epifania desse panfleto vem à tona. Nesse sentido, encontramos Cláudio Olivier, um personagem central, confrontado pelo peso do passado e pela realidade da decadência social em São Luís. O tom melancólico e introspectivo do personagem, ilustra a tristeza e a desilusão que permeiam a narrativa da obra. Nascimento Moraes destaca a importância de não esquecer as lutas coletivas empreendidas por intelectuais comprometidos com a causa, tão explícita na exortação literária de Carlos Bento.

A menção ao "panfleto do velho Carlos Bento" evoca um episódio simbólico que serve de metáfora para as vozes silenciadas, as aspirações frustradas e a crítica contida que buscava transformar uma sociedade apática e resistente à mudança. O panfleto, de fato, é uma obra de "Santa Engrácia" sugere um projeto inacabado, algo eternamente em construção, mas que nunca chega a uma conclusão. Embora o panfleto nunca tenha sido publicado, devido às barreiras econômicas e sociais, ele permanece como um emblema da resistência intelectual e da luta contra as estruturas desiguais e a arquitetura da diferença.

As "lágrimas traidoras" de Cláudio Olivier, derramadas no desfecho da obra, ressoam o peso

da memória e o lamento por não ter auxiliado seu professor, mesmo possuindo meios financeiros, a concretizar um sonho que tantas vezes foi incentivado por seu pai, João Olivier. Essas lágrimas são um lembrete tangível do perigo que o intelectual subalterno enfrenta ao negligenciar lutas coletivas, priorizando seu status pessoal. Elas alertam sobre o risco de esquecer as "memórias subterrâneas", tão intrínsecas aos grupos minoritários, quando estas estão em tensão com as memórias oficializadas, conforme apontado por Pollak (1989).

Dessa forma, a obra de Nascimento Moraes oferece uma crítica incisiva à sociedade maranhense da época, iluminando a relação entre a tradição e a mudança; as aspirações individuais e as barreiras sociais, e entre o esforço para criar um futuro melhor e a dura realidade de um presente estagnado

No próximo tópico, adentraremos nas narrativas dos personagens Domingos Daniel Aranha, Olímpio Santos, Andressa Vital, João da Moda e Zé Catraia. Esses sujeitos revelam uma experiência histórica repleta de expectativas, desesperanças, pobreza, desemprego e sofrimentos, capturando as nuances desse período marcado por tantas ambiguidades.

Ao explorar os personagens de Nascimento Moraes, conseguimos perceber com clareza os mecanismos que perpetuam a desigualdade e diferença no tecido social de São Luís. Destacando-se nesse cenário, temos Zé Catraia, uma figura que nos desafia a confrontar a estrutura colonial e buscar uma representação histórica autêntica. Esse personagem ressalta a resistência, sagacidade e agudeza daqueles considerados "vencidos e degenerados" enquanto um legítimo ludovicense, adiciona profundidade à narrativa de Nascimento Moraes, estabelecendo um contraste com a postura de Claudio Olivier, intelectual e protagonista da obra, pois, Claudio Olivier, ao partir de São Luís, torna-se um representante da intelectualidade que se distancia dos ideais de luta coletiva, essenciais à formação de um verdadeiro intelectual comprometido com as causas dos subalternos de sua época.

Em contrapartida, Zé Catraia (um orador popular) emerge como o arquétipo do intelectual não reconhecido (silenciado, apagado, invisibilizado) mas que, apesar de sua condição subalterna e marginalização tanto epistêmica quanto ontológica, emprega estratégias de resistência para dar voz àqueles que foram silenciados em seu tempo. Ele se configura como um verdadeiro "cidadão" - ativo, engajado e resiliente - comprometido com a reconfiguração e redefinição de um mundo mais inclusivo para todos.

4.2 AS NARRATIVAS DA DIFERENÇA E DEGENERACÃO MORAL NO CENÁRIO PÓS-ABOLIÇÃO E SEUS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

4.2.1 Os personagens Domingos Daniel Aranha, Olímpio Santos, Andressa Vital e João da Moda

Como já evidenciamos, a sociedade de Nascimento Moraes é o cenário do seu romance. Lá tem personagens que dão vida aos muitos discursos da decadência. Nesse sentido, Domingos Daniel Aranha, Olímpio Santos, Andressa Vital, João da Moda e Zé Catraia, desempenham papéis fundamentais na representação dos discursos de vencidos e de degeneração que permeiam a trama. Pois, como afirma Pereira (2018, p. 147) “O homem da época em que se passa “Vencidos e Degenerados” é o “herói da terra perdida”, o vencido que, em sua construção simbólica, agrega os estigmas de uma São Luís que sofria os impactos da lei Áurea e da Proclamação da República” (Pereira, 2018, p. 147).

Na obra de Nascimento Moraes, destaca-se um contraste marcante que merece atenção. Por um lado, o autor descreve a vida dos intelectuais com uma aura de grandiosidade e virtuosidade, evidenciando um profundo comprometimento com as questões sociais de sua época, sobretudo a eloquente representatividade de João Olivier e Carlos Bento Pereira. Por outro lado, o literato maranhense, pinta um quadro de decadência na existência de ex-escravos, aqueles que não tinham o privilégio da educação formal, relegando-os a uma atmosfera de exclusão, vícios e degeneração moral.

Destaca-se, nesse contexto, o consumo excessivo de álcool e casos de infidelidades femininas. Esses ex-escravos, frequentemente, ficavam presos em ocupações do operariado, como trabalhadores ambulantes ou diaristas, ofício de sapateiro, lutando para garantir o seu sustento diário. Contudo, é fundamental ressaltar que essa dualidade presente na narrativa de Nascimento Moraes não desvia o foco principal de sua obra.

Nas entrelinhas do enredo do romance está a questão central dessa tese: o cerne de sua narrativa permanece inalterado, concentrando-se nas questões de alteridade, desigualdade e diferença que permearam a vida dos subalternos na sociedade maranhense do Pós-abolição e início do período republicano. O autor se empenha em dar voz a esses sujeitos, objetivando destacar e incorporar na história suas vidas, resistências, e também os preconceitos e silêncios que os degeneraram como humanos, os excluindo da cidadania dita republicana, resultado da permanência estrutural da lógica e perversidade colonial.

O personagem, Domingos Daniel Aranha, pai biológico de Cláudio Olivier, foi um escravo,

mulato, alto de meia-idade, de cabelos crespos que fora, por muito tempo, capanga de um senhor da Província, chamado Antônio Prado Ribeiro que adoecendo em uma de suas fazendas e prestes a morrer, decidiu libertar seu escravo, “a ordem surpreendeu a todos” (Moraes, 2000, p. 42). Um personagem dos grupos dos excluídos. Conhecido por sua valentia, essa fama toda despertava medo nas pessoas. “Um turbulento, um vagabundo, um maroto que lhe usurpava o trabalho” (Moraes, 2000, p. 52).

Na narrativa, Nascimento Moraes destaca um diálogo entre Aranha e o português Machado (Paletó Queimado) no dia da festa do 13 de maio. O português sentira-se incomodado com a alegria dos que celebravam a liberdade dos escravos. Aranha em tom de ironia assim expressa:

tu hoje não estás bom da bola. Este reboiço te tem soado mal aos ouvidos. Também não é para menos. Tua vida vai entrar noutra fase, galego! Viverás de agora em diante com as orelhas murchas e os cascos encolhidos. Estás a contar com as maduras e eu cá te espero com as verdes [...] Até mais, senhor homem branco do reino!’ [...] trocando as pernas, pois estava muito embriagado (Moraes, 2000, p. 43).

Eis que Machado respondeu: “Eu hei de ver o reverso da coisa... Só digo é que hão de vocês comer as verdes. Este labrego pensa com certeza que isto é um sonho ou que o rei de Portugal vem tomar conta disto amanhã” (ibid)

Essa expressão: “senhor homem do reino”, revela um sentimento de muitos em relação aos sujeitos que se achavam, ontologicamente, superiores aos escravos, pobres livres e libertos nessa sociedade da diferença, do Pós-abolição. A palavra "senhor", nesse contexto, evoca uma relação de poder historicamente associada aos proprietários de escravos, aqueles que detinham o controle sobre a vida e o destino de outros seres humanos. O termo "homem do reino" sugere também uma ligação com os colonizadores ou descendentes de colonizadores, muitas vezes vindos de Portugal (o "reino") e que, historicamente, ocuparam posições de privilégio e controle na sociedade colonial. Fazem parte desse reinado, duas classes de gente: portugueses comerciantes e descendentes das antigas famílias” (Moraes, 2000, p. 90).

Eles acreditavam que sua origem, seja por sua posição como proprietários de terras, por seu status como descendentes de colonizadores ou por outros fatores, os colocava em uma posição de vantagem ontológica (relativa à essência ou natureza fundamental) sobre os outros, os subalternos.

Na perspectiva dessa superioridade ontológica, esse senhor homem do reino, impera em absoluto. O seu alter (outro) não tem existência própria, resultado de uma cultura colonialista e seus múltiplos mecanismos de manutenção de classes sociais, muito característica da lógica do capitalismo. Nessa reflexão, Fanon assim escreve:

[...] começo a sofrer por não ser branco, na medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rapidamente possível o mundo branco. “eu sou uma besta fera, que meu povo e eu somos um esterco ambulante, repugnantemente fornecedor de cana macia e de algodão sedoso, que não tenho nada a fazer no mundo” Então tentarei simplesmente fazer-me branco, isto é, obrigarei o branco a reconhecer a minha humanidade (Fanon, 2008, p. 94).

Sentimento de inferioridade? Não, sentimento de inexistência (Fanon 2008, p. 125) “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia” (Fanon, 2008, p. 90). Nesse sentido, o personagem português ressalta: “isto vai ficar que é um gosto, mas eu hei de ver o governo arrependido do que fez; porque esta cambada sem sujeição, que não trabalha, nem respeita a ninguém” (Moraes, 2000, p. 44).

Precisamos ter a coragem de dizer: “é o racista que cria o inferiorizado” (Fanon, 2008, p. 90). Pois, o mito do negro-ruim e pobre-preguiçoso, faz parte do inconsciente da coletividade. Essa expressão distorcida da alteridade proferida pelo português, tornou-se a marca do discurso colonial que teima em permanecer no imaginário coletivo da população brasileira. Contudo, a realidade se expressava diferentemente:

uma mulata velha vendia doces a caixeiros e populares que passavam; mais adiante uma preta vendia comida feita, arroz-de-toucinho e feijão a duzentos réis o prato [...] Andressa, uma cozinheira muito procurada que anda por aí [...] Rosinha Santos, uma costureira que ele conhecia na vizinhança [...] Mestiço, fora com dificuldade que se colocara na imprensa e se fizera guarda-livros de importante casa comercial [...] vivia numa casinhola de porta e janela, no beco do seminário, a engomar (Moraes, 2000, p. 58;104).

A violência dessa narrativa, "uma cambada, sem sujeição, que não trabalha e não respeita ninguém", impacta também a percepção de si, do sujeito inferiorizado pela inexistência, um complexo psicoexistencial que, segundo Fanon (2008) só pode ser entendido a partir da análise da produção do inconsciente coletivo, pois essa ferida absoluta não são apenas psicológicas. Existe uma relação interna e direta entre a consciência e o contexto social.

Num jogo inteligente e ambíguo, Vencidos e Degenerados está atrelado ao evento libertador, e faz disto uma ocasião privilegiada para chamar atenção para o cotidiano de marginalização e para estratégias de sobrevivência mesmo que narradas, desenvolvidas pela “população de cor, pobre e inexistente”. É também o reconhecimento de que a liberdade e seus significados – para a população (ex)escrava e pobre em geral – foram constantemente redefinidos e tiveram de ser contestadas.

Nascimento Moraes, enfatiza a amizade de dois mulatos na narrativa. Nesse sentido, evidencia que Domingos Daniel Aranha e seu amigo Olímpio Santos festejaram a lei áurea, com muita bebida,

em uma “taverna úmida e escura no fundo íngreme e esbandalhado Beco do Precipício, no bairro do desterro” (Moraes, 2000, p. 37).

Olímpio era de um preto retinto, alto e magro, rosto redondo, de expressão carregada de tédio, cabeça seca, olhos grandes e amortecidos. Dava-se-lhe, aproximadamente, trinta e poucos anos de idade. Trajava habitualmente fraque e colete preto, camisa branca, lustrosa, gravata preta, calça branca, dura de goma, chapéu de feltro preto, de copa alta, sapatos de pelica preta, de bom feitio. Olímpio era sapateiro e caprichava nos sapatos que usava (Moraes, 2000, p. 39).

Olímpio ficou só no mundo após a morte da sua mãe, a velha Noberta. Possuía um teto, herança de família e alguns contos de réis que lhe deixara uma tia, negra africana, de família mina (as minas eram ricas e foram senhoras de escravos). Severa era o nome da sua tia e fora uma das principais da Casa Grande (Moraes, 2000). “Só tinha um amigo, e este, inseparável era o Aranha, seu companheiro de ofício, de serões e de “mona” (*bebedeira*)” (Moraes, 2000, p. 40 *tradução nossa*).

Na narrativa, ela representa alguém que detinha uma posição de destaque na sociedade escravista. A herança sugere que Severa tinha acumulado uma considerável riqueza ao longo de sua vida, apesar de ser escravizada. Sua posição de destaque na Casa Grande indica que ela ocupava um papel importante dentro da estrutura social da época, podendo ter exercido influência e poder mesmo dentro do sistema escravista.

Essa história destaca, portanto, a complexidade das experiências individuais de pessoas escravizadas, mostrando que algumas delas conseguiram alcançar sucesso econômico e social, mesmo em um contexto de opressão e exploração.

Importante ressaltar que uma ponte ligou a amizade dos dois. Segundo Nascimento Moraes, foi o gosto que os dois nutriam pela bebida “a cana-capim na bodega do beco do precipício” (Moraes, 2000, p. 201). Ambos passaram a dividir o mesmo teto. Conforme a citação abaixo:

Aranha era um homem de resoluções prontas, e tinha certa intuição das causas. Na primeira oportunidade tocou para São Luís onde começou a trabalhar pelo ofício, que ele havia muito aprendera. O destino o fez encontrar Olímpio Santos. E, como se estivessem talhados para juntos puxarem, em parelha, o mesmo carro de cisco, neste vale de lágrimas, fizeram moradia debaixo do mesmo teto, que era a casa de Olímpio (Moraes, 2000, p. 42).

Aranha morava com o amigo da pinga e não com sua amada, a escrava liberta Andressa Vital, com quem teve um único filho, Claudio Olivier, que acabou sendo dado para adoção. Acerca dessa realidade, faz-se importante destacar os trabalhos de Roger Bastide (1971) e Florestan Fernandes (1978), esses teóricos, tornaram-se base para influenciar muitos trabalhos evidenciando a precariedade das relações familiares, amorosas em decorrência do sistema escravocrata, que foi capaz

de degenerar as diversas relações estabelecidas entre os pobres, mestiços, escravos e libertos, classificado como de raça inferior. Estudos recentes na historiografia destacam que as famílias de escravizados eram mais comuns do que se pensava anteriormente.

Sabe-se que a vida dos escravos foi caracterizada por uma espécie de "guerra subterrânea". Isso significa que os escravos, apesar das enormes desigualdades de poder e múltiplas desigualdades e diferenças, encontram maneiras de resistir, de lutar por sua autonomia e de buscar brechas dentro da estrutura da escravidão para melhorar suas condições de vida.

Como analisamos no segundo capítulo, no cotidiano da vida dos escravos e dos libertos, é possível perceber um conjunto organizado de resistências, que incluíam a busca por alternativas habitacionais, morar com um amigo, próximo também liberto; alugar casas (especialmente para os escravos urbanos); economizar dinheiro; se divertir; e estabelecer relações familiares mesmo sob as condições adversas da escravidão e da estrutura colonial (Jacinto, 2005).

É por meio dessa contextualização que podemos compreender melhor a relação de Aranha com Andressa Vital, uma mulata séria, cozinheira, amante de uma boa dose de cana- capim. “Amasiara-se com Aranha havia anos, muito antes do ano em que ele tivera de acompanhar o senhor pelas fazendas alheias, em conquistas amorosas” (Moraes, 2000, p. 47). Dois anos após o nascimento de Claudio Olivier, o ódio os separou, pois Andressa o traiu, quando Aranha viajava a trabalho. Quando alguém a instigava para deixar de vez o Aranha, ela assim expressava:

Deus me livre! Nosso Senhor me defenda! Seu Aranha é o pai de meu filho! E contava que fora ele o primeiro homem que conhecera, que lhe devia muito, que já se lhe acostumara, que se não fosse o “sinhô” dele ter sido um homem endiabrado que andava em viagem, nunca se teria separado do Aranha, nem teria dado o passo que dera com o seu sinhô moço que a seduzira e a fizera trair o seu homem...Ainda quando se lembrava disso as lágrimas lhe viam aos olhos (Moraes, 2000, p. 52).

Dessa traição engravidou e nasceu João da Moda. Outro personagem do grupo dos excluídos. “Um mestiço, mais gordo que magro, rosto largo, de costeletas e com duas formidáveis entradas na fronte” (Moraes, 2000, p. 116). Ele foi fruto da relação entre o tenente- coronel Magalhães e Andressa Vital, que na época, era escrava da sua família. Magalhaes um certo dia lhe contou toda a verdade: “Ela não sabe que vives, porque após o teu nascimento eu te fiz desaparecer [...] eu vendi para fora as escravas que lhes assistiram o parto” (Moraes, 2000, p. 122). João, sofria em silêncio

não queria nunca que Andressa soubesse que era a sua Mãe. Um sentimento íntimo lhe exigia que se calasse. Não queria absolutamente que ela soubesse... Muitas vezes ao encontra-se com ela tivera ímpeto de a abraçar e de chamar de mãe! Mas uma força, cuja resistência ele não podia vencer, detinha-se os passos, embargava- lhe a voz, e ficava de pé sem movimentos

ao meio da rua, com os olhos pregados nela, que se afastava. As lágrimas subiam-lhe aos olhos; apoderava-se-lhe do corpo uma comoção estranha e sacudia-o, como se ele fosse uma vara verde (Moraes, 2000, p. 226).

O ponto fundamental aqui é que, apesar das fronteiras da escravidão, do Pós abolição e do início da República, não foram modificadas muita coisa na vida de muitos “*degenerados*”. Contudo, o libertos e seus filhos, não eram meramente objetos passivos da vontade de seus senhores e da estrutura de dominação hierárquica que os dominava. Aranha e Andressa foram pais presentes na vida do Claudio Olivier, lhe ajudando financeiramente dentro das suas condições. Claudio foi um filho presente, os respeitava, dando um significado valor as suas relações afetivas e familiares. Esse comportamento, desafia o imaginário coletivo que cercava a vida afetiva desses não afortunados.

[...] que focalizavam as suas relações parentais, afetivas e sexuais [...] marcadas pela instabilidade e pela “promiscuidade”. Mães e pais não se preocupariam com seus filhos, que cresceriam geralmente sem sua presença e as relações amorosas seriam apenas uma forma de buscar a satisfação sexual (Jacinto, 2005, p. 17).

Aranha e Andressa, dentro das suas possibilidades existenciais, foram pai e mãe ativos na vida de Cláudio Olivier, na medida do possível, tentaram manter viva os laços de afetividade e cuidado que eram sileciados pela estruturação colonialista/patriarcal/cristã/ocidental-cêntrica da colonialidade que estavam submetidos. Buscavam formas de resistir, sobreviver, afirmar sua própria autonomia e humanidade dentro de um sistema brutal e desumano. Houve muitas estratégias de sobrevivência, por isso a história de vida de Andressa e seus filhos (Claudio e João da Moda) e de Aranha, é tão significativa para essa reflexão acerca da desigualdade e diferença.

João da Moda criou um refúgio para os vencidos e degenerados, um reduto de poetas, músicos e escritores excluídos, lugar de encontro, discursos e muita embriaguez, como bem adverte Neiva, acerca do lugar, assevera: “Isto aqui sempre foi um refúgio dos desgraçados, dos perseguidos, dos vencidos da vida! (Moraes, 2000, p. 119). Teodoro Rubens em uma das reuniões na casa de João da Moda assim expressa:

[...] João, a musa inspiradora de todos os degenerados e vencidos da vida que tomam parte neste bródio que há de ficar célebre, distinto e inconfundível na história desta terra, berço de heróis, de literatos, de cientistas – De maranhenses – berrou Armênia espocando uma gargalhada gostosa e franca – João da Moda – continuou o orador – é o repositório sem fundo de nossas tradições, do nosso passado, dos fatos que se deram nesses anos vividos pelos nossos amigos. É ele quem nos transmite o sentir de ontem, o ódio que se atuou outrora no seio de nossa sociedade e as histórias picantes, dramáticas, deliciosas e horrorosas dos tempos que lá se foram e quem sabe, se um dia, não nos dará ele a meada de um desses satânicos e cabalísticos tramas que já foram urdidos, e em cujas malhas estão presas reputações e riquezas, famas e grandezas de muitos figurões? (Moraes, 2000, p. 119).

Nos termos desta citação, podemos observar várias camadas de significado e complexidade na narrativa de Nascimento Moraes. Primeiramente, o personagem João da Moda, é apresentado como uma figura emblemática, um ícone daqueles que foram vencidos e degenerados pela sociedade maranhense da época.

A escolha das palavras “musa inspiradora de todos os degenerados e vencidos da vida” (Moraes, 2000, p.120) ressalta o papel de João da Moda como uma figura que simboliza a luta e a resistência dos subalternos. Ele é um repositório das tradições e da memória coletiva da sociedade, e sua capacidade de transmitir "o sentir de ontem" e o "ódio que se atuou outrora no seio de nossa sociedade" revela a importância de contar histórias para compreender e denunciar as injustiças do passado.

A menção às "tramas satânicas e cabalísticas" também sugere que sua casa, como refúgio dos vencidos e degenerados na narrativa, pode abordar aspectos sombrios e complexos da sociedade maranhense, revelando a perversidade da estrutura colonial em produzir diferenças e desigualdades.

4.2.2 Zé Catraia: a voz subalterna de um orador popular e intelectual comprometido

Outro grande contador de histórias é Zé Catraia “o mais popular de todos os populares [...] Era um orador popular” (Moraes, 2000, p. 45). Um liberto pela lei, sapateiro de ofício, “magro, olhos encovados, sujo” (Moraes, 2000, p. 146) que tinha conhecimento de todas as histórias, inclusive, do seu senhor acerca dos seus “segredos negócios de contrabando” (Moraes, 2000, 46) “Quando falava unia a palavra ao gesto, rasgava demoradamente o vocábulo” (Moraes, 2000, p. 45) alguém que narra os eventos do passado de maneira envolvente e vívida. Ele mesmo dizia: “eu sei de tudo! Estou a pardo movimento” (Moraes, 2000, p. 146). Um dia se apresentando ao Claudio Olivier, assim expressou:

[...] eu sou o Zé Catraia. Sabe disso? Ora, quem dá importância ao Zé Catraia? Ninguém! Um Bêbado que anda escornado pelas esquinas... um pobre diabo, imbecil...cretino, como dizem os senhores que conhecem os termos da língua. Mas ah! É puro engano! Eu tenho uma cabeça... Sabe o que me falta? É cultura! Mas... como eu ia lhe dizendo ... ninguém dar importância ao Zé Catraia, mas o Zé Catraia sabe de tudo (Moraes, 2000, p. 146).

A citação de Zé Catraia na obra de Nascimento Moraes é um exemplo notável de como o autor dá voz aos subalternos e marginalizados destacando a importância de suas perspectivas e experiências na narrativa. Através dessa passagem, Nascimento Moraes problematiza a maneira como a sociedade muitas vezes desconsidera e menospreza pessoas como Zé Catraia, rotulando-as como "bêbados", "pobres diabos" ou "cretinos". Subestimam sua perspicácia e inteligência, pelo rótulo da diferença:

eu me encosto na esquina e ouço a conversa dos cabeçudos... Eu tomo um bonde, compreende? Já estou meio chilado, fecho os olhos e finjo que durmo. Os figurões vêm e sentam-se ao meu lado. Ora quem está aí? pensam eles. – É o Zé Catraia, aquele sapateiro que se embriaga. – Eu faço que ronco... Eles começam a conversar... Eu aplico o ouvido... De vez em quando vou e venho com a cabeça, como quem vai cair (Moraes, 2000, p, 146- 147).

Importante frisar que a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder performativo: “o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade” (Poutignat; Streiff-fenart, 1997, p.143-144). Mas também no jogo da rotulação nunca se resume a uma pura imposição de identidade de dominante a dominado, as vezes os próprios dominantes também pode acionar termos criados pelos dominados. Os sujeitos vivenciam também o que os autores denominam de “o paradoxo da identidade”.

Essa estratégia dissimulada de Zé Catraia demonstra como as pessoas marginalizadas ou socialmente desfavorecidas podem ter táticas inteligentes para acessar informações que normalmente são negadas. Ao se fazer passar por alguém embriagado, ele consegue se aproximar dos "cabeçudos" sem despertar suspeitas e ouvir suas conversas. Como é invisibilizado mesmo, sua estratégia funciona muito bem. Sua tática de resistência é um enfrentamento acerca dos privilégios políticos, culturais, ontológicos, conferidos àqueles que estão melhor situados na zona do ser. Nunca serão alvode suspeita ou receberão a marca suprema do não-ser (Fanon, 2018).

Sua coragem e estratégica em desafiar a estruturação da colonialidade é um verdadeiro combate ao “*ensimesmamento*”, isto é, à redução do outro ao mesmo que se auto-alimenta de uma total e absoluta anulação e apagamento da alteridade (Mbembe, 2014). Uma perversidade epistemológica como estatuto gnosiológico de verdade, *baseado numa distinção ontológica e epistemológica* (Said, 1995) em relação aos outros que se tornam construções de auto-imagens de si, do outro e do mundo, representações essas, inferiorizadas e criadas pela dominação epistêmica da diferença. Porém, não tiveram força de anular o lado destemido de Zé Catraia, que foi capaz de desafiar o discurso hegemônico impetrado contra ele.

No contexto mais amplo da narrativa de Nascimento Moraes, essa passagem destaca a importância de dar voz aos subalternos e mostra como eles têm suas próprias estratégias de sobrevivência e resistência em uma sociedade que muitas vezes os marginaliza e silencia. Zé Catraia é um exemplo de como as vozes silenciadas podem encontrar maneiras de se fazer ouvir e como sua perspectiva pode abrir novas possibilidades sobre aspectos ocultos da sociedade, até então camuflados pelo ethos de superioridade ontológica e sistêmica.

Assim, o personagem Zé Catraia, mais um membro do grupo dos excluídos, torna-se na narrativa de Nascimento Moraes, um contador de histórias e um guardião da memória que expõe as questões mais profundas e problemáticas da sociedade em que vive. Zé Catraia, personifica a voz dos Vencidos e Degenerados, e sua narrativa desafia a versão oficial da história ao revelar as histórias não contadas e os segredos enterrados sob a superfície da sociedade maranhense.

A primeira história narrada por Zé Catraia diz respeito a vida de Paletó Queimado, que ao vê-lo no dia da festa da abolição, disse: “desde o dia em que, saindo da santa terrinha pisou em terras maranhenses [...] Estes patifes serão os nossos futuros senhores (Moraes, 2000, p. 46). Zé Catraia tinha razão, pois Paletó Queimado, por apropriação indevida de bens, aparece na narrativa agora com o nome de Machado; a vida republicana lhe fez bem, pois de simples “quitandeiro, com estabelecimento na travessa do precipício; agora é um capitalista, chefe de uma importante firma, na antiga rua Formosa, e um dos diretores reeleitos do Banco Comercial” (Moraes, 2000, p. 60). Por fazer essa e tantas outras denúncias acerca da vida daqueles que ascenderam socialmente, foi por várias vezes perseguido pela polícia, ou expulso das solenidades da cidade. Ele gritava: “Mas é assim que se empurra um cidadão?” (Moraes, 2000, p. 280).

No fim da narrativa, “Claudio Olivier ao chegar triunfante na cidade de São Luís, reconhece a grandeza e importância de Zé Catraia, tocando-lhe amigavelmente no ombro” (Moraes, 2000, p. 281). Talvez tenha rememorado o que uma vez falou sobre ele:

Cláudio, parado no meio do beco, ouvia as últimas despedidas do Zé Catraia. E indo ao rumo de sua casa, pensava no espírito daquele homem do povo, ferino e alusivo, conhecedor das misérias de sua terra, da hipocrisia de muita gente e o como dos capitais dos ricos. Aquele homem era uma preciosidade... Obscuro, desprezado, sem amigos, sem recursos, levando uma existência miserável, não era contudo o engravatado pelintra, que ganha pataca e meia, que lhe rende um emprego fértil, e que não conhece o ambiente em que vive. O imbecil do colarinho inveja a sorte dos ricos, e curva-se ante a potentade do seu ouro. Zé Catraia não: naquela água em que vivia mergulhado, sem princípio nem fim, não invejava a boa fortuna dos graúdos, nem lhes beijava os calcanhares, Ali, onde o viam, era dos poucos que sabiam e podiam desprezar os miseráveis, rir do despudor hipócrita, fotografar a eterna comédia da vida. E note-se no fundo escuro de sua miséria e do seu abandono não tinha inveja ao nome mais brilhante da terra, pelo talento ou pelo capital. Porque, hábil também ele o era, e ao capital dava soberanamente o maior desprezo (Moraes, 2000, p. 154).

A passagem que descreve Zé Catraia é rica em nuances e oferece uma oportunidade interessante para problematizar a intersecção entre alteridade, diferença e desigualdade, bem como explorar como a perspectiva dos subalternos pode contribuir para a construção de um mundo mais igualitário, como sugerido pelas teorias da de(s)colonialidade. Zé Catraia, apesar de sua condição social marginalizada, é retratado como alguém que possui uma compreensão profunda dos labirintos

subterrâneos de sua terra, da hipocrisia da elite e do funcionamento do capital nas bases da colonialidade moderna.

Ele é apresentado como um observador perspicaz da sociedade, capaz de "desprezar os miseráveis" e "fotografar a eterna comédia da vida". Essa caracterização desafia estereótipos comuns associados às pessoas de classes sociais mais baixas, destacando sua agência e conhecimento.

Em contraste, a passagem menciona o "engravatado pelintra", que ganha dinheiro em empregos que não compreende verdadeiramente e inveja a riqueza dos poderosos. Isso ressalta como aqueles que buscam ascender socialmente muitas vezes abandonam sua identidade, amizades, em busca do sucesso financeiro. Exemplo do próprio protagonista intelectual, que abandonou seus amigos e termina o romance tristonho por não ter ajudado seu mentor Carlos Bento Pereira, a publicar seu panfleto que fora tão admirado por seu Pai João Olivier e por ele mesmo.

Essa dicotomia entre Zé Catraia e o "engravatado pelintra" ressalta a importância de dar voz aos subalternos e reconhecer que eles podem possuir uma compreensão mais autêntica e crítica das estruturas sociais e de poder, indo além até mesmo da intelectualidade que ousa falar pelo subalterno, mas está a defender mesmo são seus interesses e vaidades pessoais.

Zé Catraia, apesar de sua condição desfavorecida, representa uma visão crítica e autêntica da sociedade do seu tempo. Ele se torna um porta voz de um outro locus epistêmico de enunciação ontológica pela sua coragem e resistência intelectual. É um lembrete de que o conhecimento e a sabedoria não estão restritos às classes dominantes, ao papel do intelectual, mas é função social de todos os cidadãos brasileiros, reivindicar e denunciar as injustiças, diferenças e desigualdades ainda tão marcantes e fortemente subscrito no nosso imaginário coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário complexo do Pós-abolição no início da República, entre o final do século XIX e o início do século XX, a figura de Nascimento Moraes se destaca como um intérprete profundo das questões da alteridade, desigualdade e "diferença" que permeavam a cidade de São Luís. Seu trabalho literário, especialmente o romance "Vencidos e Degenerados", vai além da mera narrativa de ficção para desvelar os significados históricos subjacentes à sociedade da época.

Sua escrita literária a partir de uma gnose limiar - na subscrição da sociedade que o cerca, não se limitou a entreter; ela serviu como um portal para compreender os acontecimentos históricos que moldaram São Luís do final do século XIX e início do XX. Ao utilizar seus personagens para interpretar o passado, o literato maranhense se torna um intérprete social de seu tempo, revelando as representações arbitrárias que capturavam o cotidiano permeado por preconceitos arraigados e pela persistência das desigualdades e diferenças nas percepções do "outro" e na forma violenta dos mecanismos de hierarquização ontológica da colonialidade do ser, do poder e do saber. O autor não só denuncia, mas também oferece uma análise profunda das condições sociais e das experiências daqueles que foram subjugados pelo sistema-mundo da colonialidade maranhense.

A presente tese, portanto, escrita no âmbito da história, em conexão com a filosofia e a literatura, bem como com outras áreas das humanidades não busca, simplesmente, uma dissecação objetiva de eventos na contextualização da narrativa do romance, mas sim um compromisso com a justiça histórica e a reescrita crítica das narrativas colonizadoras. Compreendemos que o papel da historiadora é, fundamentalmente, uma missão social, ética e humana, para destacar a importância da alteridade que, enclausurada pela narrativa da colonialidade - teima em manter no subterrâneo da existência o dissemelhante de corpo negro, mestiço, pobre, de forma silenciada, indizível e inexistente. Um apagamento social estruturado que impacta, consideravelmente, a vida dos subjugados pela violência epistêmica e ontológica da diferença e desigualdade entre os seres humanos.

Nascimento Moraes se posiciona não apenas como escritor, mas como um literato subversivo e crítico da sociedade aristocrática-racista da sua época. Ele desafia as narrativas dominantes. A voz representativa que deu a Zé Catraia no final do seu romance, potencializou a importância de dar voz aos subalternos que tem o direito humano e livre de se auto-inscrever para além do discurso das diferenças e desigualdades, nas bases epistêmicas da colonialidade/modernidade.

Antonio Francisco Leal Lobo, em sua obra "Os Novos Athenienses", tentou ofuscar a contribuição de Nascimento Moraes para a literatura maranhense, reforçando os preconceitos enraizados da época. Em resposta, o literato, com sua escrita aguçada e comprometimento social,

continuou a desafiar a narrativa dominante, insistindo na necessidade de reconhecer e valorizar os sujeitos subalternos, lutando por uma educação mais inclusiva e melhores possibilidades de existência para seus contemporâneos. A obra de Nascimento Moraes, nesse sentido, serve como um lembrete poderoso de que a busca por justiça e reconhecimento é tanto um imperativo histórico quanto uma demanda contemporânea.

O autor não se limita a criticar apenas os portugueses pela decadência econômica da cidade, mas direciona suas críticas também aos intelectuais. Ele os vê como figuras privilegiadas que deveriam liderar e promover ideias de progresso, porém os acusa de falharem em cumprir seu dever de cidadão. Para o autor, a intelectualidade se isenta de responsabilidades e se recusa a liderar o processo de mudança em uma sociedade ansiosa por transformações. Embora todos reconheçam as falhas presentes na sociedade, nada é feito para corrigi-las. O autor expressa uma profunda frustração com a inércia e a falta de compromisso dos intelectuais em enfrentar os problemas sociais e promover mudanças efetivas na comunidade.

Em síntese, a contribuição de Nascimento Moraes para a literatura e para a sociedade maranhense é um testemunho do poder da escrita como ferramenta de crítica social. Sua obra é uma chamada para a reflexão, para a ação e, acima de tudo, para o reconhecimento da dignidade e valor de todas as vozes, especialmente daquelas que, por muito tempo, foram negligenciadas. Seu romance transcende a mera literatura e se ergue como um monumento à subversão, a um outro lócus epistêmico de enunciação ontológica, mostrando como a capacidade humana de reescrever e auto-inscrever narrativas pode desvendar a lógica da colonialidade.

Seu romance nos lembra a importância de criar espaços onde as vozes subalternas sejam ouvidas e valorizadas no âmbito público, social e acadêmico. Essa reversão narrativa e epistemológica torna-se uma necessidade urgente para um reposicionamento ético e humano genuíno, baseado na valorização da alteridade e na luta contra todas as formas de desigualdade e diferença.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Dunshee de. **O Captiveiro**. Rio de Janeiro: [s.n.].
- ALUGA-SE **Publicador Maranhense**, São Luís, 3 jan. 1859. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1859_00001.pdf > Disponível em: 3 de fev. 2024.
- ALUGA-SE. **O Paiz**, São Luís, 12 maio. 1870.
- ARAÚJO, Adriana Gma de. **Em nome da Cidade vencida: a São Luís Republicana na obra de Nascimento Moraes (1889-1920)**. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.
- ARISTÓTELES. **Política**. Editora Nova Cultura, 2000.
- AZEVEDO, Aluísio. [1881] **O mulato**. São Paulo: Ática, 1977.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional,. Casa da Moeda, 1985.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política** (Impresso), v. 2, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, Muryatan Santana. A crítica pós-colonial no pensamento indiano contemporâneo. **Revista Afro-Ásia**, 39 (2010) p. 57-77. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/A%20cr%C3%ADtica%20pos%20colonial.pdf> Acesso em: 29. Set. 2022.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **As faces de John Dube: Memória, História e Nação na África do Sul**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, UFBA, 2012.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **O Pantheon encantado: culturas e heranças étnicas na formação de identidade maranhense**. 2007. 319 f. Dissertação (Mestrado em estudos Étnicos e Africanos) – IFCH, PÓS-AFRO, CEAO, Salvador: UFBA, 2007.
- BARROS, Antonio Evaldo Almeida. **O processo de formação de “identidade maranhense” em meados do século XX**. Tomo. São Cristóvão-SE nº 17 jul./dez. 2010.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1971.
- BENTIVOGLIO, Julio. História e hermenêutica: a compreensão como fundamento do método histórico – percurso em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. **OP SIS**, Catalão/GO, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd, 1997.
- BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas Equinocial: A fundação de um Maranhão no**

Império Brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal Fluminense, 2009.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: Tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Dissertação. (Dissertação em História). Programa de Pós-Graduação em História. Assis-SP: UNESP, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BRANDÃO, Helena N. Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia**: a propaganda da Petrobrás. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998.

BRAS, Helyne Xavier. **Os marginalizados pela república**: o discurso sobre modernidade e cidadania na obra de José Nascimento Moraes. Dissertação. (Dissertação em História Social) Programa de Pós-Graduação em História Social, UFMA, 2014.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **As propostas educacionais maranhenses no Império (1834-1889)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Fundação Getúlio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Filosofia da Educação, 1982.

CÂMARA, Paulo Roberto Pereira. **TRABALHO E RUA** Análise acerca do trabalho de rua em São Luís na passagem do século XIX ao XX. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFMA, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs) **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Sheila Cristina oliveira e Silva. **Jornalismo e pedagogismo de Nascimento Moraes em a hora (1928)** (Monografia) Universidade Federal do Maranhão - UFMA Centro de Ciências de Imperatriz- ccim, 2023.

CARREIRA, Antônio. **A companhia do Grão-Pará e Maranhão**. Vol. I: o comércio 133 monopolista PortugalÁfrica na Segunda metade do século XVIII. Vol. II: Documentos. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARREIRA, Rosângela. **A Paratopia testemunho-documental e o discurso da negritude em vencidos e degenerados** (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

CASTRO, Cesar Augusto. Controlar e disciplinar a vida escolar: a ação da inspetoria da instrução pública no Maranhão (1844-1889). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n.36, p. 96-120, 2017.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botiquim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte / Sidney Chalhoulb. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 5, n.11,p. 173-191,jan./abr. 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. Editora Civilização Brasileira, 1978

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão**: o presente de uma arqueologia. São Luís:SIOGE, 1993

CRUZ, Mariléia dos Santos. A produção da invisibilidade intelectual do Professor negro Nascimento Moraes na História Literária maranhense no início do século XX. In: Marcos FábioBelo Matos, Roni César Andrade de Araújo, Roseane Arcanjo Pinheiro (Orgs) **200 anos da Imprensa no Maranhão** — São Luís: EDUFMA, 2023.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Erudição e Racismo na trajetória ascendente de uma família negrado Maranhão. **Revista brasileira de história da Educação**, 2023.

CRUZ, Mariléia dos Santos. José do Nascimento Moraes: vida de intelectual e de negro em lutacontra o racismo. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2017. Disponível em< <http://www.ixcbhe.com/arquivos/anais/eixo2/individual/3230-3247.pdf>> Acesso em: 03. Jun. 2023.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Nascimento Moraes e seu pensamento educacional inclusivo comas escolas para crianças pobres. **Revista Outros Tempos**, 2018. Disponível em: < <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+1-23+-+Artigo+11-2018+NASCIMENTO+MORAES.pdf>> Acesso em 20 de jan. 2023.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Nascimento Moraes, docência e jornalismo em mais de 50 anos deimprensa no Maranhão. **Outros Tempos** (Online), vol. 18, n. 32, 2021, p. 298-326. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/842/911/3037> Acesso em: 23 maio 2023.

CRUZ, Valter do Carmo. Resenha histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes 134 subalternos e pensamento liminar. **GEOgraphia**, ano 7, nº 13, 2005.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão**: Histórias e antropologia da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro, Editora: FGV, 2007.

DIAS, Manuel Nunes. **A companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1775-1778)**.

Belém:UFPA, 1970.

DIAS, Rebecca Reseck Wanderley. O pensamento de Gayatri Chakravorty Spivak: o lastro material da performatividade do tropo. **ANÃNSI Revista de Filosofia**. Universidade do Estado da Bahia, 2021. Disponível: < file:///C:/Users/CLAUDIA/Downloads/flaviordeus,+11958- Texto+do+artigo-33814-1-10- 20210620+(1).pdf> Acesso em 10. Out. 2023.

DUSSEL, Enrique **1492 O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – **perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo:Paulinas, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESCRAVO, Fugido. **Publicador Maranhense**, São Luís, 3 jan. 1880. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1880_00002.pdf. Acesso em: 03, out.2023.

EVADIU-SE de casa. **Diário do Maranhão**, São Luís, 23 maio 1876.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 4ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FOÉ, Nkolo. África em diálogo, África em autoquestionamento: universalismo ou provincialismo? “Acomodação de Atlanta” ou iniciativa histórica?. **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFPR, n. 47, p. 175-228, jan./mar. 2013. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n47/11.pdf>> Acesso em: 28. ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. 1980. "Truth and power". In: GORDON, C. (ed.) **Power/knowledge: selected interviews and other writings, 1972-1977**. New York: Pantheon Books.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Editora Global, 49ª ed. São Paulo. 2004 GARRIDO,

Natércia Moraes. **A beletrista. Blog pessoal**.2022. Disponível em:< A Beletrista, por Natércia Moraes Garrido. (xn--abeletristapornatrciagarrido-rrc.com)> Acesso em 13. jan. 2024. 135

GOFF, Le. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002.

GOMES, Elizangela Pereira. **A trajetória docente de José do Nascimento Moraes.na primeira**

metade do século XX. (Dissertação de Mestrado) Programa de pós graduação em Educação.

GONÇALVES, Pedro Augusto Pereira. **Crítica da razão racista: a colonialidade do pensamento racial de kant.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** 3 ed. Trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GROSFOGUEL, Ramón Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós- coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais.** 80, março 2008: 115-147.

GROSFOGUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: (Org) BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO- TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón **Decolonialidade e Pensamento Afrodiásporico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires, 2021.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Filosofia da História.** Brasília. Ed. UnB, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Leçons sur la philosophie de la l' histoire .** Paris, J. Vrin, 1987. p. 74-75,

JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **RELAÇÕES DE INTIMIDADE:** desvendando modos de organização familiar de sujeitos escravizados em São Luís no século XIX (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís, 2005.

JESUS, Matheus Gato de. **Racismo e decadência:** Sociedade, Cultura e Intelectuais em São Luís do Maranhão. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, 2015.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita.** [1784] Tradução: Artur Morão. LusoSofia: Press.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia.** Tradução de Francisco Cock Fontanella. 2 ed. Piracicaba. Editora Unimep, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A criação de um mito.** Revista Outros Tempos ISSN1808-8031, volume 02, p. 54-80, 2002. Disponível em: < file:///C:/Users/CLAUDIA/Downloads/admin,+381-1291-1-CE%20(1).pdf> Acesso em 12. Jan. 2024.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos.** 2. ed. São Luís: Lithograf, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1999

LEDA, Manuela Corrêa. Teorias pós-coloniais e decoloniais: para repensar a sociologia da modernidade. **Temáticas**, Campinas, 23, (45/46): 101-126, fev./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/11103-Texto+do+artigo-19056-1-10- 20191002.pdf> Acesso em 23. Agost. 2022.

LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: Ensaio sobre a alteridade. 2 ed. Tradução Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Claudia Silva. **De uma África sem história e razão à filosofia Africana**. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, UFMA, 2017.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. **Hacia un feminismo descolonial**. La manzana de la discordia, v. 6, n. 2, p. 105-119, 2011.

LUNA, Francisco Vidal; Klein, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: (Org) BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón **Decolonialidade e Pensamento Afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARTINS, Ana Patrícia Sá. **A marginalização da literatura maranhense no ensino médio: dimensões curriculares** Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2011.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. Missas negras na nova aurora: tradição, decadência e renovação no Maranhão na República Velha. **Ciências Humanas em Revista**, São Luís, EDUFMA, v. 2, n. 2. p. 101-122, 2004.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 2006.

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Rachaduras solares e epigonismos provincianos – sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930**. Dissertação (Mestrado em História). Programde Pós-Graduação em História, UFPE: Recife, 2002.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural In: **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de AutoInscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, 2001

- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Portugal: Antígona Editores, 2014. MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
- MBEMBE, Achille. **Qu'est-ce que c'est la pensée postcoloniale?** Entrevista com Achille Mbembe. Revista Esprit, 2006. (O que é o pensamento pós-colonial? Entrevista com Achille Mbembe)
- MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**: Ensaio sobre a África descolonizada. Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, Luanda, Angola: Edições mulemba, 2014.
- MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: D.A.S.P.-Serviço de documentação, 1960.
- MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MIGNOLO, Walter. **Colonialidade**: o lado mais escuro da modernidade. RBCS Vol. 32 n° 94 junho/2017. Disponível em: < scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf > Acesso em: 18 out. 2023.
- MONTESQUIEU, Charles. **O Espírito das Leis**. 3.ed. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MORAES, José do Nascimento. **Vencidos e degenerados**. 4 ed. São Luís, Centro Cultural Nascimento Moraes, 2000.
- MORAES, N. Da boca dos pequenos sei contudo... Diário Oficial. Estado do Maranhão. São Luís: Imprensa Oficial, n. 17, 21 jan. 1941
- MORAES, Nascimento. **Vencidos e degenerados & Contos de Valério Santiago**. São Luís: SECMA; SIOGE, 1982. 332 p. (edição da biblioteca particular da família Nascimento Moraes).
- MORAES, Renata Figueiredo. **As festas da Abolição**: o 13 de maio e seus sinificados no Rio de Janeiro (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.
- MUDIMBE, Valentin Y. **The Invention of Africa**: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge. Bloomington: Indiana University Press, 1988. 138
- NASCIMENTO, Dorval do. Representações de intelectuais em Vencidos e degenerados, de Nascimento Moraes. **Outros Tempos**. Vol. 09, n. 14, p 32-46, 2012.
- NETO, João Costa Gouveia. Hábitos costumeiros na São Luís da segunda metade do século
- NICUIA, Eurico Jorge. **O papel do escravo em Aristóteles e Hegel**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012

PACOTILHA, **Jornal da tarde**. São Luís. 13 de Mai. 1888. p. 2. PEDIDO

a polícia. **O Paiz**, São Luís, 01 fev.1881.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. Tese. (Tese em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, SP 2006.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Imprensa, ética escravista e idéias abolicionistas no Maranhão na década de 1880**. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza, 2009.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **Na fronteira do cárcere e do paraíso: um estudo sobre as práticas de resistência escrava no Maranhão oitocentista**. 2001. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

PEREIRA, Josenildo. **A rebeldia do trabalho em tempos de escravidão: nuances da experiência do maranhão**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - on line), Belém, v. 08, n. 02, p. 197 – 215, jul-dez. / 2021. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/482734263.pdf> Acesso em: 18 out. 2023.

PEREIRA, Josenildo. Vida de escravos: vida e cotidiano no Maranhão do século XIX. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JR. Reinaldo dos Santos (Orgs.). **O Maranhão e a Escravidão Moderna**. São Luís: Editora UEMA, 2016

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200-212, 1992

POUND, Ezra. **O ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 2006.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

QUIJANO, 2000 Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems**, 139 v.11, n.2, 2000, p.342-86

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, set./dez. 2005b.

QUIJANO, Aníbal. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? OSAL, Observatorio Social de América Latina. Buenos Aires: **Clacso**, ano V, n. 13, 2004, p. 15-30.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge. **A desagregação do sistema escravista no Maranhão (1850- 1888)**. São Luís, SIOGE, 1990.

RIBEIRO, Vânia Mondego. A implantação do Ensino Secundário Público Maranhense: Liceu Maranhense. Dissertação (Dissertação em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, UFMA, São Luís, 2006.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: Forence, 1968.

ROSEVICS, Larissa (Orgs.). **Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Perse, 2017.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UNB, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Capítulo I. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: **Epistemologias do Sul**. (Org.). Almedina, CES, Rio de Janeiro, 2009. p.21-57.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura, S. S Meneses, M.P **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

SANTOS, Carlos André Colins dos. **Pacotilhando: Abolição e pós emancipação e libertos 140 no Maranhão (1888-1908)**. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós- Graduação em História. São Luis, UFMA, 2021.

SANTOS, Denilson Lessa dos. **Conhecer para catequisar e dominar: Colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas**. Moçambique (1885-1940). XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos história e democracia. Brasília: DF, 2017.

SCHWARCZ, Lilia K Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Afro-Ásia, 18 (1996), p. 77-101

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**, São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do Habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura Contemporânea**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Amanda da Silva e. **REVISTA DO NORTE: a impressão fotográfica e a impressão social da São Luís no começo do século XX. (Dissertação de mestrado)**. Programa de Pós- Graduação em Cultura e Sociedade, UFMA: São Luís, 2018.

SILVA, Régia Agostinho da. **A escravidão no Maranhão: Maria Firmina dos Reis e as representações sobre escravidão e mulheres no Maranhão na segunda metade do século XIX.** Tese (Tese em História Econômica) Pós-Graduação em História Econômica. Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Régia Agostinho da; NASCIMENTO, Bruno dos Santos; OLIVEIRA, Pedro Lázaro. Escritas negras importam: Maria Firmina dos Reis e seu romance Úrsula. **Littera Oline** PPGLetras, UFMA V. 12, n.º 24. 2021. Disponível em: <<https://cajapio.ufma.br/index.php/littera/article/view/18101/9742>> Acesso em 20. Agost. 2023.

SILVA, Réia Agostinho da. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Rev. Hist. UEG** - Anápolis, v.3, n.2, p. 30-51, jul./dez. 2014 Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/2143/2053>> Acesso em: 22. Agost. 2023.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas.** Rio de Janeiro, Mórula, 2018.

SIMÕES, Tales enrique Nascimento. Os legados da conferência de bandung e o regionalismo na Ásia do leste. **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e pesquisa em geografia**, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV_1_5_4_MD1_SA157_ID325130102021113150.pdf> Acesso em: 23 junh, 2023.

SPITZER, Leo. **Vidas de Entremeio.** Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental, 1780-1945. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 141 2010.

VOLTAIRE, François-Maire Arouet. 2021. **Alma.** Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000071.pdf>> Acesso em: 06 out. 2023.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

XIX. **Em Tempo de Histórias.** Programa de Pós-Graduação em História 7 PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008 Disponível em: <<file:///C:/Users/CLAUDIA/Downloads/admin,+3.pdf>> Acesso em 2 de out. 2023.

ZAMPARONI, Valdemir. **De Escravo a Cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique.** 2. ed. - Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.